



**25 de Abril sempre
TODOS À MANIFESTAÇÃO**



Carlos Carvalhas é recebido em audiência pelo Presidente da República

RESUMO

14 Quarta-feira

Os jornalistas da Agência Lusa admitem poder recorrer à greve como forma de protesto contra os aumentos propostos pela Administração. Os trabalhadores da Siderurgia concentram-se para protestar contra a reprivatização da empresa e denunciar o facto da administração estar a fugir às negociações para a revisão salarial. O ministro Labdrinho Lúcio apresenta o projecto já adjudicado da Cidade Judiciária de Monsanto, que deverá estar concluído em 1998. A polícia intervém para tentar controlar o motim na prisão de Lucasville, no estado norte-americano do Ohio. A língua portuguesa passa a língua opcional, a quarta, no currículo da escolaridade Luxemburguesa, segundo um acordo estabelecido entre os ministérios respectivos dos dois países.

O presidente da Turquia afirma que o seu país «está a perder a paciência» face à agressão da Arménia contra o Azerbaijão. São reforçadas as medidas de segurança na África do Sul, após as manifestações e a morte de mais um dirigente do ANC.

15 Quinta-feira

Carlos Carvalhas manifesta ao Presidente da República preocupação pela situação política, económica e social do País. O PCTP/MRPP defende a realização de uma greve geral pelo derube do Governo. Confrontos na África do Sul provocam mais 13 mortos. O Governo de Angola e a UNITA continuam as conversações de paz em Abidjan. O presidente Ielstin nomeia vice-primeiro-ministro da Rússia Oleg Lobov. Mil «capacetes azuis» são colocados ao longo dos 290 quilómetros do corredor da Beira, no âmbito da primeira missão da ONU de manutenção da paz em Moçambique.

16 Sexta-feira

PS e PCP apresentam a estrutura da nova coligação para a Câmara de Lisboa, em que participam formalmente o PSR e a UDP. Os trabalhadores da TAP cumprem, com adesão total, uma greve contra as decisões governamentais para o sector. O Ministério da Saúde decide instaurar um processo disciplinar e suspender preventivamente os responsáveis da Unidade de Diálise, João Aniceto, e do Serviço de Instalações e Equipamentos, Cambalacho Miranda, do Hospital Distrital de Évora. Chega a Lisboa o primeiro grupo de refugiados portugueses vindos do Huambo. O líder sérvio da Bósnia ameaça invadir Srebrenica, caso as forças muçulmanas não deponham de imediato as armas. O chefe da diplomacia da OLP, Faruk Kadumi, defende, numa reunião a decorrer em Damasco, o adiamento das negociações de paz israelo-árabes.

17 Sábado

É apresentada a lista dos candidatos do PCP à Câmara Municipal de Lisboa, durante as II Jornadas de Reflexão e Debate sobre a Capital. Os chefes militares sérvios e muçulmanos chegam a acordo para o cessar-fogo na

região de Srebrenica. Os representantes dos países árabes que integram o processo de paz decidem interromper a reunião que deveria decidir da presença árabe na nona ronda das negociações bilaterais com Israel. A polícia prende o líder do Partido Conservador sul-africano. As delegações do Governo Angolano e da UNITA interrompem as conversações para consultas. Falece, aos 66 anos, Turgut Ozal, presidente da Turquia. Dois polícias são condenados e dois absolvidos no processo contra a violência policial sobre o condutor negro Rodney King.

18 Domingo

Muitos milhares de negros prestam uma última homenagem a Chris Hani, num desfile realizado no Soweto, que durou várias horas. Afonso Dhlakama, rejeita o convite do presidente Joaquim Chissano para um encontro na capital da província do Niassa. Radovan Karadzic declara que os sérvios abandonarão as negociações de paz e a Conferência Internacional para a ex-Jugoslávia. O presidente paquistanês, Ghulam Ishaq Khan, demite o Governo chefiado por Nawaz Sharif e dissolve o Parlamento.

19 Segunda-feira

O Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores manifesta «total repúdio» pelas conclusões do inquérito, realizado pela Inspecção-Geral de Saúde, sobre o Hospital de Évora. A pedido da UNITA, são adiadas as negociações de paz em Angola, a decorrer em Abidjan. Nelson Mandela insiste, no funeral de Chris Hani, na necessidade de acelerar o processo político que deverá culminar com a realização de eleições gerais e universais, enquanto o presidente Frederik De Klerk apela à manutenção da calma. Mais de 80 por cento dos italianos vota favoravelmente o referendo que extingue, entre outras questões, o sistema eleitoral proporcional.

20 Terça-feira

O deputado socialista António Campos volta a acusar mais um membro do Governo de «traficância política». Carlos Melancia senta-se no banco dos réus no Tribunal da Boa-Hora, em Lisboa, acusado de corrupção. A delegação da UNITA, reunida em Abidjan, capital da Costa do Marfim, recusa autorização para uma visita do Comité Internacional da Cruz Vermelha ao Huambo. Os Estados Unidos e a Comunidade Europeia decidem prolongar as negociações sobre os mercados públicos. A Assembleia Legislativa da Madeira, por vontade da maioria PSD, decide não celebrar o 25 de Abril. Os sindicatos da UGT e da CGTP-IN adiam a paralisação de 24 horas na Transtejo, marcada para amanhã. Prosseguem violentos combates entre as forças croatas-bósnias e o exército da Bósnia-Herzegovina. A Alemanha decide enviar uma expedição armada para a Somália, no âmbito da ONU. Militantes dos Verdes alemães e de pequenos partidos de esquerda da antiga RDA votam, por uma maioria esmagadora, a sua fusão num novo partido designado «Aliança 90/Os Verdes».

EDITORIAL

No 19º aniversário de Abril A crise e a esperança

A evocação do 25 de Abril, nas vésperas do próximo aniversário, é, na situação presente do nosso país, um motivo renovado de esperança pela força redentora e a perenidade que os ideais e os valores da Revolução de 1974 representam na sociedade portuguesa.

O 19º aniversário do 25 de Abril encontra, com efeito, Portugal mergulhado num clima de crise.

É a recessão económica, é a regressão social, é o autoritarismo que prevalece sobre a democracia política, é o funcionamento das instituições que revela crescentes sintomas de anormalidade, é a corrupção que grassa nas altas esferas do Estado, é um sentimento generalizado de insegurança e incerteza pelo dia de amanhã.

Os balões de optimismo artificial que a propaganda governamental pretende fazer subir esbarram nesta atmosfera pesada que já afecta duramente o viver de uma parte considerável dos portugueses e que comporta ameaças de agravamento num futuro imediato.

A produção nacional que já apresentou uma evolução negativa no último trimestre de 1992, continua a agravar-se nos primeiros meses do ano corrente; a crise atinge praticamente todos os sectores: a agricultura, as pescas, quase todos os ramos industriais e o turismo, traduzindo-se na falência, no encerramento, na redução ou suspensão de actividade de um grande número de empresas; o desemprego, mesmo segundo os números oficiais, saltou em poucos meses de 4,5 para 7,8 por cento e estão anunciados mais despedimentos colectivos em grandes e pequenas empresas e a aplicação pelo Governo dos primeiros golpes contra os trabalhadores da administração pública ao abrigo da chamada «lei dos disponíveis»; a praga dos salários em atraso volta a alastrar por todo o País atingindo dezenas de milhar de trabalhadores, persistem as perseguições às minorias étnicas e avolumam-se as bolsas de exclusão e marginalização.

A crise reside, acima de tudo, na existência de um Governo que apesar destes resultados calamitosos da sua política persiste nela obsessivamente, pela subordinação às estratégias da restauração do capitalismo monopolista e da concretização de Maastricht, cada vez mais evidentemente contrárias ao interesse nacional.

Os sinais de esperança desenvolvem-se na tomada de consciência em relação às responsabilidades

da crise, no descrédito e reprovação do Governo, na condenação da sua política e no protesto que se levanta contra ela, na crescente convicção de que é necessária uma política diferente para salvar o País.

O 25 de Abril deste ano ocorre, com efeito, não apenas num clima de crise, mas no quadro de grandes movimentações populares, nomeadamente, de trabalhadores, agricultores e estudantes, que dão expressão ao intenso descontentamento e à vontade de luta que se revigora.

Com a sua especificidade própria, as comemorações abrilistas pela ampla convergência que proporcionam e pelos ideais democráticos que nelas são exaltados constituem uma importante contribuição para o desenvolvimento e o enriquecimento deste quadro de

É necessário que a alegada legitimidade do poder laranja seja frontalmente posta em causa pelo crescendo da luta popular e pela intervenção política das forças democráticas e de todos os que permanecem fiéis aos ideais de Abril com vista ao afastamento do Governo e à sua substituição por uma alternativa democrática.

lutas, que será tanto mais acentuada quanto mais significativa for a participação que vierem a mobilizar.

Torna-se indispensável uma enérgica réplica popular com o espírito de Abril ao Governo do PSD, pois este não tem hesitado, para tentar conter o descontentamento e a luta, em fazer uso, a par da demagogia delirante dos «pacotes», de formas intoleráveis de intimidação e repressão dos trabalhadores.

Reveste a este propósito uma particular gravidade as interpretações que são feitas em sede governamental das disposições da nova lei de alteração à lei da greve relativas aos serviços mínimos.

As interpretações que o Governo quis impor nas greves da EDP, da CP e da TAP equivalem em larga medida a esvaziar profun-

damente ou liquidar até, na prática, o próprio direito à greve.

As interpretações governamentais são manifestamente abusivas. Mas os juizes do Tribunal Constitucional a quem a apreciação da lei está de novo submetida não podem deixar de ter conta estas interpretações e a forma como atentam contra o exercício do direito à greve para julgarem da constitucionalidade da nova lei.

Por sua vez, a opinião democrática não pode deixar de considerar com a maior preocupação o ataque que o Governo está a desencadear contra o direito à greve.

Têm que fazê-lo pela grande importância deste direito na salvaguarda dos interesses dos trabalhadores. Têm que fazê-lo porque a experiência dos povos testemunha que os ataques ao direito à greve antecipam ataques generalizados aos outros direitos e liberdades.

A guerra que o Governo e o PSD estão a mover contra o direito à greve é mais um atentado ao património do 25 de Abril e uma comprovação do carácter autoritário e reaccionário do projecto político que têm em execução.

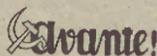
A Comissão Organizadora das Comemorações Populares do 25 de Abril salienta oportunamente no Apelo que acaba de divulgar que «a legitimidade dum maioria desqualifica-se quando abusa da sua força e se revela sistematicamente impermeável a quaisquer sugestões ou argumentos exteriores ao seu universo restrito».

Ora aquilo que se verifica entre nós é a obstinação do Governo e da maioria do PSD, contra tudo e contra todos, no prosseguimento da política da direita que está a afundar o País, na concretização do projecto de poder de cariz autoritário que desfigura e perverte crescentemente o regime democrático, no desenvolvimento do processo de integração europeia que compromete cada vez mais a independência e a soberania nacionais.

A legitimidade da maioria e do Governo do PSD, que assim procedem, é contraditada pelo interesse nacional, pelas exigências constitucionais e pelo espírito do acto fundador da nossa democracia que é o 25 de Abril.

É necessário que a alegada legitimidade do poder laranja seja frontalmente posta em causa pelo crescendo da luta popular e pela intervenção política das forças democráticas e de todos os que permanecem fiéis aos ideais de Abril com vista ao afastamento do Governo e à sua substituição por uma alternativa democrática.

Aqui reside a esperança de melhores dias para Portugal.



Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 82 72
DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390. Fax: 795 22 64
ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90, 7ªA, 1100 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matricula: 47058. NIF — 500 090 440
DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE's Editorial Avante! — Av. Almirante Reis — 90, 7ªA, 1100 Lisboa — Telef. (01) 814 61 73
Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira: Telef. (01) 814 61 73

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição. Sede: Rua do Norte, 115, 1ª, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04. Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra Telef. (039) 71 35 77 Delegação Norte: R. Monte dos Pipos, 326, Guifões, 4450 Matosinhos Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50
ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90-7ªA 1100 Lisboa — Telef. (01) 814 61 73
PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7ªA 1100 Lisboa — Telef. (01) 814 61 73
Composto e Impresso na Heeka Portuguesa, SA R. Elias Garcia, 27 Venda Nova — 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS

PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 números: 5.400\$00; 25 números: 2.790\$00
REGIÕES AUTÓNOMAS — 50 números: 6.786\$00
ESPANHA — 50 números: 8.326\$00
MACAU — 50 números: 13.042\$00
GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 14.066\$00
EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNISIA) — 50 números: 14.960\$00
EXTRA-EUROPA — 50 números: 18.760\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____
Morada _____ Telef. _____
Código Postal _____
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

NACIONAL

Celebrar a liberdade no 25 de Abril

A Comissão Promotora das Comemorações Populares do 25 de Abril de 1993, constituída por militares, democratas independentes e de vários quadrantes políticos, por sindicalistas e autarcas, intelectuais e artistas, apela à participação da população na festa da Liberdade, designadamente no desfile no próximo domingo, dia 25, que descerá do Marquês de Pombal, às 15,30 horas, para o Rossio, onde, depois da animação musical, intervirá o Coronel Vítor Alves.

O apelo lançado pela Comissão Promotora, cujo texto transcrevemos de seguida, foi subscrito por várias personalidades de diversos quadrantes da vida política, social e cultural do País. Pelo PCP: Albano Nunes, António Abreu, Aurélio Santos, Carlos Aboim Inglez, Carlos Brito, Carlos Carvalhas, Jerónimo Sousa, João Amaral, José Casanova, Luís Sá, Marília Villaverde Cabral, Octávio Teixeira e Rosa Rabiais. Pelo PS: António Arnault, Aqulino Ribeiro Machado, Carlos Candal, Fernando Lopes Cardoso, Gualter Basílio, João Soares, Manuel Alegre, Marques da Costa e Tito Morais. Pelos «Os Verdes»: André Martins, Heloísa Apolónia e Isabel Castro. Pela ID: António Gonçalves, Blasco Hugo Fernandes e Salvato Sampaio. Pelo MDP: José Manuel Tengarrinha; pela UDP, Mário Tomé e pe-

lo PRD: Teresa FreitasIntegram ainda a Comissão e subscreveram o apelo personalidades independentes como Alcina Bastos, Cunha Serra, Feliciano David, Luísa Irene Dias Amado e Stella Piteira Santos; intelectuais e artistas - Alice Vieira, José Saramago, Maria do Céu Guerra, Morais e Castro, Teresa Villaverde, Urbano Tavares Rodrigues e Virgílio Martinho; sindicalistas - Carlos

Carvalho, Florival Lança, José Ernesto Cartaxo, Manuel Carvalho da Silva, Manuel Lopes e Ulisses Garrido; autarcas - Daniel Branco, Demétrio Alves, Lino Paulo, Rui Godinho e Orlando Almeida; militares - Pezarat Correia, Rosa Coutinho, Vasco Gonçalves, Vasco Lourenço e Vítor Alves.

«Uma vez mais, no próximo 25 de Abril, se irá evocar o movimento que redimiu o

País e celebrar a Liberdade reconquistada pelo povo português. A participação nas manifestações populares, que neste dia se realizam, traduz não só a renovação do reconhecimento devido aos militares que derubaram o velho regime totalitário, mas sobretudo o entranhado amor aos valores da Liberdade e o decidido empenhamento em defendê-la, profundamente enraizados na alma colectiva.

«A reafirmação deste apego vivaz à Liberdade reveste-se ainda de maior significado num ano em que se avolumam as dificuldades geradas por uma crise económica em progressão, susceptíveis de conduzir o poder em exercício a tomar novas disposições cada vez mais lesivas de interesses fundamentais dos trabalhadores e do povo, em geral, bem como a acentuar o cunho autoritário que tem vindo a caracterizar a sua prática.

«O País, desinformado sobre a situação real em que tem vivido e iludido pela propaganda euforizante, a que tem estado submetido, de uma política desajustada, vai descobrindo que está mergulhado numa crise e começa a aperceber-se que, para ultrapassar as dificuldades que se adensam, é indispensável a mobilização e o empenhamento de todos.

«Receia-se, todavia, perante o desenvolvimento para que apontam as medidas já adoptadas, que o poder instalado reforce a sua propensão para impor as soluções que privilegiam os interesses em que se apoia, alegando, mecanicamente e uma vez mais a legitimidade democrática que lhe assiste por via eleitoral. Contudo, a legitimidade de uma maioria desqualifica-se quando abusa da sua força e se revela sistematicamente impermeável a quaisquer sugestões ou argumentos exteriores ao seu universo restrito. Presentemente, o quadro político e social com que o País se confronta é bem outro que o prevalecente aquando da última eleição e tudo indica que conduziria hoje a uma diferente repartição das forças partidárias. Além disso, a maioria das acções que, por mor das circunstâncias, o Governo venha a adoptar, correspondem a situações

não equacionadas perante o eleitorado e que, por conseguinte, não podem louvar-se da sua vontade. Neste contexto, a legitimidade formal de que o poder se reclama cada vez se desvirtua mais na razão directa da sua impermeabilidade para o diálogo. Ao invés de uma dinâmica de empenhamento colectivo que se exigiria, correr-se-á, muito provavelmente, o risco de cair numa lógica susceptível de conduzir o País a uma crise de proporções inimagináveis. Não é, de facto, admissível pedir à classes já sacrificadas, aos grupos sociais marginalizados em bolsas extremadas de pobreza, por força de um neoliberalismo desapiedado e centrifugador da população para margens opostas de riqueza e miséria, que passivamente assistem à intolerável deterioração das suas condições de vida e que, pelo expediente dos salários baixos e até em atraso, do

desemprego e da precarização do trabalho, suportem quase exclusivamente todo o peso da crise.

«A Liberdade conquistada em 25 de Abril constitui o alicerce do funcionamento democrático. Só através do aprofundamento da democracia se resolverão os problemas do País. Afirmar a democracia leva, assim, numa primeira linha, a que se acautele intransigentemente a Liberdade em todas as frentes em que se possa estar ameaçada.

«Neste 25 de Abril, consagrado à Liberdade e à celebração dos valores supremos que por ela se consubstancia, cabe-nos apelar a que, como nos anteriores, uma larga participação popular represente uma verdadeira imagem de força e espelhe o firme propósito de resistir a quaisquer tentativas autoritárias de quem não aprendeu ainda o genuíno espírito da Democracia».



Desfile no Porto

Em conferência promovida na passada terça-feira, a Comissão Promotora das comemorações do 25 de Abril na Baixa do Porto divulgou o programa das várias iniciativas dedicada à Revolução dos Cravos, que terá o seu ponto alto no domingo, às 15.30 horas, com o desfile alegórico.

As actividades programadas compreendem ainda um ciclo de cinema português a decorrer até amanhã no Cineclub da cidade, bem como um espectáculo, no sábado, que conta com nomes como Paulo de Carvalho, Tito Paris, Carlos Araújo, entre outros. As comemorações terminam no domingo, dia em que tem lugar, no Palácio de Cristal, uma manhã infantil, seguindo-se mais uma edição da Corrida da Liberdade. Depois do desfile,

pelos 17 horas, actuarão os «Essa Entente».

Comemorações em todo o País

Numerosas iniciativas estão marcadas em todo o País para comemorar o 19º aniversário da Revolução de 25 de Abril. À nossa Redacção chegaram programas de actividades que cobrem o País de Norte a Sul, e incluem colóquios, espectáculos e provas desportivas, convívios, almoços e jantares que assinalam a efeméride. Entre os organizadores, salientam-se de uma maneira geral os sindicatos, associações culturais, desportivas e outras, câmaras municipais, juntas de freguesia, entidades oficiais, entre muitos outros.

Corrida da Liberdade

Com partida em vários locais da capital, que estão associados aos acontecimentos da Revolução dos Cravos, a já tradicional Corrida da Liberdade irá certamente registar no dia 25 de Abril elevada participação de atletas, proporcionando um grandioso espectáculo de movimento e cor. Promovida pela Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, em colaboração com a Associação 25 de Abril, o Pelouro do Desporto da Câmara Municipal de Lisboa e com o apoio técnico da Associação de Atletismo de Lisboa, a prova desportiva tem a chegada na Praça dos Restauradores e é aberta a todos os escalões etários de ambos os sexos.

Paralelamente, os organizadores promovem um concurso de fotografia subordinado ao tema da Corrida da Liberdade, no qual os participantes podem apresentar um número ilimitado de trabalhos a cores, sobre papel com as dimensões de 18x24 ou de 30x40 centímetros. As fotografias terão de ser enviadas até ao dia 15 de Maio para a sede da FPCCR.

Anunciado em Conferência de Imprensa

PCP e PS de novo em Lisboa

Em Conferência de Imprensa realizada na passada sexta-feira em Lisboa, o PCP e o PS anunciaram a concretização de um acordo para a constituição jurídica de uma Coligação para concorrer a todos os órgãos autárquicos de Lisboa, nas próximas eleições.

Jorge Sampaio, actual presidente da Câmara Municipal no âmbito da Coligação «Por Lisboa» e, de novo, cabeça de lista, afirmou, na intervenção inicial distribuída aos jornalistas:

«Cumpridos três anos sobre a eleição da Coligação «Por Lisboa», o Partido Socialista e o Partido Comunista não podem deixar de considerar positivo o modo como a Coligação exerceu o seu mandato e congratular-se com os resultados alcançados, certos, aliás, de que é esse o sentimento da maioria dos lisboetas.

«Os signatários sabem que não é possível, no espaço de um mandato, conduzir a bom termo todas as transformações susceptíveis de afirmarem Lisboa como uma grande capital do Mundo. Sobretu-

do, depois de décadas de imobilismo, de urbanização desordenada, da ausência de uma política de infra-estruturas capaz de melhorar as condições de vida e de acessibilidade que haviam lançado a capital numa situação próxima do caos.»

E mais adiante:

«Os resultados já obtidos são obra de uma equipa que soube assumir com determinação e empenhamento o desafio de modernizar Lisboa. São também penhor da sua capacidade para prosseguirem um esforço continuado no sentido de serem alcançadas as metas estabelecidas e razão bastante para que voltem a submeter-se em conjunto ao sufrágio dos eleitores no quadro de uma nova coligação que, pelas forças políticas que a inte-



PCP e PS apresentam candidatura à CM de Lisboa

gre e pelas entidades individuais ou colectivas que entendam assumir de forma expressa o seu apoio, traduzam o alargamento que a prática foi afirmando.

«É nesta perspectiva e no desejo permanente de abertura a todos os que, identificando-se com o trabalho realizado, queiram colaborar no esforço comum de aprofundamento desse trabalho, que

o Partido Socialista e o Partido Comunista decidiram convidar o PEV e dirigir idêntico convite ao PSR e à UDP, para integrarem uma nova coligação que apresente Jorge Sampaio como candidato à presidência da Câmara Municipal de Lisboa. Foi ainda acordada a candidatura de João Amaral à presidência da Assembleia Municipal.»

E concluiu:

«O Partido Socialista e o Partido Comunista estão certos que esta iniciativa não deixará de merecer o acolhimento de todos quantos, para além de divergências de natureza político-ideológica, estejam verdadeiramente interessados em contribuir para que a renovação de Lisboa continue, fazendo dela uma cidade onde valha a pena viver.»

Intervenção de José Casanova

José Casanova, membro da Comissão Política do CC do PCP, usou igualmente da palavra, afirmando:

«Este acto justifica algumas muito breves observações.

«A primeira para sublinhar a importância que tem o facto de o PCP e o PS — os dois maiores partidos da área democrática — concretizarem um acordo com vista à Coligação para concorrer a todos os órgãos autárquicos da capital do País.

«A segunda para acentuar o significado do convite feito pelos dois partidos a três outras forças políticas — o PEV, o PSR e a UDP — no sentido de integrem essa

Coligação, dando-lhe assim uma maior amplitude unitária.

«A terceira para destacar o facto de este acordo entre o PCP e o PS aparecer como decorrência natural de uma experiência pioneira iniciada em 1989 e cujo êxito é evidenciado pela própria renovação do acordo agora efectuado.

O acordo firmado em 1989 constituiu uma experiência inovadora, de enorme importância e significado e só possível a partir de uma conjugação concreta de que é possível PCP e PS entenderem-se e concorrerem a eleições através de uma coligação.

«Foi a demonstração concreta de que um entendimento entre os dois grandes partidos da área democrática pode traduzir-se, no plano eleitoral, na soma acrescida da expressão eleitoral do PCP e do PS.

Tem sido a demonstração concreta da possibilidade de um eficaz trabalho conjunto entre os eleitos dos dois partidos, trabalho do qual a cidade e a sua população são os grande beneficiados.

«Está a ser e será de forma cada vez mais evidente e incontestável a demonstração concreta da enorme superioridade da gestão PS/PCP em relação à gestão da direita.

«É óbvio que Lisboa está a mudar. Para melhor.

«O trabalho desenvolvido e em desenvolvimento no actual mandato e à medida que os efeitos de dez anos sucessivos de gestão de direita forem sendo ultrapassados e eliminados por uma gestão democrática, transparente, moderna, eficaz.

«A renovação do acordo hoje aqui anunciado é, por tudo isto e a nosso ver, uma muito boa notícia: para as forças democráticas e de esquerda; para Lisboa e para a sua população.»

Afirmado em Encontro CDU confiante no Distrito de Santarém

O Encontro Distrital de Santarém da CDU, realizado a 17 de Abril de 1993, no Entroncamento, «marca um momento decisivo na preparação das próximas eleições autárquicas, tarefa prioritária para as organizações partidárias e para todos os activistas que integram a CDU», afirma a Resolução saída desta iniciativa.

A posição da CDU no Distrito como força maioritária em seis Câmaras e 34 Juntas de Freguesia, forte representação em mais 8 Câmaras, em 16 Assembleias Municipais e 100 Assembleias de Freguesia, num total de 540 eleitos, «resulta das provas dadas e da confiança pelo trabalho realizado em maioria e minoria, ao serviço das populações, trabalho que importa prosseguir, intensificar e valorizar», sublinhou-se.

Entretanto, «a preparação das eleições autárquicas exige, paralelamente, medidas especificamente eleitorais», das quais se destacam:

— uma ampla dinamização da CDU e das suas estruturas locais;

— o lançamento duma campanha de Fundos para fazer face às despesas eleitorais;

— a prestação de contas à população, relativamente ao cumprimento dos Programas Eleitorais da CDU apresentados nas eleições autárquicas de 1989;

— uma ampla recolha de propostas, opiniões e contributos, para a elaboração dos Programas Eleitorais para o próximo mandato;

— a constituição de listas da CDU para todos os órgãos municipais e ao maior número possível de freguesias, tendo em conta uma política aberta e unitária e a conjugação da experiência acumulada pelos eleitos, com a indispensável renovação dos órgãos autárquicos;

— a consideração dos valores da competência, da honestidade, da ligação às populações e da defesa dos seus interesses, com a necessidade de alargar a participação de mais jovens, mulheres e independentes nas listas da CDU, susceptíveis de traduzir novas visões e perspectivas de realidade;

— uma atenção particular ao reforço da capacidade de intervenção da CDU nas Assembleias Municipais e de Freguesia, pondo em evidência a importância de participação, mesmo que apenas com um eleito, no funcionamento e transparência dos órgãos e na defesa dos interesses das populações.

Confiança e determinação

Impõe-se, por outro lado, que os candidatos da CDU «reafirmem o compromisso do respeito pelos princípios políticos essenciais, que, sendo um valioso património, se devem manter como valores imprescindíveis que têm prestigiado e mar-

cado a diferença entre a CDU e as restantes forças políticas», sendo de referir, nomeadamente:

— a política de procura de unidade dos eleitos e unidade das populações, em torno da resolução de problemas concretos;

— a política de permanente participação popular;

— a política de cooperação com todas as forças sociais e culturais, de igual modo empenhadas na melhoria do nível e qualidade de vida das populações, tais como: Sindicatos, Colectividades e outras expressões associativas;

— a política de informação e o contacto estreito com as populações;

— a política de isenção partidária, que não significa isenção de princípios de classe, antes impõe, em primeiro lugar, a defesa das classes e camadas mais desfavorecidas e as opções que mais beneficiem o interesse colectivo;

— a dedicação dos eleitos ao trabalho autárquico, no sentido de contribuírem com todo o seu empenho, para a promoção do bem-estar da população e recusarem a obtenção de privilégios ou benefícios pessoais pelo cargo que exercem;

— uma política justa nas relações e diálogo entre eleitos, trabalhadores e seus representantes, na observação correcta dos seus deveres e direitos, considerando que será tanto mais eficiente a gestão autárquica quanto maior a colaboração consciente e empenhada dos trabalhadores.

E acrescentou o Encontro Distrital da CDU:

«Numa situação em que o governo PSD e a sua maioria na Assembleia da República, levam por diante uma política lesiva dos interesses essenciais dos trabalhadores e da esmagadora maioria do povo português, coloca-se à CDU, nas autarquias, a necessidade de reforçar a sua intervenção», nomeadamente:

— em paralelo com as medidas próprias das autarquias, na promoção do desenvolvimento integrado, na defesa do meio ambiente e da qualidade de vida, exigir do governo uma política que resolva os graves problemas existentes na região e permita o desenvolvimento das suas potencialidades;

— por outro lado, prosseguir a luta contra a política do Governo, que persiste no não cumprimento da Lei das Finanças Locais, que não põe em prática uma verdadeira descentralização e insiste em empurrar para as autarquias novas responsabilidades, sem os correspondentes meios financeiros, ao contrário duma política que deveria fortalecer o Poder Local, no interesse dos cidadãos e do país.

A CDU no distrito de Santarém — concluiu-se no Encontro —, «certa de ter cumprido com as suas responsabilidades e dar garantias quanto ao futuro, parte para estas eleições, com confiança e determinação, e com o objectivo de manter as actuais maiorias, alargá-las a outros órgãos autárquicos e reforçar a sua representação geral no Distrito».

PCP congratula-se com renovação do acordo com o PS

A Direcção da Cidade de Lisboa do PCP congratula-se com a renovação do Acordo entre o PCP e o PS com vista à criação de uma coligação eleitoral — aberta ao PEV, ao PSR e à UDP — que concorrerá a todos os órgãos autárquicos da capital.

Este acordo, concretizado na sequência da experiência iniciada em 1989 com a Coligação «Por Lisboa», confirma e resulta do êxito visível no excelente trabalho desenvolvido em todos os órgãos autárquicos em que a Coligação está em maioria, com particular destaque para a importantíssima acção desenvolvida pela Câmara Municipal.

Lisboa está a mudar e vai continuar a mudar. Para melhor.

E essa mudança, que iniciou a correcção dos desmandos de 10 anos de gestão de direita, assenta no magnífico trabalho desenvolvido pelo conjunto dos vereadores do PCP e do PS e na presidência do Dr. Jorge Sampaio. Trabalho cuja continuidade e desenvolvimento são assegurados pela renovação do Acordo. Para bem da cidade de Lisboa e da sua população.

Lisboa, 19 de Abril de 1993.

A Direcção da Cidade de Lisboa do Partido Comunista Português

PODER LOCAL

Claramente expresso num Encontro-Convívio Cresce apoio à CDU no Distrito de Lisboa

O encontro-convívio de candidatos e apoiantes da CDU, no Distrito de Lisboa, que se realizou na passada segunda-feira no Páteo Alfa-cinha, contou com a participação de cerca de 300 pessoas, nomeadamente autarcas, sindicalistas, estudantes e dirigentes estudantis, artistas e intelectuais dos meios científicos, técnicos e culturais.

Tratou-se de um convívio que decorreu de forma informal e animada, sendo visível a satisfação em rever camaradas e encontrar velhos e novos amigos.

O momento das intervenções foi presidido por Gilberto Lindim Ramos e intervieram Demétrio Alves, candidato à presidência da Câmara Municipal de Loures, Isabel Castro, do Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV), e Carlos Carvalhas, Secretário-Geral do

PCP, cuja intervenção transcrevemos na íntegra.

O diversificado movimento de apoio à CDU no Distrito de Lisboa teve, neste Encontro-Convívio, uma afirmação poderosa, expresso na qualidade e quantidade das presenças e, até, das ausências que fizeram questão de afirmar esse apoio, com realce para a mensagem de José Saramago, lida aos presentes (ver caixa).

Questões centrais relacionadas com o Poder Local e a política retrógrada e bloqueadora do Governo de Cavaco Silva, foram qualificadamente abordadas por Demétrio Alves, presidente de um dos mais importantes municípios do distrito — Loures — de que respigamos algumas passagens.

«Para além dos ataques específicos à gestão de alguns municípios CDU —

disse — o próprio ambiente de conflito generalizado, que o Governo e o PSD mantêm contra as autarquias, e particularmente pernicioso nas áreas mais densamente habitadas, isto é, exactamente aquelas onde aquele partido está menos representado autarquicamente. Assim, e em prejuízo sobretudo da democracia, na perspectiva ampla e não amputada que dela temos, os resultados das eleições autárquicas podem vir a não ser apenas função da quantidade e qualidade do trabalho feito, dos compromissos cumpridos, da capacidade e carácter individual e colectivo dos candidatos; poderão vir a ser, também, expressão de aspectos margi-

nais, nebulosamente arqui-tectados por aqueles que se sabem potencialmente perdedores, se forem avaliados democraticamente à luz clara da realidade». E prosseguiu: «Nunca como agora se chegou tão longe no descaro, na irresponsabilidade e na governamentalização das instituições, ao serviço das perspectivas eleitorais de um partido».

«Por todas estas razões — concluiu — dir-se-ia que, já não estritamente do foro político-partidário, as listas e os programas da CDU são também projectos de trincheira contra a demoralização, o oportunismo, as injustiças e ilegalidades que crescentemente encharcam a

vida pública portuguesa; são propostas de uma maneira de ver e fazer política, subordinada a valores éticos e ideológicos perenemente virados

para o desenvolvimento das regiões e do país, e para a dignificação e aumento da qualidade de vida das populações.

Saudação de José Saramago

«Desta terra estrangeira, mas já não estranha, porque também aqui está a casa e a família, saúdo quantos — amigos, camaradas, conhecidos e desconhecidos —, aceitando ser candidatos às próximas eleições autárquicas nas listas da CDU, vão ter a responsabilidade e o privilégio de continuar o trabalho de clara inteligência e forte vontade que vem caracterizando o exercício do Poder Local por todos aqueles que, eleitos antes nas mesmas listas, têm sido, ao longo do tempo, a demonstração viva do que pode significar, no seu sentido profundo, a representação popular».

Intervenção de Carlos Carvalhas

Quería, em primeiro lugar, neste momento de convívio e de afirmação da CDU no distrito de Lisboa, saudar, em nome do PCP, os nossos parceiros da Coligação, o Partido Ecologista «Os Verdes», a Intervenção Democrática e os milhares de independentes, homens, mulheres e jovens, que conosco participam neste grande espaço de liberdade e democracia que é de facto a Coligação Democrática Unitária.

Quería também saudar, em nome do PCP, os amigos e camaradas presentes e sublinhar a vossa generosa disponibilidade, saudar todos os activistas e eleitos que nos diversos órgãos autárquicos realizam um magnífico trabalho ao serviço das populações.

É na base desse trabalho, no seu estilo, no exigente padrão que temos do exercício do poder, nas realizações concretas, nas grandes obras e nas intervenções do quotidiano, com a participação das populações que advém a nossa confiança em relação às próximas eleições autárquicas.

Confiança que se alicerça na materialização dos atributos de que justamente nos reclamamos: o do trabalho, da honestidade e da competência.

Não é fácil a existência nas grandes cidades, onde um urbanismo especulativo e o culto do egoísmo e do individualismo mais insuportável, fomentado pelo poder, levam a que milhares e milhares de cidadãos, peões anónimos de uma civilização de engrenagens complexas, sofram de uma doença grave: a indiferença e o isolamento onde as pessoas se tocam mas não se encontram.

E também nesta questão a CDU dá um contributo de grande mérito, na reinvenção do diálogo e no reencontro, na serenidade, no prazo de viver e conviver e de intervir, na gestão participada e descentralizada.

Nós, comunistas, nós, homens, mulheres e jovens da CDU, damos grande valor ao encontro dos cidadãos, à sua intervenção activa e interessada, à dinamização das associações populares no processo do encontro de soluções e na resolução dos problemas.

Por isso entendemos também a Área Metropolitana de Lisboa «como uma nova estrutura identificada com os interesses, anseios e aspirações das populações dos municípios que a integram e a sua aliada, com peso que se terá de afirmar crescentemente, na construção de viver melhor que é projecto comum de futuro».

CDU é alternativa

O PCP e a CDU vão intervir no distrito de Lisboa em condições muito variadas.

Na cidade de Lisboa, verificou-se já o acordo na renovação da coligação com o PS e «Os Verdes», extensivo ao PSR e à UDP. Consideramos importante esta renovação. Ao longo destes últimos anos, verificou-se a concretização



de um modo diferente de gerir o município e as freguesias de Lisboa, que pode e deve ser prosseguido e aprofundado no próximo mandato.

Lisboa está a mudar e vai continuar a mudar para melhor. E essa mudança, que iniciou a correcção dos desmandos de 10 anos de gestão da direita, assenta no bom trabalho desenvolvido pelo conjunto dos vereadores do PCP e do PS e na presidência do dr. Jorge Sampaio, em que a continuidade e desenvolvimento são agora assegurados pela renovação do Acordo para bem da cidade e das populações.

Em Loures, Amadora, Vila Franca de Xira e Sobral do Monte Agraço, o nosso objectivo é prosseguir a obra e o trabalho valiosos que têm vindo a ser realizados. As dificuldades são concretas, o quadro financeiro e legal não ajudam, mas a CDU mostra que tem um bom trabalho e que tem as melhores soluções.

A direita e o PS já mostraram ter grandes ambições nestes municípios. Ambições de poder porque sabem que temos obra feita e obras válidas. Confiamos em que as populações nos ajudarão a abrir condições para aprofundar o trabalho, confirmando as maiorias que se relevaram tão úteis para os municípios e freguesias.

Em Sintra, Cascais e Oeiras, o PSD tem a presidência, mas a CDU e o PS em conjunto são maioritários. Tendo o PS recusado o entendimento democrático de que deve assumir as responsabilidades, a CDU afirma-se como alternativa. Uma coisa é certa: a CDU apresentará candidatos ligados às populações e aos problemas locais e não figuras, que podem ser figuras nacionais mas que não só desconhecem o trabalho autárquico como não têm nada a ver com as respectivas autarquias.

Em Azambuja, confirma-se a perspectiva de se tentar disputar a presidência da Câmara para trabalhar mais e melhor pelo futuro do município.

Nas outras autarquias, dos outros concelhos, apresenta-se a perspectiva de confirmar e melhorar a importante intervenção que a CDU tem realizado, quer nos seus pelouros, quer propondo e criticando nos Executivos e nas Assembleias.

Há quem queira reduzir o Poder Local aos presidentes de Câmaras. Para nós, este engloba os executivos como órgãos colegiais, as assembleias como órgãos deliberativos

e fiscalizadores dotados de reais meios e competências e as freguesias, que queremos cada vez mais fortes.

Somos resolutamente contrários a propostas, como a do PS, que pretendem pôr termo à eleição directa e por representação proporcional das Câmaras Municipais, afastando a população da escolha de vereadores e prejudicando o pluralismo dos executivos municipais.

Em geral, queremos fazer do Poder Local um instrumento no sentido de desenvolver a democracia participativa, o que significa apoiar e estimular as colectividades, as organizações de moradores e outras organizações económicas, sociais e culturais. A democracia, para nós, não se resume a votar de quatro em quatro anos, esta deve ter lugar no quotidiano da população e da gestão autárquica.

Queremos fazer do Poder Local, mais e mais, um lugar de honestidade e transparência. Este facto é tanto mais importante face aos casos de corrupção e compadrio, que assentam no «caldo de cultura» criado pelo Governo do «quero, posso e mando» que foge ao controlo democrático e que procura governamentalizar todo o Estado.

Vamos continuar a intervir nas autarquias com empenho e serenidade procurando cumprir os programas eleitorais. Não abrimos agora a campanha eleitoral. Não podemos admitir, entretanto, nem agora nem nunca, que o Governo instrumentalize toda a máquina do Estado, quer os ministérios, quer os serviços dependentes, quer utilize os sacos azuis, de acordo com as prioridades eleitorais do PSD.

A situação económica e social é grave e tende a agravar-se, como o PCP tem denunciado e não é com «pacotes» para efeitos mediáticos e propagandísticos que se dá resposta aos problemas dos trabalhadores e das populações.

As eleições autárquicas têm objectivos específicos. Mas podem também servir para contribuir para a alternativa democrática.

Por isso, pelo Poder Local democrático e pelos interesses das populações, apelo a todos para que nos empenhemos nesta batalha democrática.

Pelos trabalhadores, pelo povo português, por Portugal!

Viva o PCP! Viva a CDU!

Discutido em Encontro do PCP

A Área Metropolitana de Lisboa e o Desenvolvimento Cultural

Promovido pelas DORL e DORS do PCP, realizou-se no passado dia 16, no convento dos Capuchos, em Almada, um importante Encontro sobre A Área Metropolitana de Lisboa e o Desenvolvimento Cultural, que contou com uma qualificada presença de 100 quadros do Partido, entre presidentes de Câmara, vereadores da Cultura, técnicos, artistas e outros intelectuais.

Os trabalhos foram abertos por Maria Emília Sousa, presidente da Câmara Municipal de Almada, presididos por António Matos, vereador da Cultura desta edilidade, e encerrados por Daniel Branco, presidente da Junta Metropolitana de Lisboa e da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. Houve cerca de 20 intervenções durante as quatro horas que durou o Encontro e aprovaram-se diversos textos, que condensamos de seguida.

Recordando que «na Área Metropolitana de Lisboa vivem 2,7 milhões de habitantes (27,5% da população do País) que se distribuem por nove concelhos da Margem Norte (Amadora, Azambuja, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Oeiras, Sintra e V. V. de Xira) e outros nove na Margem Sul (Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal)», o que a transforma na «maior concentração urbana do País e a sua diversidade torna compatível a valorização da capital com uma estratégia de promoção e desenvolvimento de núcleos urbanos equilibrados e interligados em rede», o Encontro do PCP assinalou, igualmente, que «a criação das Áreas Metropolitanas, pela Lei 44/91 de 2/8/91, o contrário do que os comunistas defendiam, não alterou de forma significativa a situação existente de falta de atribuições, competências e meios financeiros das autarquias, para permitir aos novos órgãos enfrentar a gravidade da situação. Continua a competir maioritariamente ao Governo e Administração Central o esforço financeiro e a promoção de investimentos necessários para inverter a situação actual, havendo que juntar a isso a disponibilidade efectiva para coordenar políticas e articular acções».

«Apesar dos maiores índices de riqueza...»

«Apesar de na AML se verificarem os mais elevados índices de riqueza na indústria, comércio e serviços e daí saírem os mais elevados valores *per capita* de impostos, nela encontramos grandes assimetrias econó-

micas, sociais e culturais, resultantes do processo de crescimento capitalista com particularidades decorrentes do crescimento desordenado durante décadas e da falta de intervenção séria de planeamento e de investimentos por parte da administração central depois do 25 de Abril», assinala também o documento que faz um «balanço do trabalho realizado», acrescentando:

«A degradação progressiva da AML exige medidas. Medidas que combatam o desemprego e o estilhaçar dos tecidos sociais e económicos, a desumanização das relações, a agressão urbanística, os «gethos» dos bairros periféricos, a morosidade do sistema de transportes, a quebra do convívio urbano.»

«Sendo certo que os poderes das autarquias são limitados – sublinha o documento –, os seus recursos financeiros escassos e que as suas atribuições não incluem áreas determinantes para alterar esta situação, o que é certo também é que o trabalho realizado pelas Câmaras de maioria CDU da AML para elevar a qualidade de vida é assinalável. É um trabalho que se vê, que se sente e que é reconhecido pela manutenção da CDU como força maioritária e mais influente e se reflecte na constituição dos órgãos da própria instituição metropolitana. Particularmente na área da Cultura esse trabalho foi pioneiro.»

Democracia avançada e Década da UNESCO

Quanto aos «objectivos e prioridades definidas pelas Câmaras de maioria CDU da AML estão de acordo com

um dos grandes objectivos da **democracia avançada** que o PCP propõe – a democratização do acesso à livre criação e fruição culturais – e com os quatro aspectos em torno dos quais a UNESCO propôs que se articulassem os programas a realizar na **Década Mundial do Desenvolvimento Cultural, em curso**», a saber:

A. A tomada em consideração da dimensão cultural do desenvolvimento

B. A afirmação e enriquecimento das identidades culturais

C. O alargamento da participação na vida cultural

D. A promoção da cooperação cultural internacional.

Finalmente os participantes neste Encontro Metropolitano entenderam propor às autarquias da AML como **perspectivas** de desenvolvimento do trabalho a consolidação das linhas que vêm sendo concretizadas no presente mandato, diversas medidas, de que destacamos:

- avaliar permanentemente a coerência da acção desenvolvida com os objectivos de democratizar a criação e fruição culturais, a criação de gostos e hábitos culturais;

- manter como linha essencial de intervenção o apoio, crescentemente qualificado e com critérios claramente definidos, às associações existentes, no respeito da sua autonomia e com objectivos de alargar, diversificar e qualificar a sua actividade;

- cooperar com outras instituições no sentido de assegurar unidades de formação do mais elevado grau; elevar a formação dos agentes locais e de animadores e monitores;

- assegurar níveis elevados de dotações orçamentais (não inferiores a 20% das despesas globais) para a área sociocultural e alargar a captação de apoios e patrocínios;

- prosseguir o esforço de reestruturação e modernização de serviços e de crescente afectação de técnicos qualificados;

- consolidar áreas de intervenção e abrir outras, diversificando a actividade, procurando sempre uma relação estreita com as escolas, movimento associativo, associações profissionais e artistas.

Afirmado em apresentação de candidatos

Faro precisa de uma gestão CDU!

«Temos que assumir em actos a ideia que a CDU é, em Faro, uma força capaz de gerir os destinos do concelho, depois do longuíssimo insucesso do actual executivo socialista», afirmou, no passado fim-de-semana, **Carlos Luís Figueira** no plenário concelhio da CDU onde foram ratificados os candidatos da coligação ao principal município do Distrito.

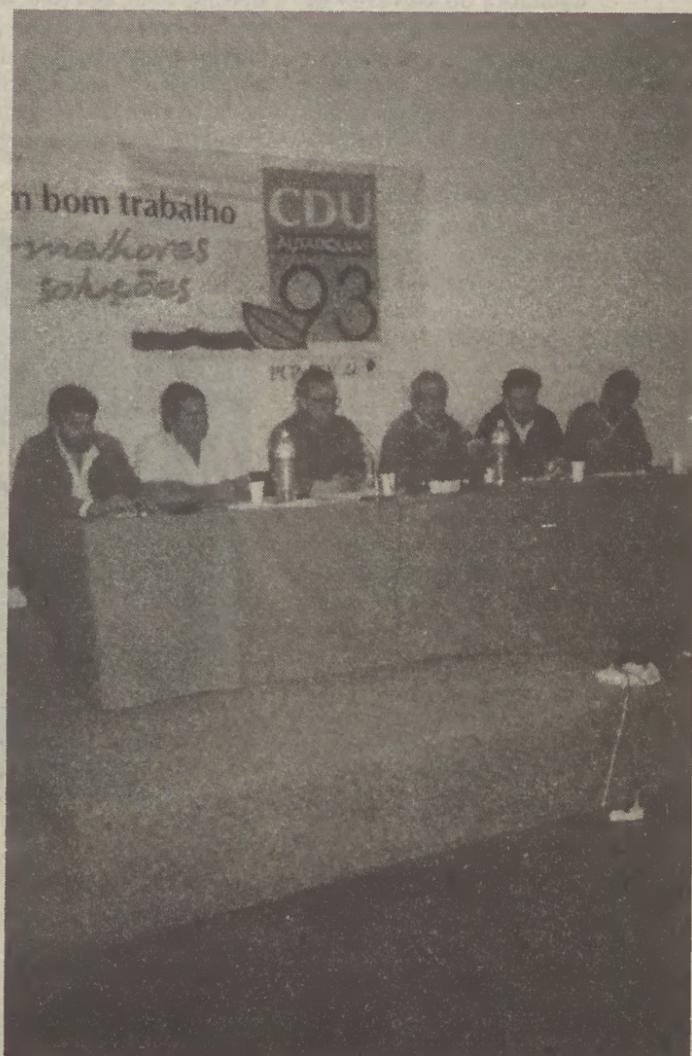
João Goulão, médico, será o cabeça de lista da CDU na lista para a Câmara Municipal seguido de **António Mendonça**, engenheiro, e **José Mendes de Moraes**, jurista.

A lista para a Assembleia Municipal será encabeçada por **Carlos Luís Figueira**, membro da Comissão Política do CC e responsável da DORAL, seguido por

Na sua análise à gestão socialista, Carlos Luís Figueira frisou, como paradigmas do insucesso: a incapacidade de apresentação, sequer por uma vez, do Plano e Orçamento nos prazos legais, a inexistência de nenhuma ideia sobre o que pode ser a gestão urbana da cidade, o caos urbanístico, a arrumação do trânsito, a ausência de critério na atribuição de subsídios.

«É por tudo isto – concluiu Carlos Luís Figueira – que a alternativa não será o regresso a este passado recente, nem à gestão trauliteira do PPD, corporizada na candidatura de circunstância de Negrão Belo, através do *leasing* político do CDS. Temos de combater a abstenção, esclarecer os que acreditaram nas falsas promessas de mudança, arrancar as pessoas à inércia e fazê-las acreditar num projecto credível, o projecto da CDU, que pode erguer Faro, com a dignidade que deve assumir como capital de uma região».

No decorrer do plenário, Francisco Botelho, membro da Assembleia Municipal



Francisco Botelho, empresário, e do sindicalista **António Goulart**.

Este é, como salientou António Goulart, que apresentou à apreciação do plenário os nomes propostos, o «núcleo central» das listas da CDU, resultado de um longo trabalho de auscultação a possíveis candidatos que decorre desde Dezembro e se prolongará, «com serenidade» até à dos restantes candidatos.

Para a Junta de Freguesia da Sé, a mais populosa e importante do concelho, a CDU indicou, como cabeça de lista, **Victor Santa-Rita**, engenheiro civil do Departamento Técnico da Universidade do Algarve, muito ligado como atleta e treinador ao fomento do futebol regional.

Na sua intervenção que encerrou o plenário, Carlos Luís Figueira salientou o facto de a situação que se vive actualmente no concelho ser diferente do anterior acto eleitoral autárquico, onde o PS alcançou a maioria devido ao apelo do voto útil da esquerda, e da divisão interna do PSD.

«Nestas novas condições pesam – salientou Carlos Luís Figueira – a profunda frustração em relação a uma gestão que prometeu mudanças e não foi mais que uma continuidade. Não se foi mais transparente nem mais ousado, nem mais democrático e, sobretudo, não se foi mais combativo perante o arbítrio do Poder Central».

pal eleito pela CDU, fez o balanço da gestão socialista, onde reafirmou o extenso rol de críticas, e a análise ao trabalho dos eleitos da coligação.

Neste aspecto, apesar de «algumas dificuldades» na substituição de eleitos, o trabalho da CDU «pautou-se por uma entrega empenhada e séria de todos os que detentores de cargos autárquicos».

João Pires, actual vereador da CDU, relatou a sua experiência autárquica e as dificuldades que lhe foram impostas pela forma antidemocrática que assumiu o comportamento do presidente da autarquia.

Caso gritante da falta de planeamento e desorganização autárquica é o Plano e Orçamento da autarquia.

Como linhas orientadoras do trabalho da CDU em Faro, o plenário aprovou, entre outras, a dinamização das estruturas locais, a prestação de contas à população pelo trabalho realizado e a análise ao cumprimento das promessas eleitorais, o alargamento da participação de jovens e mulheres e uma política de aproximação dos candidatos com a população.

O programa eleitoral da CDU será apresentado num prazo máximo de dois meses, resultado da auscultação de todas as forças económicas, sociais e culturais do concelho e de um trabalho de aprofundamento de contactos com a população.

Odivelas

Mas de 70 militantes participaram no passado sábado na 2ª Assembleia de Freguesia de Odivelas do PCP, em que estiveram presentes o camarada Aboim Inglês, da Comissão Central de Controlo, do CC, e o camarada Abílio Martins, do Comité Central da DORL, além dos dois camaradas eleitos na Junta de Freguesia.

A Assembleia votou por unanimidade a Resolução Política/Plano de Trabalho dos comunistas de Odivelas, que é a maior freguesia do concelho de Loures e uma das mais importantes do País. A questão autárquica foi, aliás, central durante o debate. Reconquistar a Junta nas próximas eleições é a tarefa que se coloca aos militantes do Partido, após a amarga experiência que a população viveu durante esta mandato, que pertenceu ao PSD, e depois da experiência positiva da gestão dos comunistas e seus aliados. Reforçar o Partido, prestar uma atenção maior à juventude, foram outras linhas de força aprovadas pelos militantes que, entretanto, elegeram nesta Assembleia, também por unanimidade, a nova Comissão de Freguesia do PCP, composta por 15 camaradas, destacando-se a participação importante de eleitos autárquicos e de dirigentes do movimento associativo.

Marinha Grande

A Comissão Concelhia da Marinha Grande do PCP, em reunião plenária realizada na passada sexta-feira, sublinhou ser grande preocupação que os comunistas veem degradar-se as condições económicas e sociais no concelho, «com particular gravidade para a crise instalada no sector cristaleiro, cujas medidas de recuperação económica há muito reclamadas sem que o Governo PSD/Cavaco Silva demonstre sensibilidade política para solucionar os graves problemas do sector, que são, como é sabido, de carácter estrutural».

O comunicado da Comissão Concelhia da Marinha Grande, que refere a audiência requerida pelo grupo parlamentar do PCP no Parlamento Europeu ao ministro da Indústria da Comunidade, a fim de serem consideradas medidas de apoio à cristalaria portuguesa, afirma que, «ao contrário de algumas teses sustentadas na comunicação social», os comunistas da Marinha Grande têm «a convicção profunda de que na Marinha Grande se sabe fazer vidro de qualidade, o que pressupõe que, existindo saber no vidro que se faz, tal não colide com a necessidade de apostar cada vez mais na valorização profissional, nos recursos humanos, no ensino e formação profissional, na investigação e tecnologia. O PCP responsabiliza o actual Governo pela situação existente e pela ausência dos pressupostos atrás enunciados, mas recorda que o PS também não está limpo, pois a origem da crise remonta aos tempos dos governos do PS/sozinho, coligado com CDS e, mais tarde, com o PSD no bloco central».

Águeda

Em comunicado tornado público na semana passada, a Comissão Concelhia de Águeda do PCP, que considerou a grave situação económica e social no concelho, analisou aprofundadamente a tentativa de despedimentos na empresa têxtil «Arrancar» e a luta das populações contra a instalação de uma estação de tratamento de resíduos industriais («ECTRI») em Assequins. Sobre a tentativa de despedir 150 trabalhadores na «Arrancar», a Concelhia comenta que a situação na empresa «se por um lado se deve à política do Governo, por outro deve-se à má gestão do patronato que transformou esta empresa num elefante branco, situação que tem sido denunciada pelos trabalhadores».

Sobre a «ECTRI», a Concelhia de Águeda, que analisou detalhadamente a exposição feita por populares de Assequins e enviada ao ministro do Ambiente, sublinha que «não só são reais os perigos invocados pela população, como é claro que o processo foi conduzido com pouca transparência e está eivado de irregularidades graves».

PCP

A crise em Aveiro

Reunida no passado sábado para debater a evolução da situação social e política do distrito e as próximas eleições autárquicas, a Direcção da Organização Regional de Aveiro do PCP tornou públicas as conclusões do debate, que a seguir transcrevemos:

Contrariamente às recentes afirmações públicas do Sr. Governador Civil de Aveiro, a evolução mais recente da situação no Distrito é marcada pela crescente degradação da situação económica e social, pondo a nu a diferença entre a propalada «política de sucesso» e a realidade vivida pela população, confirmando as análises e posições assumidas anteriormente pela DORAV, nomeadamente quando afirmava que o chamado «desenvolvimento» do distrito não era devidamente sustentado e se devia fundamentalmente a uma conjuntura particularmente favorável.

As situações de crise (e/ou dificuldades) são cada vez mais evidentes em diversos sectores (têxtil, químico, pescas, metalomecânica, calçado, cortiça, indústrias eléctricas) e empresas (Oliva, Sanjo, EPA, Almagre, Arrancar, Lusotuf, Fontes, Oficinas da CP em Ovar, Estaleiros S. Jacinto...).

Por outro lado, fruto das dificuldades ou a pretexto destas, verifica-se a existência de centenas de trabalhadores com salários em atraso, ou pagos tardiamente, e despedimentos sob várias formas e nos mais diversos sectores de actividade.

O número de pessoas a receber subsídio de desemprego no Distrito (apenas parte do desemprego real) passou cerca de 4800 em Janeiro de 1992 para mais de 7000 em Janeiro último, aumentando quase 50% em apenas um ano. O conhecimento de novos agravamentos desde Janeiro e outros indicadores permitem concluir que a situação do emprego é mais preocupante do que há três anos atrás.

Entretanto, aumentam escandalosamente as dívidas do patronato à Segurança Social, situando-se hoje, no

distrito de Aveiro, em mais de 14 milhões de contos, com os inerentes prejuízos para os beneficiários, sem que o Governo tome medidas sérias que lhe ponham cobro.

Degrada-se o poder de compra da generalidade da população. As actualizações de salários e pensões não compensam o aumento de preço dos bens e serviços de primeira necessidade; a contratação colectiva de diversos sectores está a ser bloqueada pelo patronato; o salário mínimo nacional que abrange milhares de trabalhadores é insuficiente.

Os agricultores estão entre as principais vítimas da política que vem sendo seguida espartilhados pelos altos preços dos factores de produção, pela concorrência externa, pela quebra dos preços dos seus produtos e pelo crédito caro.

Os pequenos e médios comerciantes, experimentam também sérias dificuldades devido à degradação do poder de compra das populações e pela concorrência com os grandes supermercados.

O sentido da evolução da situação económica e social, no nosso Distrito como no País, comprova que a política do governo do PSD, ditada por interesses de classe, é orientada para uma pequena minoria, que vê aumentar capitais e rendimentos à custa das crescentes dificuldades do nosso povo, à custa do património público, da crescente desfiguração do regime democrático e da hipoteca da soberania nacional.

Inúmeras lutas

A ofensiva do PSD contra a natureza democrática do regime, contra os interesses gerais da população e dos trabalhadores, contra os agricultores, contra a juven-

tude, contra o poder local e interesses regionais, tem sido dificultada pela resistência resultante do empenhamento combativo dos mais diversos sectores.

Entre as inúmeras lutas e acções desenvolvidas desde o início do ano, a DORAV do PCP sublinha:

— as lutas sectoriais dos trabalhadores da administração central e local, dos correios e telecomunicações, do calçado, da matalurgia e dos têxteis;

— as lutas de empresa por reivindicações específicas (Renault, Casal, Funfrap, Oliva, Sanjo);

— as concentrações e manifestações promovidas pela União dos Sindicatos de Aveiro em 18 de Fevereiro e em 2 de Abril;

— as concentrações, manifestações e reuniões de agricultores, promovidas nomeadamente pela ALDA e pela CNA na Palhaça, em Vagos e em Aveiro e a reunião em defesa da Uniagri, com largas centenas de participantes;

— a presença das mulheres na luta (que atingiu expressão elevada nas greves já citadas, em sectores de predominância feminina);

— as movimentações populares em torno de questões de grande interesse local, nomeadamente de ordem ambiental, com em Osseia e em Águeda.

O conjunto das acções desenvolvidas no Distrito contribuiu para demonstrar que os portugueses não aceitam a política do Governo, sendo capazes de lhe opor resistência significativa.

Aliás, é reflexo da tomada de consciência da enorme contestação popular à sua política que Cavaco Silva se passeia com grande aparato pelo país, e no caso concreto no distrito de Aveiro, procurando, através da demagogia, recuperar a imagem do Governo e do PSD cada vez mais atolados na corrupção.

Sendo claro que o protesto e a luta são instrumentos imprescindíveis do que pretendem fazer valer os seus direitos e dos que aspiram à solidariedade e justiça social, a DORAV do PCP sublinha a necessidade do seu desenvolvimento. Neste sentido destaca o significado e apela à participação dos trabalhadores e da população nas comemorações do 25 de Abril e do 1.º de Maio.

Reforçar a CDU

Constituindo batalha política de significado nacional as eleições autárquicas são também oportunidade para que, no Distrito, se alarguem e reforcem as posições da CDU.

Neste quadro, a DORAV não pode deixar de chamar a atenção para a incapacidade da generalidade das autar-

quias do Distrito (do PSD, do CDS ou do PS ou de coligação entre estes Partidos) de dar resposta às questões de fundo — planeamento, construção e coordenação entre os municípios.

Não se verificam diferenças significativas na forma e no conteúdo da actividade dos autarcas do PSD, do PS ou do CDS sejam maioria ou sejam oposição. É mesmo lamentável que haja autarcas de forças políticas, como o PS, que fizeram campanha e foram eleitos numa perspectiva de oposição à gestão da direita, acabam pelo silêncio, pela passividade e pela distração por deixar passar ou mesmo aprovar situações lesivas dos interesses das respectivas populações, como são exemplos as novas taxas de saneamento em Aveiro...

A vida tem vindo a demonstrar que, no interesse das populações, mais importante do que a vitória de qualquer das forças maioritárias nas autárquicas do Distrito, é a eleição de autarcas da CDU para os diversos órgãos autárquicos — nomeadamente vereações.

Os eleitos pela CDU honram os mandatos recebidos e normalmente marcam a diferença, para melhor, nos órgãos em que participam.

A DORAV do PCP reafirma o quadro geral de objectivos para as eleições autárquicas no Distrito: concorrer no âmbito da CDU a todos os órgãos municipais e ao maior número possível de freguesias; confirmar e alargar posições no conjunto dos órgãos autárquicos.

A DORAV do PCP apela às organizações do Partido para que intensifiquem as acções concelhias e locais, nomeadamente a formação de listas, a definição de objectivos, a dinamização das estruturas locais da CDU, a divulgação da intervenção dos eleitos da CDU na região e da sua obra realizada a nível nacional e a calendarização concreta das acções eleitorais.

A DORAV do PCP reafirma a necessidade de, em simultâneo com o desenvolvimento da luta e da acção popular contra a política do Governo e com a preparação das eleições autárquicas, ter de se desenvolver um trabalho eficaz no reforço da intervenção e influência do PCP.

O esforço renovado e criativo das organizações e dos militantes comunistas deve visar a divulgação das resoluções e orientações do Congresso — nomeadamente do Programa do Partido — o fortalecimento orgânico com novos recrutamentos nomeadamente dos homens, mulheres e jovens revelados na luta, com novos organismos para melhor trabalho colectivo e maior eficácia do trabalho, assim como a intensificação da militância e da actividade partidária.

Cultura científica

A Comissão para as Questões da Ciência e Tecnologia e o Grupo Parlamentar do PCP promovem hoje, 22 de Abril, às 21 horas, na «Casa Amarela» da Assembleia da República, uma Audição Pública sobre a Problemática da Cultura Científica. Importantes problemas estarão em debate, nesta iniciativa que conta com vários especialistas convidados, entre os quais se destacam os nomes dos Professores Galopim de Carvalho, Mariano Gago e Óscar Lopes, assim como do jornalista Gil Montalverne. Iniciativa aberta dos comunistas, procurará, com as opiniões ali expressas, responder a questões tão importantes como:

— Em que medida condicionam os novos conhecimentos científicos a vida política e da sociedade?

— Que consciência têm o cidadão comum das consequências que o défice científico acarreta para a economia portuguesa?

— Estará a nossa política educativa e cultural preparada para responder ao interesse que a juventude demonstra pelos progressos da Ciência e da Tecnologia?



TRABALHADORES

Jornada de defesa do sector empresarial do Estado

Governo foi a leilão mas não houve compradores



Na semana passada, activistas sindicais do sector empresarial do Estado fizeram uma acção de denúncia pública dos prejuízos que a política de privatizações tem trazido à economia nacional, aos direitos dos trabalhadores e aos interesses dos consumidores. A jornada, promovida pela CGTP e pelas coordenadoras das comissões de trabalhadores da Banca e da cintura industrial de Lisboa, teve como ponto alto um «leilão» do Governo, frente ao Ministério das Finanças.

Era objectivo dos promotores do «leilão» de dia 14 livrar-se do Governo do PSD. «Depois de tantos leilões que o Governo fez, dos prejuízos que causou e das lições que não tirou, só resta leiloá-lo para não fazer mais mal ao País e aos portugueses» - lia-se no folheto que anunciava a base de licitação: «Quem quiser arrematar o Governo, terá de indemnizar o País no montante dos prejuízos que este já causou com as privatizações, a destruição do aparelho produtivo, o desemprego e os cortes nos direitos sociais e a degradação dos serviços às populações».

Era um preço muito alto. Ainda por cima, os «conselheiros» do «leiloeiro», referindo situações de várias empresas, adiantaram mil e uma razões para que ninguém quisesse estes governantes. Não houve compradores.

Houve, sim, a entrega de uma resolução no Ministério de Braga de Macedo, apresentado como «o maior camelo do

Concretamente em cinco exemplos

Em torno da acção de 14 de Abril, estruturas representativas dos trabalhadores de várias empresas distribuíram à população e à comunicação social documentos sobre as consequências que a política de privatizações acarreta em cada caso concreto. Deixamos aqui cinco exemplos: o sector das comunicações e telecomunicações, a Siderurgia Nacional, a Electricidade de Portugal, os cimentos e o caminho-de-ferro.

Siderurgia

A Siderurgia Nacional produz apenas metade do aço que Portugal consome. Recentemente, foram gastos 65 milhões de contos no saneamento financeiro e na cobertura de parte das despesas com a chamada reestruturação. Esta reestruturação traduziu-se já no despedimento de mais de metade dos 6350 trabalhadores que a empresa tinha. No entanto, o próprio Governo admite despedir mais 2400 pessoas, ficando a SN com apenas 600 trabalhadores.

A reprivatização da Siderurgia Nacional concorreu apenas um consórcio de franceses e espanhóis que já anunciaram pretender que o Governo português lhes pague para ficarem com a empresa.

O mercado de aço da SN é de cerca de 150 milhões de contos por ano. A exemplo do que vem fazendo desde há 10 anos, a administração tenta fugir às negociações para a revisão do

acordo de empresa e aplicou, por acto de gestão, aumentos salariais de 4,5 por cento.

Os trabalhadores exigem «uma efectiva reestruturação e modernização da empresa, baseada na defesa do interesse nacional, e a tomada de medidas eficazes para moralizar o mercado dos produtos siderúrgicos» - afirma a federação dos Metalúrgicos.

Comunicações

As estruturas representativas dos trabalhadores das empresas de comunicações e telecomunicações (CTT, Telecom, TLP, Marconi, TDP e audiovisual) entendem que é necessária uma reestruturação, tendo em conta as transformações verificadas e a necessidade de dar uma resposta adequada e dinâmica às exigências dos utentes. Contudo, acusam, a política do Governo tem-se traduzido, essencialmente, num ataque cerrado aos direitos e regalias dos trabalhadores, a par da degradação da qualidade do serviço.

Ao mesmo tempo que aumenta o volume de trabalho, todas as administrações procuram reduzir o número de trabalhadores. São encerradas estações de correios. Cada vez mais, são adjudicados serviços de telecomunicações a empreiteiros e empresas privadas. Com total subaproveitamento do pessoal da RTP, continuam a recorrer à contratação de serviços externos.

Cimentos

Foi tendo em mira a privatização que o Governo separou da Cimpor a CMP (Cimentos de Maceira e Pataias). É conhecido o fiasco da operação de privatização juntamente com a Secil, pelo que deverá ser feita nova tentativa para a venda destas empresas.

Entretanto, refira-se que a Cimpor (e as 40 empresas participadas, mais o novo investimento em Espanha) e a CMP tiveram em 1992 lucros superiores a 20 milhões de contos.

Apesar de formalmente separadas, Cimpor e CMP têm os mesmos administradores, e são responsáveis por



cerca de 2 terços do mercado nacional de cimentos. As reestruturações têm incidido apenas na diminuição de pessoal, com pressões para rescisão de contratos «por mútuo acordo» que levaram a mais de 400 saídas em 1992. A comissão de trabalhadores já alertou para o facto de se começar a notar a entrada em Portugal de cimento importado mais barato (apesar do preço do cimento português ser dos mais baixos da Europa), mas não há alterações tecnológicas e a estratégia de espartilhamento da Cimpor apenas vem piorar as condições de concorrência.

Aos esforços da administração para dar uma imagem de «grandes mecenas, grandes fazedores de lucros e apologistas do diálogo social», a CT contrapõe a realidade de uma proposta de aumentos salariais de 4 por cento e de uma séria deterioração do ambiente de trabalho.

EDP

A «recuperação económica e financeira» da Electricidade de Portugal tem servido, desde 1988, de pretexto para alterar os princípios do funcionamento da EDP e visa apenas tornar a empresa mais atractiva aos olhos de potenciais compradores, numa futura privatização. A FSTIEP afirma que foi fundamentalmente este objectivo político que esteve na base de medidas como a transformação da EDP em sociedade anónima e os projectos de a desmembrar em várias empresas.

Os resultados à vista são a liquidação de mais de 7 mil postos de trabalho nos últimos 7 anos, a par da crescente cedência de trabalho a empreiteiros e em contraste com o galopante aumento do número de consumidores. Esta prática tem-se repercutido na degradação da qualidade do serviço e, apesar dos esforços de publicidade e dos sofisticados meios que poderiam permitir uma efectiva modernização, os problemas dos consumidores não são resolvidos com maior eficácia.

A situação é agravada pela implementação precipitada de um novo sistema de gestão na área comercial. O encerramento



TRABALHADORES



Contra os trabalhadores, as populações e a economia nacional

oásis». Nesse documento os representantes dos trabalhadores das empresas do SEE começam por afirmar que «a vida e os factos» vieram dar razão aos que alertaram para as consequências sociais e económicas das privatizações.

Neste momento, afirmam, «está desmistificada a tese do *capitalismo popular*, na medida em que são os grandes interesses de grupo, nacionais e estrangeiros, os únicos beneficiários desse processo de leilão do património público empresarial». Além disso, «verifica-se a falência das teses que proclamavam que as privatizações iriam dinamizar e modernizar o aparelho produtivo nacional», pois o que sucede é que, «instalado no sector financeiro, o grande capital nacional e estrangeiro aguarda agora o resultado do desmantelamento e desmembramento de grandes empresas e sectores, para as comprar a baixo preço».

Quanto ao Governo, «não acautela os interesses de Portugal, não apresenta uma estratégia de desenvolvimento económico, limitando-se a arrecadar os dinheiros dos leilões que promove» e, «perante a crise da economia capitalista, dispõe-se a fazer autênticos preços de saldo, sacrificando o aparelho produtivo e a sua dimensão social».

Por isso, os representantes dos trabalhadores do sector empresarial do Estado reclamam, como «imperativo patriótico», que páre imediatamente a actual política privatizadora.

Manuel Carvalho da Silva participou na semana passada numa conferência de imprensa, dada pela Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas de Portugal, sobre as consequências da política de desmembramento da EDP, apontado à privatização. Na ocasião, o coordenador da CGTP sublinhou que, na EDP como nas restantes empresas do sector empresa-

rial do Estado, «o que está em causa são interesses dos trabalhadores, interesses da população e interesses nacionais».

E adiantou algumas fortes razões que fundamentam esta tese.

Degradação de salários e direitos

«Há uma diminuição de postos de trabalho; tudo isto

é feito na execução de uma política de liberalização e, portanto, visando em última instância favorecer o grande capital; esta diminuição de postos de trabalho é preocupante porque atinge os objectivos e as possibilidades da empresa, mas atinge direitos dos trabalhadores que são essenciais.

«Há destruição de inúmeros postos de trabalho qualificados no sector empresarial do Estado; em substituição, surge uma prestação de

E é aqui que se fundamentam as propostas inaceitáveis de aumentos salariais.»

Desertificação

«Em relação às populações as preocupações são muitas. Toda a gente sabe que serviços prestados por empresas como a EDP, a Rodoviária Nacional, ou outras empresas do SEE foram determinantes para a criação de condições mínimas de vida em inúmeras regiões do País. A destruição destas empresas articula-se com uma política que está a levar à desertificação do País por efeitos directos e indirectos: se são liquidados postos de trabalho em regiões do interior, se simultaneamente são eliminadas linhas de caminho-de-ferro, se são retirados serviços de correios, serviços de comunicações, transportes e uma série de outras condições - isto são tudo factores a acumular para a desertificação do interior.»

Insistir na destruição

«No que respeita aos interesses nacionais, há que chamar a atenção para o facto de, num momento em que, mesmo políticas liberais como a de Inglaterra, ou políticas que se enquadram na Comunidade Europeia e que são determinadas pelos interesses do capital e em primeiro lugar estão perante a necessidade de dar resposta às crises que se vivem em muitos países, estão a fazer inversões das políticas económicas e estão a decidir uma utilização forte do sector empresarial do Estado como factor de dinamização, de crescimento económico e de desenvolvimento.

«Em Portugal está-se a fazer exactamente o contrário. É preocupante a teimosia do Governo em insistir na sua política económica e continuar a destruir estas avanças importantes e a pôr em causa as possibilidades efectivas de uma política de desenvolvimento nacional.

«O mesmo em relação ao desenvolvimento regional: os efeitos da destruição de muitas destas empresas, e a EDP é um caso exemplar, leva-nos a interrogar sobre que políticas de desenvolvimento regional se podem assegurar, quando peças essenciais da execução dessas políticas estão a ser destruídas.»



de 139 agências e postos de atendimento vai trazer prejuízos a 800 mil consumidores que, para pagar facturas fora de prazo, requerer fornecimento de electricidade ou tratar de outros assuntos, terão que deslocar-se, em alguns casos dezenas de quilómetros. A partir deste ano serão encerrados vários postos de reparação de avarias e a concentração dos piquetes deverá implicar atrasos e mais longos cortes no fornecimento de energia. Também na EDP, apesar dos 16,8 milhões de contos de lucros em 1992 e de um contínuo acréscimo da produtividade, a administração decretou, por acto de gestão, aumentos salariais de apenas 6 por cento.

Caminhos-de-ferro

Para a federação dos Ferroviários e a comissão de trabalhadores da CP, não há nenhuma razão de interesse público, antes pelo contrário, para o actual desmantelamento da CP, que está já a prejudicar a economia do País, os interesses dos utentes e dos trabalhadores da empresa.

Embora um sistema de caminho-de-ferro exija uma direcção unificada, coerente e fiável, e uma rede ferroviária só seja rentável a partir de determinada dimensão, o Governo de Cavaco Silva e o conselho de gerência da CP insistem no desmantelamento. Foram já encerrados mil quilómetros de linha (um terço do total), continua a redução de postos de trabalho, e são criadas artificialmente empresas afiliadas (inteiramente suportadas pelos dinheiros públicos da CP, mas destinadas à priva-

tização logo que estejam afastados os riscos do arranque). A forte componente social do transporte ferroviário leva que a os governos de todos os países subsidiem esta actividade. Em Portugal, também o Governo paga subsídios compensatórios à CP. Mas, segundo cálculos de técnicos portugueses e da Comunidade Europeia, a CP deveria receber três vezes mais do que recebe. E, como revelou recentemente o próprio presidente da empresa, o Governo deve à CP cerca de 35 milhões de contos.

Face aos problemas económicos e financeiros que a sua própria política tem gerado, o Governo e a gerência optam por aumentar os preços dos bilhetes (em 10 por cento) e baixar os salários reais dos ferroviários (impondo aumentos salariais de 5 por cento). Na calha para privatizar estão as linhas suburbanas de Lisboa e Porto e a ligação fluvial entre Lisboa e o Barreiro, aguardando apenas a conclusão das obras em curso com dinheiros públicos. Depois, é natural que o Governo diga que o preço dos bilhetes, nestes percursos que já são hoje dos mais lucrativos, será definido pelas empresas privadas.



serviços por trabalhadores menos qualificados, com prejuízos para as populações, mas também com um efeito enorme no nível salarial dos trabalhadores e agindo como factor de pressão para a redução dos direitos dos trabalhadores: a procura de argumentos que demonstrem à opinião pública que os trabalhadores das empresas do SEE são «privilegiados» por terem um conjunto de direitos que adquiriram nestes anos de luta, de desenvolvimento e de construção das próprias empresas, está a produzir um efeito extremamente nefasto no nível salarial médio de regiões inteiras, com a disponibilização de mão-de-obra qualificada que, face à necessidade de sobrevivência, se sujeita a trabalhar por valores baixíssimos; cria-se assim um mecanismo muito acelerado de degradação que pode levar a situações extremamente preocupantes do ponto de vista social.

«Não são apenas os trabalhadores que saem das empresas que ficam prejudicados, são também os que lá se mantêm e que vão ser permanentemente alvo deste tipo de pressões.

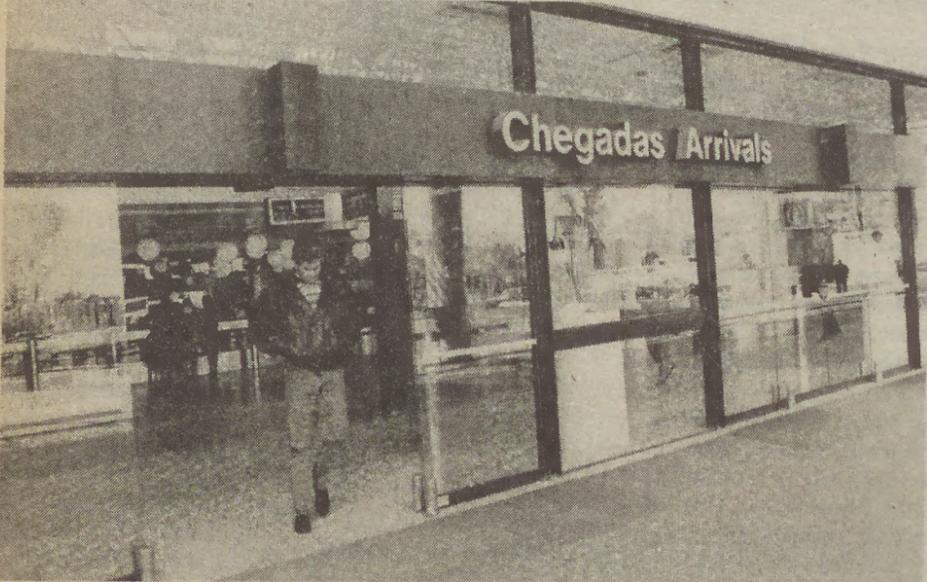
TRABALHADORES

Greve na TAP poderia evitar-se

Uma adesão praticamente total imobilizou na Portela centenas de passageiros, porque a administração não quis negociar. Prevista para amanhã nova greve na CP.



Esperar, nem sempre pacientemente...



Entrar e sair, sair e entrar

Primeiro de Maio

Além do desemprego, a CGTP que, segundo a Lusa, decidiu «privilegiar três grandes temas de contestação» (saúde, segurança social e política fiscal) até ao fim deste ano, promove as comemorações do 1º de Maio em 70 localidades, «pelos salários, pelo emprego, por uma política diferente, com solidariedade, unidade e luta».

Em Lisboa, o Dia do Trabalhador será assinala-



do com o tradicional desfile que parte do Martim Morniz, percorrendo as

artérias que conduzem em linha recta à Alameda Afonso Henriques.

A greve de 16 de Abril na transportadora aérea nacional, que paralisou praticamente toda a frota durante 24 horas, prejudicando centenas de passageiros, poderia ter sido evitada, se poucas horas antes de começar a administração aceitasse apenas suspender o chamado «regime sucedâneo» que retira regalias contratuais aos trabalhadores.

Em conferência de imprensa, com algum relevo na televisão, dirigentes dos 16 sindicatos que convocaram a greve manifestaram no dia anterior a sua disposição para negociar com os administradores, afinal representantes do Governo, «medidas para combater a grave situação em que a TAP se encontra; mas não aceitamos negociar sob coacção e intmidação», disseram.

Sublinhe-se que os sindicatos admitiram à repita-se, antes de começar a greve à mesmo «uma redução gradual dos quadros».

Com esse «regime sucedâneo» depois de aprovado é que despoletou as negociações com a administração (apenas duas reuniões já em cima da greve e reduzidas a «muita conversa e pouco diálogo»), aos sindicatos e aos trabalhadores não foi deixado outro caminho a não ser o recurso à greve.

Na conferência de imprensa de 15 de Abril ficou bem claro que «o conselho de administração recusou liminarmente a proposta dos sindicatos de não aplicação de regime sucedâneo, de suspensão das listas de trabalhadores disponíveis e de revisão das condições de pré-reforma dos trabalhadores com mais de 55 anos».

Mas o pessoal da TAP aceita a ideia, segundo alguns sindicatos, de que a Companhia pode estar sobredimensionada para as necessidades do País e está disponível, ao que parece, para discutir uma redução gradual e negociada de efectivos.

Pessoal e sindicatos acusam, no entanto, as sucessivas administrações de nunca terem feito o que era desejável para evitar a situação actual.

Segundo os sindicatos, as dívidas do Estado à TAP totalizam 80 milhões de contos. Se fossem pagos resolveriam, em grande parte os problemas financeiros da empresa.

A esmagadora maioria dos trabalhadores aderiu à greve.

Só dois dos 18 sindicatos não subscreveram o pré-aviso. Mas os pilotos apoiaram a paralisação e podem, eles próprios, marcar uma

greve para o próximo dia 27.

Na base da luta não estão apenas questões salariais. Trata-se principalmente do novo regime laboral. Por exemplo, José Brás, presidente de Sindicato Nacional do Pessoal de Voo, disse que a greve se destinava «principalmente a pressionar a administração a aceitar o diálogo, que temos vindo a prôpor há meses, com vista à viabilização da TAP e à recuperação da crise que atravessa».

Dentro da prática de unidade e convergência na acção sindical, é previsível que todo o sector dos transportes públicos possa aderir a formas de luta conjuntas dentro em breve.

Para amanhã, 23, está convocada nova greve na CP.



Imprensa sindical

A imprensa sindical continua a atribuir relevância decisiva às lutas e movimentações dos trabalhadores. Quase sempre atraente e mesmo exemplar, como sucedeu com o número da «Função Pública», cuja capa reproduzimos na semana passada, as publicações sindicais, embora algumas de distribuição irregular, solicitam cada vez mais a leitura e têm a vantagem nada negligenciável da distribuição gratuita, na sua grande maioria, ou de um preço pouco mais que simbólico, como é o caso do mensário «Alavanca» da CGTP-Intersindical Nacional.

Conferência sobre o SNS

O Sindicato dos Enfermeiros Portugueses (SEP) efectua no Algarve, entre 6 e 8 de Maio, uma conferência internacional sobre a reforma do serviço nacional de saúde no nosso país.

A comissão organizadora, que anunciou a conferência para o Hotel Montechoro, acrescenta que ela se realiza «na sequência da regulamentação da Lei da Saúde (48/90) de 24 de Agosto».

Integrada nas comemorações do Dia Internacional do Enfermeiro, destaque-se, entre os objectivos da conferência apontados pela comissão organizadora em 12 do corrente, que se trata de «reflectir sobre as consequências da reforma do SNS no exercício da enfermagem portuguesa», bem como de «fornecer aos participantes (ainda não revelados) dados relativos a alguns sistemas de saúde de âmbito internacional».

EM FOCO

Segunda-feira, 12 horas, Parque Eduardo VII

Mundo rural vem a Lisboa para salvar a agricultura

Milhares de agricultores vão na próxima segunda-feira «marchar» sobre Lisboa numa mais que provável resposta massiva à convocatória da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) no que será um ponto alto de um longo processo de luta levado a cabo por agricultores de todo o país, insatisfeitos pela política governamental e comunitária, que tem levado muitos deles a viverem dramáticas situações de miséria, falência ou ruptura financeira.

A CNA decidiu igualmente solicitar ao primeiro-ministro e ao ministro da Agricultura a concessão de audiências para o mesmo dia da manifestação, esperando obter respostas positivas às suas principais reclamações.

Esta Jornada Nacional de Protesto e Reclamação da Agricultura Portuguesa decor-

rerá sob os lemas: «produzir sim, ruína não!», «escoamento da produção nacional!», «contenção das importações» e «Governo deve dialogar com a CNA!».

Denunciada será a demagogia governamental ao apresentar recentemente o chamado «pacote» de 220 milhões de contos para a agricultura já que ele não responde às reclamações mais urgentes dos agricultores e apenas irá beneficiar os grandes patrões da agro-indústria e do comércio, no dizer da CNA.

Os representantes dos agricultores dizem que as verbas anunciadas não têm garantia de efectiva aplicação já que ainda estão a ser negociadas com a CEE e poderão vir a ser somente metade do prometido, já que o resto terá de ser preenchido pelas entidades que irão utilizá-las.



A última e grandiosa manifestação de agricultores em Leiria faz prever grande participação na jornada lisboeta

«Todos a Lisboa, salvar a agricultura» foi o chamado saído da recente Assembleia Geral da CNA, onde se decidiu esta manifestação e onde se recordou

a falta de escoamento dos produtos nacionais, a quebra dos preços na produção sem vantagens para os consumidores, os altos custos dos factores de produção e das taxas de juro do crédito agrícola, o debaratar dos fundos comunitários, a falência de explorações e cooperativas e o agravamento do défice agro-alimentar do país.

A Confederação Nacional da Agricultura (CNA) comemorou já 15 anos de existência, numa altura em que a sua capacidade de reivindicação, representação e mobilização de agricultores cresceu para níveis que tornam ridículo o boicote governamental à sua integração institucional como parceiro social, ou seja, a sua entrada por direito próprio no Conselho Económico e Social

Alguns problemas da agricultura portuguesa

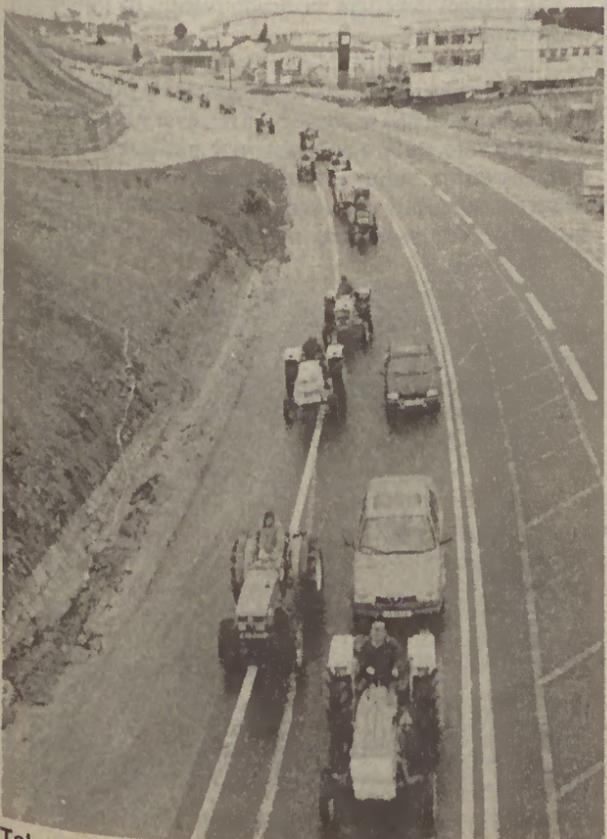
Desde que os agricultores iniciaram a sua luta, nenhuma medida foi anunciada pelo Governo para apoiar e subsidiar de imediato e directamente o escoamento da batata, laranja e outras frutas, assim como das carnes, vinho, frutos secos e resina, sectores em grave crise no nosso país. Também por resolver estão problemas relativos ao subsídio dos factores de produção (os mais caros da Europa) e a bonificação das taxas de juro do crédito (também as mais elevadas da CEE) ou, por outro lado, sobre o saneamento financeiro do sector cooperativo e da Casa do Douro. Mas o mundo de problemas da agricultura do nosso país é maior:

Seca

A situação dramática vivida pela agricultura alentejana tem sido por diversas vezes denunciada pela CNA e pela Federação Nacional das Cooperativas Agrícolas de Produção (FENCA). Esta regista que a destruição da Reforma Agrária, a Política Agrícola Comum (PAC) e os dois anos consecutivos de seca estão a conduzir a agricultura do Alentejo para um beco sem saída.

O desemprego, a emigração e o abandono dos campos são outras consequências que afectam o tecido económico do distrito. Representantes dos agricultores e autarquias tem reivindicado apoios a fundo perdido e abertura de linhas de crédito bonificado para os sectores económicos mais afectados.

A seca não afecta só o Alentejo, mas também o Ribatejo e outras zonas do interior do país, onde os problemas se repetem.



Tal como em Leiria, também tractores e alfalhas agrícolas farão parte da manifestação na capital

Batata e cebola

Os produtores de batata exigem do Ministério da Agricultura uma tomada de posição sobre as importações de batata, nomeadamente espanhola, que chega ao nosso país a quatro ou cinco escudos (pois é subsidiada oficialmente no país de origem) enquanto a batata nacional (cuja produção não recebe um subsídio idêntico) apodrece por não encontrar mercados para ser colocada, dado o seu preço ser mais elevado - em causa estão assim oito milhões de quilos de batata produzidos este ano só no norte do país.

Quanto à cebola, milhares de toneladas continuam armazenadas e registam-se dificuldades de escoamento enquanto se procede à importação de cebola espanhola e holandesa.

Vinho

Também os produtores de vinho defrontam problemas. Sabe-se que milhares de litros de vinho verde mantêm-se nas adegas sem escoamento, e quando consegue esse escoamento é à custa de preços muito baixos. Para agravar a situação, muitas adegas cooperativas têm por pagar há mais de dois anos as colheitas entregues pelos agricultores.

Entre os escândalos que têm sido denunciados pelos agricultores está o facto de o Governo autorizar a importação de vinho espanhol e francês para o «fabrico» do vinho verde típico da região norte do nosso país, pondo em risco uma das riquezas da região e a sobrevivência de milhares de economias familiares.

O que querem os agricultores?

Entre as reclamações da lavoura, de que a CNA se faz eco, e que certamente serão expressas na manifestação da próxima segunda-feira em Lisboa, conta-se a exigência da aplicação de 106 milhões de contos - preço que a CNA diz ter sido fruto da «venda» feita pelo ministro da Agricultura do resto do período de transição em troca da integração total e completa na CEE - em subsídios aos produtores e intervenção para garantir o escoamento, a preços aceitáveis, de produtos como o vinho, gado bovino, ovino e suíno, batata, laranja e outras frutas, tomate para a indústria, resina e para fazer face a situações resultantes da seca.

A contenção de importações desnecessárias é outra exigência da agricultura, a par da aplicação e fiscalização das normas de qualidade aos produtos importados e im-

posição de taxas máximas de comercialização para impedir a especulação com os preços ao consumidor.

O abaixamento dos factores de produção e taxas de juro para os níveis da CEE e a concessão de linhas de crédito especiais para saneamento financeiro aos agricultores e às cooperativas assim como a bonificação significativa das taxas de juro do crédito agrícola, o estabelecimento urgente de moratórias para agricultores, particularmente jovens agricultores, e para as cooperativas com problemas de solvência financeira, são outras medidas que a CNA pensa serem essenciais para a recuperação da agricultura nacional.

Neste conjunto de reivindicações figuram ainda o pagamento urgente de todas as dívidas do Estado aos agricultores, a elaboração de um

Leite

O leite atravessa uma crise que tem directamente a ver com a entrada de Portugal para o Mercado Comum pois, desde então, todos os esforços de incremento de produção leiteira foram asfixiados, muitas salas de ordenha colectiva encerradas e o valor das quotas leiteiras reduzido.

Carne e matadouros

Quanto à carne de bovino os produtores portugueses afirmam produzir carne de excelente qualidade, mas são obrigados a vendê-la a preços abaixo do custo real para fazer frente à carne importada de outros países da Comunidade Europeia, que acusam de estar carregada com hormonas.

A pretensão de modernizar a tecnologia e melhorar a qualidade, o IROMA e o Ministério da Agricultura têm forçado o encerramento de muitos matadouros que deliberadamente foram deixando degradar para criar as chamadas «empresas PEC», empresas privadas que no dizer dos agricultores são pasto de «transacções e negociações» pouco claras. Por outro lado, muitas feiras de gado encontram-se encerradas.

Baldios

Também com o apoio da CNA e dos diversos representantes dos compartimentos desenvolve-se a luta em defesa dos baldios, com a unânime condenação do 17.º projecto de lei apadrinhado pelo PSD e PS para retirar os baldios aos povos.

plano nacional de apoio aos prejuízos da seca de 1993 - a definir também com a participação da CNA e suas filiadas -, o relançamento urgente dos projectos de regadio actualmente paralisados e a urgente concretização do Alqueva, a aplicação de um programa nacional de «sanidade animal» com apoio técnico-veterinário e pagamento das dívidas aos criadores de gado e aos Agrupamentos de Defesa Sanitária (ADS).

A manutenção da actual Lei dos Baldios e a alteração da actual Lei do Arrendamento Rural, de forma a garantir a segurança e estabilidade dos rendeiros tendo em conta a situação dos pequenos proprietários são medidas legislativas que a confederação considera essenciais.

Para a floresta, a CNA exige a reflorestação das áreas ardidas, a aplicação das

medidas relativas ao apoio em subsídios à florestação com espécies de crescimento lento e o pagamento aos produtores dos subsídios em atraso do Programa de Acção Florestal (PAF).

Ainda de referir são as exigências de aumento das pensões de reforma e invalidez e o aumento dos apoios médicos e medicamentosos, a aplicação das medidas de reforma antecipada aos agricultores interessados, com transferência da terra para agricultores mais jovens e a modernização e reestruturação do Ministério da Agricultura, com participação da lavoura na definição dos critérios que presidirão a essa mudança, para garantir um melhor apoio técnico aos agricultores, assegurando uma mais eficaz informação e apoio às crescentes exigências burocráticas.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Bloqueio informativo no Parlamento Mantém-se a situação de impasse

Voltou a reunir na terça-feira o Grupo de Trabalho que está a apreciar o regulamento de segurança do Parlamento. Na véspera da sua realização, alguns sinais mútuos indicavam vontade de superar a crise. À hora de fecho da nossa edição, porém, persistia a dúvida se seriam suficientes para ultrapassar a situação de impasse que já se arrasta vai aproximadamente para um mês.

Na sua primeira reunião, realizada faz hoje uma semana, durante a qual foram ouvidas as razões dos jornalistas, prevaleceu a ideia entre os participantes de que o diálogo encetado marcara "uma evolução positiva" no processo.

Na ocasião, os representantes dos jornalistas sublinharam a dificuldade no acesso às fontes de informação que decorre da aplicação do regulamento, sobretudo para os órgãos de comunicação social de periodicidade diária.

No dia anterior, José Manuel Maia, vice-presidente da Assembleia da República, propôs a livre circulação dos jornalistas nos corredores que circundam o hemiciclo, embora sem qualquer revogação das normas do regulamento e acesso, circulação e permanência nas instalações da AR.

Proposta em conferência de líderes pelo Presidente da Assembleia da República, a criação deste grupo de trabalho, no qual estão representados todos os partidos com assento parlamentar, constitui a mais recente diligência no sentido de ser ultrapassado o impasse provocado pelo bloqueio informativo dos jornalistas parlamentares em resposta às restrições impostas pelo PSD ao exercício da sua actividade no Parlamento.

Presidido pelo deputado comunista José Manuel Maia, este grupo de trabalho está incumbido, designadamente, de "analisar o modo como todas as disposições do Regulamento estão a ser aplicadas na prática", devendo igualmente proceder à apresentação de "sugestões quer para modificações de

quaisquer normas" do Regulamento "quer para a sua melhor execução".

Cumprindo assimilar que a criação deste grupo de trabalho para reapreciar o Regulamento que despoletou a crise surge na sequência de diligências encetadas pelo Grupo Parlamentar do PCP junto das restantes formações, à última das quais foi precisamente a proposta em 6 de Abril de criação de um grupo de trabalho no âmbito da Conferência de Representantes dos Grupos Parlamentares destinada a analisar a situação e a encontrar uma solução justa e adequada para a grave situação criada.

Entretanto, o PCP e o CDS decidiram na passada semana alterar a postura de silêncio em plenário que vinham mantendo há mais de duas semanas. Justificando a posição da bancada comunista, Octávio Teixeira declarou que esta atitude "não representa, de forma alguma, uma quebra de solidariedade com os jornalistas", sublinhando que as intervenções em plenário permitem ao PCP expressar as discordâncias quanto ao regulamento de segurança do Parlamento.

O CDS, por sua vez, através do seu líder parlamentar, Lobo Xavier, deu a conhecer na passada semana uma nova interpretação do polémico regulamento que, em sua opinião,



O secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, que estava acompanhado por Octávio Teixeira, presidente do Grupo Parlamentar, levaram ao Presidente da República as suas preocupações quanto à situação no Parlamento e quanto à situação política, económica e social do País

"admite uma saída airosa" para a situação criada. De acordo com o deputado centrista, a área que circunda o hemiciclo não é exclusiva do PSD, pelo que, sustentou, qualquer grupo parlamentar pode dar a anuência para a circulação dos jornalistas nesses corredores.

Preocupações quanto ao novo regulamento de segurança do Parlamento foram ainda expressas, faz hoje oito dias, pelo secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, no decorrer de um encontro que manteve com o Presidente da República.

Acompanhado por Octávio Teixeira, líder da formação parlamentar comunista, Carlos Carvalhas acusou o PSD de estar a aprovar "leis gravosas para Portugal" e esclareceu que a decisão do PCP de quebrar o silêncio em plenário tinha a ver também com o facto de essa ser uma das formas de "denunciar diariamente as manobras do PSD".

"Não é muito aconselhável que um partido da oposição esteja em silêncio quando o PSD tem estado a aprovar leis gravosas para o País", referiu o dirigente do PCP, antes de acrescentar que é o grupo comunista que mais tem tentado resolver o diferendo entre o PSD e os jornalistas.

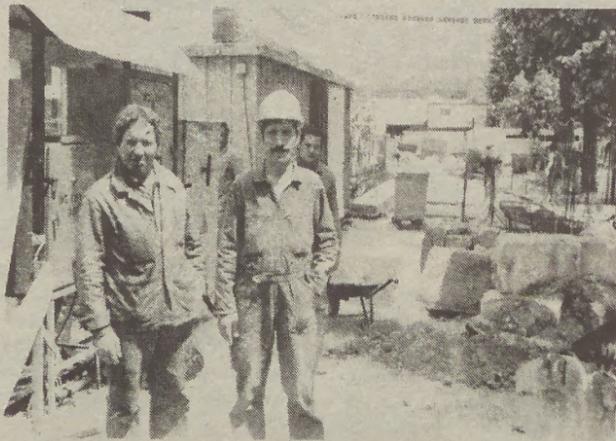
NACIONAL

Reuniões com emigrantes na Europa Uma manobra falhada

Redundaram num completo fracasso as reuniões com emigrantes portugueses realizadas no último fim-de-semana em quatro cidades europeias por iniciativa da Comissão Eventual da Assembleia da República incumbida de apreciar os projectos de lei de alteração das leis eleitorais. Para o facto concorreram não apenas o reduzido número de participantes nos referidos encontros, realizados em Paris, Luxemburgo, Genebra e Estugarda, como também o facto de todas as atenções e problemas neles suscitados terem incidido em matérias relacionadas com problemas concretos dos nossos concidadãos (ensino, apoio consular, reformas, entre outros), os quais não estavam propriamente na agenda dos promotores.

Gorados foram assim em larga medida, pode dizer-se, os propósitos da comissão parlamentar que tinha como único objectivo com a realização destes encontros o debate sobre a questão do voto dos emigrantes nas eleições presidenciais.

Um objectivo que se afigu-



A falta de preparação não permitiu discutir os problemas reais dos emigrantes

ra perfeitamente extemporâneo e injustificado na medida em que se trata de uma questão que não está na ordem do dia, tanto mais que a questão do voto dos emigrantes nas eleições presidenciais não consta de nenhum dos projectos de alteração das leis eleitorais em debate na referida comissão.

Acresce ainda, como salienta uma nota do Grupo Parlamentar do PCP emitida a propósito do assunto, que qualquer alteração ao direito

de voto dos cidadãos portugueses só pode ser decidida em sede de revisão constitucional, não se encontrando em aberto, nem se perspectivando no curto prazo, qualquer processo dessa natureza.

Assim sendo, na perspectiva da formação comunista - que não se fez representar nesta deslocação por entender que não houve a necessária

preparação para a realização das reuniões - só seria razoável e adequado que a Assembleia da República iniciasse o debate da questão em contacto directo com os cidadãos portugueses residentes no estrangeiro no quadro de um processo de revisão constitucional, o que não é, como se sabe, manifestamente o caso.

Demarcando-se deste tipo de acções que do seu ponto de vista têm como objectivo "manipular legítimas aspirações de participação política de cidadãos portugueses colocando-as ao serviço de mesquinhas estratégias partidárias", o PCP manifestou entretanto todo o interesse em debater todos os assuntos que os nossos compatriotas entendam relevantes e participar em iniciativas da Assembleia da República que tenham realmente como objectivo ajudar a resolver reais problemas sentidos pelas comunidades portuguesas no estrangeiro.

Homenagem a Albertina Dias

A atleta Albertina Dias e o seu treinador, Bernardino Pereira, foram objecto de uma homenagem no sábado passado no Porto «não só pela sua recente vitória no Campeonato do Mundo de Cross, mas também por todas as vitórias conseguidas até hoje e pelo seu contributo para o desenvolvimento desportivo e o prestígio que isso significa para o País», segundo se afirma num comunicado da organização. Esta homenagem foi pro-

movida pelas Juntas de Freguesia de Miragaia e Pedrouços, pela Associação de Atletismo do Porto e pela Federação das Colectividades do Distrito do Porto. Teve a adesão de cerca de 120 pessoas, meia centena de colectividades e a presença de personalidades entre as quais se encontravam Moniz Pereira, os professores Fernando Mota, Manuel Puga e Carlos Rabaçal, o deputado António Filipe e a dr.ª. Ilda Figueiredo.

Azolla no Guadiana

A praga de Azolla que começou a surgir no Guadiana há um mês continuava a aumentar terça-feira passada, apesar dos meios que estão a ser utilizados para retirar as grandes do feto da água do rio. O ciclo de reprodução da praga terá mesmo já começado, libertando esporos que podem originar uma praga ainda maior, segundo disse à Lusa uma representante da Associação para a Protecção do Património Cultural e Ambiental de Mértola, Rosário Oliveira.

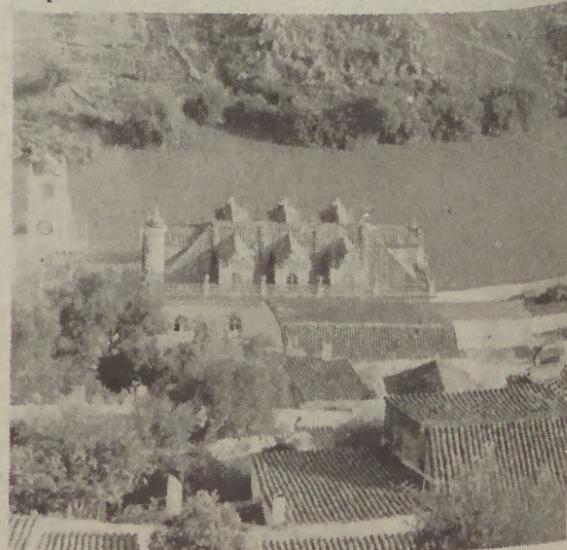
As causas do aparecimento do inicialmente «manto verde» sobre o Guadiana (e que em algumas zonas apresenta agora um tom avermelhado) ainda não estão determinadas, admitindo-se que o trabalho de cerca de 40 militares da Armada e do Exército, com o apoio de pescadores e funcionários da Câmara de Mértola, de recolha da Azolla poderá não solucionar o problema.

Todos desconfiam de problemas com poluição, sabendo-se da existência de uma quantidade excessiva de fosfatos, no entanto até há hora do fecho desta edição ainda não eram conhecidos os resultados das análises feitas à água do rio pelo Ministério do Ambiente.

As análises deveriam ter ficado prontas na passada sexta-feira.

Aliás, Rosário Oliveira criticou os serviços oficiais por não se empenharem na identificação da origem da praga sem a qual não se conseguirá resolver o problema.

Entretanto, quatro cegonhas que nidificavam nas margens do rio, junto a Mértola, morreram e outras foram encontradas doentes sem que se conheçam as causas, embora se associe estas mortes a intoxicação causada pela Azolla.



Mértola deixou de ver o Guadiana limpo

Número quatro de «Análise»

Foi publicado o número quatro de «Análise», newsletter internacional que trata, como o nome indica, de questões internacionais.

«Análise» tem uma Redacção composta por A. Villaverde Cabral, João Alferes Gonçalves, José Goulão, Miguel Urbano Rodrigues e Rogério Carapinha.

Este número dá especial atenção a temas como a crise italiana, a situação na Rússia, a política externa de Clinton, as eleições francesas, os escândalos da CIA, a desagregação do poder na Venezuela e o desprestígio da Presidência no Brasil.

«Análise» é distribuída exclusivamente pelo Correio, podendo ser contactada através do Apartado 5006 - 1701 Lisboa.

Ano Europeu dos Idosos

Recomendações da CEE não chegam a Portugal

A Comunidade Europeia decidiu que o ano de 1993 fosse o Ano Europeu da Pessoa Idosa e da Solidariedade entre Gerações. Em Portugal, entrados que estamos já no segundo trimestre do ano, as entidades oficiais mais não fizeram ainda do que editar um luxuoso folheto com declarações de intenções no mínimo desfasadas da realidade nacional, como a eventual criação de um tele-alarme, que poderá vir a

como representantes das organizações de reformados, pensionistas e idosos, com o objectivo de recolher opiniões e sugestões sobre as medidas a desenvolver para minorar ou resolver muitos dos problemas que afectam a vida desta camada da sociedade e que se têm vindo a agravar.

A iniciativa serviu igualmente para dar a conhecer os esforços desenvolvidos pelo PCP nesse sentido, designadamente ao nível da AR: projectos de lei para a melhoria e valorização das reformas, das prestações sociais, de acesso aos transportes públicos, etc. Na ocasião, a deputada Apolónia Teixeira anunciou a iniciativa legislativa desenvolvida a semana passada e a que nos referimos em separado, bem como a realização na AR, no próximo dia 6 de Maio, de um debate sobre a situação dos idosos e a exclusão social, agendado pelo Grupo Parlamentar comunista.

Na sessão de trabalho foi ainda anunciada a decisão comunitária de promover um Parlamento Sénior, no Luxemburgo, de 22 a 24 de Novembro. Como salientou o eurodeputado Sérgio Ribeiro, trata-se de editar, naqueles dias, uma réplica do Parlamento Europeu, onde cada formação política terá os seus representantes idosos. Pela sua parte, o PCP propõe-se debater com as organizações representativas dos interessados os temas a levar a esta tribuna comunitária, bem como definir os critérios que levarão à escolha dos seus representantes.

Mas a jornada ficou sobretudo marcada pela análise da

dramática situação em que vive a generalidade dos idosos em Portugal e por duras críticas à política do Governo nesta matéria.

Outra coisa não seria de esperar num país onde, como lembrou Apolónia Teixeira, mais de 750 mil pensionistas recebem apenas 24 700\$00 por mês, cerca de 560 mil recebem 17 600\$00 por mês, mais de 500 mil vivem apenas com 15 700\$00 por mês e cerca de 250 mil procuram sobreviver com menos de 15 700\$00 mensais.

Importa assinalar que, até à data, nenhum estudo oficial foi ainda publicado em Portugal sobre a situação económica e social deste sector da população. O que nem chega a ser motivo de espanto, dado que a realidade conhecida está longe de ser favorável à imagem que o Governo gosta de dar da sua política.

Um estudo recente da Comissão Europeia sobre a situação dos idosos nos 12 Estados-membros (de que publicamos alguns exemplos) é bem revelador da dramática realidade existente em Portugal. Basta dizer que Portugal é o país, a seguir à Grécia, onde se encontram mais degradados os montantes das pensões e reformas que, de resto, são das mais baixas da Comunidade.

Não é certamente por acaso que, de acordo com o referido estudo, se verifica que enquanto na Dinamarca 68 por cento dos idosos se afirmam muito satisfeitos com o seu nível de vida, 43 por cento na Holanda, 25 por cento em Espanha e 6 na Grécia, em Portugal apenas

3 por cento se dizem satisfeitos.

Pelo inverso, na Dinamarca apenas 3 por cento se dizem infatisfeitos, contra os 41 por cento de portugueses descontentes com o seu nível de vida.

O encontro realizado no Centro Jean Monnet traduziu bem esta realidade. Durante mais de três horas de debate, os intervenientes disseram da angústia de viver numa sociedade que não lhes reconhece o direito a envelhecer com



A situação dos idosos em Portugal em debate no Centro Jean Monnet

dignidade, da solidão e discriminação a que são remetidos, da escassez das pensões, da falta de assistência e estruturas de apoio, das preocupações com o futuro, das ameaças reais de virem ainda a ser "pensionistas no desemprego".

A unidade na acção para forçar o Governo a alterar a

sua política face aos reformados, pensionistas e idosos não foi esquecida. E vale a pena lembrar que até ao ano 2020 as pessoas com mais de 60 anos representarão um quarto da população europeia e as pessoas com mais de 50 anos serão dois quintos da população da Europa.

Proporção de pessoas idosas que se sentem sós	
%	País CE
< 5	Dinamarca
5-9	Alemanha, Países Baixos, Reino Unido
10-14	Bélgica, França, Irlanda, Luxemburgo, Espanha
15-19	Itália
20 ou mais	Portugal, Grécia (36%)

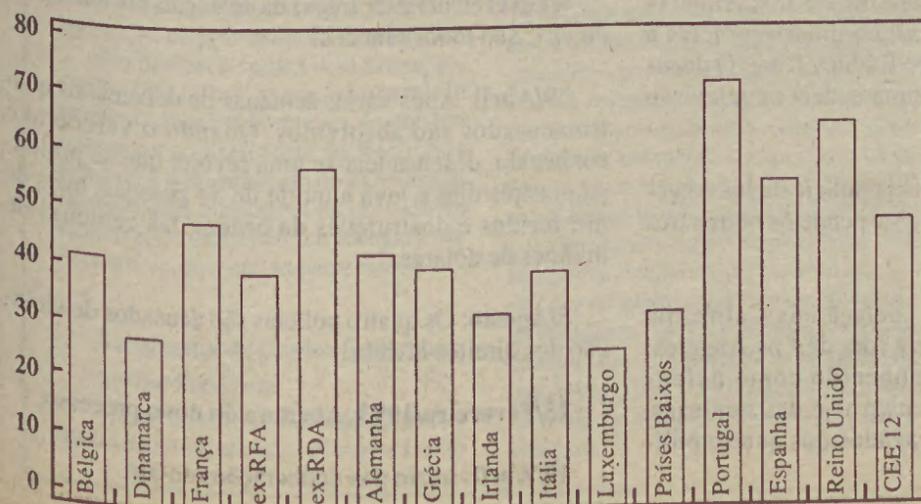
ser um interessante negócio mas certamente não ao serviço dessa vasta camada da população dos reformados, pensionistas e idosos cujos meios só muito dificilmente lhes permitem sobreviver.

Conscientes desta situação, os deputados do PCP no Parlamento Europeu, o Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República e os responsáveis da Área da Saúde e dos Assuntos Sociais do PCP promoveram, na passada quinta-feira, no Centro Jean Monnet, uma jornada de reflexão sobre a situação social dos idosos. Para o efeito, convidaram especialistas desta área, bem

Nível das Reformas

	CE 12	Bélgica	Dinamarca	França	Alemanha Ocidental	Alemanha Leste	Total Alemanha	Grécia	Irlanda	Itália	Luxemburgo	Países Baixos	Portugal	Espanha	Reino Unido
Suficiente	12.7	19.9	23.4	5.2	24.1	8.9	20.6	4.5	13.6	8.4	29.5	28.6	1.2	22.2	9.3
Mais ou menos suficiente	40.9	47.8	50.4	42.1	53.3	50.9	52.7	13.2	36.9	38.8	51.4	40.3	15.8	26.2	38.6
Insuficiente	23.8	22.3	17.4	27.0	16.7	27.5	19.2	25.0	24.8	21.5	8.4	22.0	37.1	25.0	28.4
Muito insuficiente	21.3	16.7	8.7	22.4	5.9	10.6	7.0	55.7	20.3	30.8	10.8	6.0	44.9	26.7	22.6
Não responde	1.2	2.2	0.0	3.3	0.0	2.1	0.5	1.7	4.4	0.5	0.0	2.9	1.1	0.0	1.1

Proporção de pessoas que afirmam que o principal problema dos idosos no seu país é não dispor de recursos necessários para viver ou que têm dificuldades financeiras



PCP propõe

Redução nos transportes a partir dos 60 anos

Eliminar as restrições e condicionamentos que impedem as reduções nos transportes aos reformados e pensionistas a partir dos 60 anos é o objectivo do projecto de lei apresentado no passado dia 14 pelo Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República. A iniciativa, divulgada pela deputada Apolónia Teixeira na reunião de trabalho promovida no Centro Jean Monnet há uma semana, foi a primeira respeitante à pessoa idosa levada a plenário da AR neste que se convenciou ser o Ano Europeu dos Idosos e da Solidariedade entre Gerações.

Com a medida, pretende o PCP minorar, ainda que sectorialmente, dificuldades sentidas pelos idosos, que face à legislação em vigor estão impedidos na prática de usar os seus passes sociais livremente. Com efeito, a portaria de 22 de Maio de 1980 que visava teoricamente acabar com as restrições na utilização de passes quer no dia da semana, quer na hora do dia, acabou por remeter a decisão final para a "administração das respectivas empresas de transportes", o que a tornou particularmente ineficaz.

Por outro lado, a mesma portaria, ao definir como beneficiários dos passes "os indivíduos com mais de 65 anos de idade", desde que "o rendimento do seu agregado familiar seja igual ou inferior ao salário mínimo nacional", acabou por criar outras situações de discriminação. Assim, por exemplo, como afirmou Apolónia Teixeira, "num agregado com três pessoas em que se verifique na globalidade um rendimento superior ao salário mínimo nacional - média 16 contos *per capita* - já um reformado não tem direito ao passe social".

O PCP considera esta situação "duplamente injusta", já que "é permissiva à não aplicabilidade da redução nos preços e transportes pelas empresas transportadoras e permite à generalidade dos operadores de transporte a manutenção das restrições à utilização dos títulos de transporte pelas pessoas idosas", e "discrimina os pensionistas com rendimentos manifestamente insuficientes na utilização deste benefício".

Como o projecto de lei dos comunistas faz notar, esta situação é tanto mais injusta quando é justamente nos períodos condicionados que os idosos mais necessitam de se deslocar: "são os horários das marcações de consultas, da ida ao médico de família, da consulta da especialidade, é o

horário dos internamentos médicos, da fisioterapia, da reabilitação...".

Uma promessa por cumprir

Mas não apenas estes aspectos são motivo de preocupação. Os idosos, mais do que quaisquer outros, "necessitam de sair, vencer o isolamento, conviver e participar na sociedade", pelo que manter as actuais restrições significa "cercear a liberdade e a mobilidade" destes cidadãos, condenando-os assim "à marginalização e solidão". Vale a pena parar para pensar que, em Portugal, 36 por cento dos idosos dizem sentir-se muito sós.

A própria Comissão das Comunidades Europeias reflectiu já estas preocupações na sua recomendação de 10 de Maio de 1989, que cria a carta do cidadão europeu de mais de 60 anos, alertando nomeadamente para a necessidade de "encorajar as pessoas idosas a tirarem um maior proveito das possibilidades de enriquecimento pessoal existentes nos diversos Estados-membros e dessa forma facilitar a sua autonomia e uma melhor participação das pessoas idosas na vida social".

A situação em Portugal está longe de corresponder a tais padrões. Com a agravante, como de resto se salienta na iniciativa legislativa do PCP, de que "em Portugal não é mais a idade de reforma (Segurança Social 65 anos para os homens e 62 para as mulheres) o indicador da situação de reformado porque são cada vez mais os que se vêem privados do mundo do trabalho e sem os recursos necessários à subsistência; são as reformas antecipadas, aos 60 anos, são as reformas por invalidez anteriores aos 65". Motivos mais do que suficientes que fundamentam as razões que levam o Grupo Parlamentar do PCP a propor "a concessão do benefício social de apoio aos transportes a partir dos 60 anos desde que na situação de reformado ou pensionista".

Como lembrou Apolónia Teixeira, é hora de resolver esta questão, como foi prometido em Janeiro de 1992 quando o assunto foi tema de apreciação na AR, ao ser discutida a petição apresentada pelo MURPI (Movimento Unitário de Reformados, Pensionistas e Idosos) e subscrita por 12 810 cidadãos. Passados 15 meses, continuam por cumprir as promessas de "esperança" então expressas pela bancada da maioria quanto ao "objectivo do alargamento dos passes

INTERNACIONAL

EUA

Os centros de detenção para jovens estão superlotados nos Estados Unidos e a promiscuidade que daí advém aumenta a violência e o número de tentativas de suicídio, indica um Relatório do departamento da Justiça norte-americano.

O Relatório, divulgado domingo em Washington, foi realizado em 1991 em 984 centros de todo o país e adianta que perto de metade dos jovens detidos vive em celas com mais de 26 pessoas.

Segundo o Relatório, a justiça norte-americana condenou a diversas penas de prisão em 1990 cerca de 570 000 jovens.

Esta superlotação nos centros de detenção para jovens provoca um clima de violência, aumenta as tentativas de suicídio e reduz as normas de segurança, acrescenta o documento.

Ainda em 1991, cerca de 24 200 jovens detidos foram feridos na prisão o mesmo acontecendo a perto de 6900 guardas prisionais.

Durante o mesmo ano, foram registadas mais de 11 000 tentativas de suicídio, dos quais 10 morreram.

Brasil

A maioria dos brasileiros é favorável à manutenção da República como regime político e do presidencialismo como sistema de governo, de acordo com uma sondagem.

A três dias do Referendo sobre estas duas questões, 60,1 por cento dos brasileiros pronunciaram-se pela manutenção do regime republicano e 52 por cento por um sistema presidencialista. O sistema parlamentar é referido por 24,3 por cento.

A monarquia, abolida em 1889 no Brasil, só é desejada por 12,3 por cento dos dois mil inquiridos pelo Instituto Gallup em 130 cidades de 23 dos 26 Estados brasileiros.

Na quarta-feira, cerca de 80 milhões de brasileiros votaram entre a monarquia e a república e entre o presidencialismo e o parlamentarismo.

A votação no referendo é obrigatória para os maiores de 18 anos e facultativa para os eleitores entre os 16 e os 18 anos, para as pessoas com mais de 70 anos e para os analfabetos.

O resultado do referendo será conhecido no dia 3 de Maio.

Marrocos

Amnistia Internacional (AI), condenou os «desaparecimentos» que ocorrem em Marrocos há mais de 35 anos e solicitou ao governo de Rabat que ponha fim, «de uma vez por todas», a este método de detenção secreta.

Num relatório divulgado em Londres, a organização de defesa dos direitos humanos afirma ser possível a existência de novos grupos de «desaparecidos» em Marrocos.

Segundo a AI, a maioria dos «desaparecidos» são saarianos, oriundos do Saara Ocidental, detidos desde que Marrocos anexou aquele território em 1975.

Entre os desaparecidos figuram também sindicalistas da oposição e membros das forças armadas implicados em tentativas de golpe de Estado, prossegue a AI, cujo relatório se baseia, na sua maior parte, em declarações de pessoas que «desapareceram» e que, posteriormente, foram postas em liberdade.

A organização de defesa dos direitos humanos congratulou-se, por outro lado, pela libertação de quase 300 «desaparecidos», libertados pelo governo marroquino em 1991.

No entanto, a AI recorda que podem ainda estar detidas centenas de pessoas, sem que tivessem sido formalmente acusadas e que estão a ser alvo de torturas, permanecendo incommunicáveis.

A Amnistia Internacional expressou também a sua preocupação pela falta de liberdade de movimentos dos já libertados e a ausência de uma investigação governamental tendente a apurar as responsabilidades das detenções.

Polónia

Congresso dos deputados aprovou uma nova lei eleitoral que exige que os partidos obtenham pelo menos cinco por cento dos votos para terem representação parlamentar.

A nova lei também estipula um mínimo de oito por cento para as coligações de partidos, ao mesmo tempo que isenta os candidatos apresentados pelos partidos com pelo menos 15 lugares no actual congresso de recolherem as assinaturas de cinco mil pessoas.

Dos 460 lugares do parlamento, 360 serão preenchidos pelos candidatos eleitos em circunscrições eleitorais, enquanto os 100 restantes serão eleitos por uma lista nacional, em que figuram aqueles que obtenham mais de sete por cento dos votos.

A lei permite que se organizem actos eleitorais nas igrejas e noutros centros religiosos.

Os polacos maiores de 18 anos terão direito de voto, enquanto apenas os que residem permanentemente no país podem aspirar a um lugar no parlamento.

Espera-se que a nova lei vede o acesso ao parlamento à maioria dos partidos que hoje o integram, calculando-se que os 29 que nele têm assento ficarão reduzidos a cerca de dez.

Itália

Referendos e crise

No quadro de uma profunda crise sociopolítica, em que a divulgação de escândalos de corrupção provoca quotidianas demissões - e prisões - de ministros e dirigentes políticos e empresariais, os italianos foram às urnas para referendarem oito grandes questões.

A aprovação das questões colocadas a referendo - e que segundo as projecções dadas por computador apontam para um "sim" generalizado - será o primeiro passo para uma mudança do sistema político italiano.

A primeira grande questão é, sem dúvida, a substituição do sistema proporcional pelo maioritário, nas eleições para o Senado, e que deverá levar - com um pouco mais de 80% de "sim" - a alterações da lei eleitoral para o Senado e em seguida para a Câmara de deputados.

Para além das questões relativas à constituição do Senado e ao financiamento público dos partidos, os italianos referendaram igualmente a revogação da lei que prevê a detenção dos toxicómanos e a eliminação do Ministério da Agricultura, cujas competências deverão ser remetidas para as regiões.

Propõe-se também a eliminação do Ministério do Turismo, devolvendo as suas competências às regiões, e a constituição do Ministério do Ambiente.

As sétima e oitava questões dizem respeito respectivamente à eleição directa dos presidentes e vice-presidentes das Caixas de poupança e à eliminação do Ministério das Participações do Estado, que se acusa de ineficaz e dispendioso.

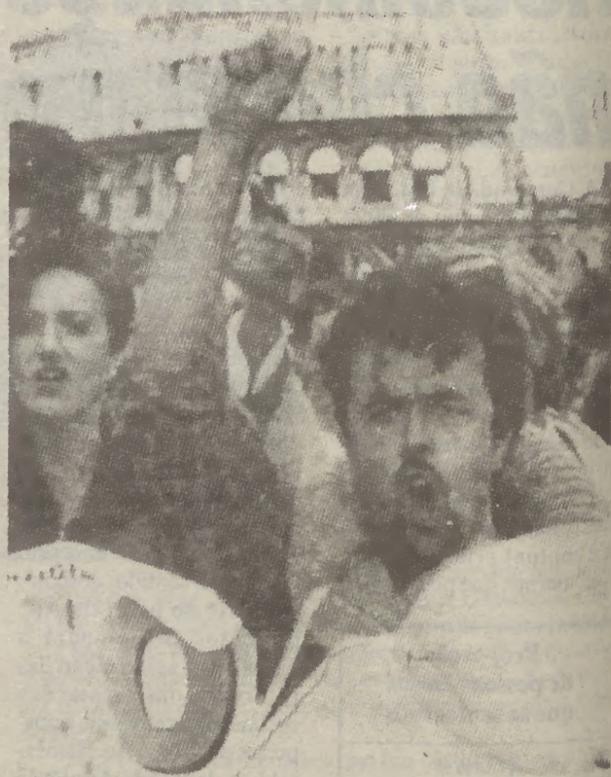
A nova situação criada com os "sim" nos referendos, está longe de ser clara, tanto mais que os partidos defensores do "sim" abarcam um heterogéneo leque político, desde os radicais, ao PDS (parte maioritária do ex-PCI), à Liga Lombarda.

Uma coisa é certa, entretanto. O sistema maioritário, agora referendado, favorece claramente os grandes partidos, em detrimento das pequenas formações políticas.

Um exemplo concreto. A Democracia Cristã, que neste momento dispõe no Senado de 112 representantes, ou seja, 30% dos lugares, passaria a contar, com o mesmo número de votos, com 190 deputados, ou seja, 62% dos lugares.

O contexto em que se realizaram estes referendos, foi propício a uma vitória do "sim", em particular relativamente ao escrutínio proporcional, pois situações de crise favorecem a ideia de que só um Estado "forte" permitirá ultrapassar os problemas. Tal como contribuiu para a força assumida pelas Ligas, a aposta no regionalismo.

Roma em fins de Outubro. Manifestação de denúncia das ligações com a Máfia dos partidos no governo



A crise tem neste momento expressão em todos os planos da vida do país.

A situação socioeconómica é difícil, com mais de três milhões de desempregados, um considerável défice público e uma taxa de inflação elevada.

No plano político, os escândalos de corrupção levaram ao descrédito global do sistema. Paralelamente, a esquerda está dividida, e os sindicatos perderam a confiança dos trabalhadores ao assinar com o

governo compromissos que põem em causa conquistas essenciais como a "escala móvel".

Os resultados dos referendos, se traduzem possível confiança na miragem dos benefícios dos governos fortes, reflectem também uma clara vontade de mudança. Vontade que se exprime em particular num grande movimento social que se tem vindo a afirmar e que exige que se defina uma perspectiva, uma verdadeira alternativa de esquerda.

Rodney King

Novo veredicto condena polícias



Rodney King, fotografado após o espancamento a que foi sujeito pelos polícias agora condenados

Dois polícias norte-americanos foram considerados culpados e dois outros declarados inocentes pelos jurados no segundo julgamento da agressão contra o negro Rodney King.

O sargento Stacey Koon e o agente Laurence Powell foram considerados culpados de violação dos direitos civis de Rodney King.

Koon, chefe na cena de agressão contra King que filmada por um video-

amador correu mundo, foi considerado culpado por ter permitido a violação de direitos civis, enquanto Powell, que desferiu a maior parte das bastinadas vistas no vídeo, foi condenado por violação desses direitos.

Os culpados são passíveis de uma pena de 10 anos de prisão e 250 mil dólares de multa. A sentença deverá ser lida pelo juiz John Davies a 4 de Agosto.

O júri decidiu do seu veredicto depois de 40 horas de deliberações.

Há um ano atrás, um júri estadual levou 32 horas para declarar estes mesmos quatro polícias inocentes, o que deu origem a um movimento de revolta em Los Angeles que se prolongou por três dias.

Na sequência do veredicto actual, cenas de alegria registaram-se nas igrejas negras da cidade.

Oito datas de um processo

3/Março/1991: Um habitante de Los Angeles filma com a sua câmara de vídeo quatro polícias a espancar o automobilista negro Rodney King. O documento amador é difundido numa cadeia de televisão local e depois em todo o país.

7/Maio: Darly Gatés, chefe da polícia de Los Angeles, dispensa um dos polícias e suspende os outros três sem salário.

23/Julho: O tribunal de apelação da Califórnia ordena que o processo decorra fora de Los Angeles. O juiz Bernard Kamins, conhecido como defensor dos direitos cívicos dos negros e das minorias, é recusado a pedido dos advogados dos quatro polícias.

5/Fevereiro/1992: Início da selecção dos membros do júri. São todos brancos.

29/Abril: Após várias semanas de debates, os quatro acusados são absolvidos. Quando o veredicto é conhecido, desencadeia-se uma revolta que se prolonga por três dias e leva à morte de 54 pessoas, mais de mil feridos e destruições da ordem das centenas de milhões de dólares.

5/Agosto: Os quatro polícias são acusados de violação dos direitos cívicos.

25/Fevereiro/1993: Abertura do novo processo.

10/Abril: início das deliberações do júri.

África do Sul

ANC exige aceleração do processo democrático

"Amandla, Amandla", "O poder para o povo". Velhas palavras de ordem do ANC - que luta contra o "apartheid" desde 1912 - foram gritadas, de punho erguido, pelas milhares de pessoas presentes nos funerais de Chris Hani, secretário-geral do Partido Comunista Sul-Africano, assassinado no passado dia 10.

Na véspera, uma multidão impressionante prestara a sua última homenagem ao dirigente comunista num estádio do Soweto, onde se exibiam cartazes testemunhando da luta que desenvolveu ao longo de toda a sua vida. "Chris Hani - campeão da paz, liberdade, democracia e igualdade" lia-se num desses cartazes, enquanto outro se referia ao dirigente negro como "Combatente dos trabalhadores e dos pobres, da mulher na sua barraca, do trabalhador na fábrica, do camponês nos campos e dos estudantes nas salas de aula".

Os funerais foram antecedidos de manifestações por todo o país. Em Joanesburgo, dezenas de milhar de pessoas manifestaram-se, de forma relativamente pacífica, contra o assassinato de Chris Hani. Milhões de trabalhadores aderiram, dia 14, à greve geral convocada pela aliança do Congresso Nacional Africano, sindicatos e Partido Comunista.

Entretanto, as sérias ameaças ao próprio processo negociado que o assassinato de Hani reflecte, a violência que marcou estes dez dias anteriores aos funerais, e de que resultaram 60 mortos, apesar do enorme esforço desenvolvido pela direcção do ANC para evitar uma escalada incontrolada de mortes e confrontos, colocam a exigência de aceleração do processo de democratização do país.

Ao falar às cerca de 100 000 pessoas que enchem por completo o estádio onde o dirigente assassinado esteve em câmara ardente, Nelson Mandela afirmou ser essencial avançar-se rapidamente para a marcação das primeiras eleições em que todos os sul-africanos poderão votar, independentemente da sua cor.

O ANC avançou com seis exigências, de que se destaca o estabelecimento de uma data para as primeiras eleições multirraciais e a criação de um Conselho executivo, até finais de Maio.

Dia 19, foi lançada uma nova campanha de protestos e manifestações de rua contra a violência política.

Entretanto, face à situação gerada, o próprio governo sul-africano propôs o estabelecimento de uma data para as primeiras eleições multirraciais e a criação de um conselho executivo transitório "tão cedo quanto possível".

O assassinato de Chris Hani, que tinha sem dúvida como objectivo boicotar o processo de democratização da África do Sul, poderá vir a abrir perspectivas de aceleração desse processo, se for possível evitar a agudização das violências.

A morte de Hani, "por muito dolorosa que seja, trouxe uma unidade sem precedentes ao povo da África do Sul", sublinhou Nelson Mandela num comício no Estado de Jabulani, no Sowe-

to. Uma das múltiplas homenagens ao dirigente assassinado.

Mandela disse, nesse comício, ter recebido mensagens de condolências e apoio dos mais variados quadrantes políticos, incluindo o Partido Nacional (PN) no poder.

"Ninguém é mais responsável" pela situação dos negros sul-africanos do que o Partido Nacional, disse Mandela. "Cometeram crimes graves, mas não queremos falar do passado".

"Estamos a tentar construir uma nova África do Sul", afirmou. "Eu não gosto do Partido Nacional, mas estou preparado para trabalhar com De Klerk para construir uma nova África do Sul".

A morte trágica do dirigente comunista poderá vir a ter como efeito uma "transformação drástica" na posição governamental acerca das suas forças de segurança, considerou Mandela.

"Outra transformação será a resolução mais rápida dos nossos problemas, uma vez que finalmente se compreendeu que é tempo do fim do governo de minoria".

Mandela lançou ainda o apelo para que "não convertamos o nosso futuro numa África do Sul de violência" e lembrou que, se foi um branco quem matou Hani, foi também uma mulher branca "afrikaner" quem identificou o assassino e será um branco a única testemunha de acusação contra o autor da morte.

No plano internacional, a condenação do assassinato é unânime. Como os apelos contra a violência.

A Organização de Unidades Africanas (OUA) exortou os sul-africanos a garantirem o prosseguimento do processo de negociações e a paz no país, sublinhando que o objectivo do assassinato foi romper o processo negociado.

Butros Ghali, secretário-geral da ONU, apelou a todas as partes à vigilância de forma a impedir que "este acto criminoso" ponha em causa as negociações por uma sociedade democrática e não-racial.

O Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou uma declaração em que se sublinha "a necessidade urgente de pôr fim à violência no país, e prosseguir as negociações".



Nas homenagens ao dirigente comunista assassinado registaram-se dezenas de mortos, em muitos casos vítimas das balas da polícia

Direita aposta na violência



Janusz Walus, o presumível assassino de Chris Hani. Um imigrante polaco ligado à extrema-direita sul-africana

O assassinato de Chris Hani veio revelar, com dados concretos, o empenhamento da direita sul-africana em boicotar o processo negociado pela violência.

O presumível autor do assassinato, Janusz Walus, assistia regularmente às reuniões da organização neonazi Movimento de Resistência Afrikaner (AWB).

Por suspeitas de cumplicidade na morte de Hani, a polícia sul-africana deteve um dirigente do Partido Conservador (extrema-direita), Clive Derby-Lewis.

Segundo informações divulgadas pela polícia, nove nomes de dirigentes políticos, entre os

quais alguns brancos, figuram na lista de homens a abater descoberta no domicílio de Janusz Walus.

Trafam-se de responsáveis do Partido Nacional (NP, no poder), do Congresso Nacional Africano (ANC), do Partido Comunista Sul-Africano (SACP) e de "personalidades do mundo jornalístico".

Entretanto, o semanário sul-africano "New Nation" referencia os nomes de nove pessoas "a abater", na lista encontrada na casa de Janusz Walus.

Segundo o periódico, que avança uma lista contrastante, por muito mais reduzida, com uma outra anunciada pelo movimento racista branco "Lobo Branco", entre os alvos contam-se, além dos nomes "habituais" de Mandela, do presidente do PC, Joe Slovo, e do dirigente do ANC, Mac Maharaj, o do ministro dos Negócios Estrangeiros (!), do juiz Richard Goldstone e de três jornalistas sul-africanos.

Outras listas divulgadas referem grande número de membros do Comité Nacional do ANC. O próximo alvo a abater seria o presidente do Partido Comunista Sul-Africano, Joe Slovo...

No dia 29, vai ser lançado um inquérito às violências consecutivas ao assassinato do dirigente comunista sul-africano, a pedido do presidente Frederik De Klerk, foi anunciado pelo juiz Richard Goldstone.

"A Comissão apela a todos os sul-africanos para que obedecem aos apelos dos seus dirigentes a favor de manifestações disciplinadas, dignas e pacíficas, que reflectam a profunda cólera e frustração sentidas após a morte de Hani", afirma-se no comunicado divulgado pelo juiz Goldstone.

Momento para lembrar também todas as outras mortes.

Mais de 9 mil negros foram mortos na África do Sul ao longo destes últimos três anos, depois da libertação de Nelson Mandela em Fevereiro de 1990, a legalização das organizações anti-apartheid, nomeadamente o ANC e o partido comunista, e as primeiras reformas do presidente Frederik De Klerk.

PCP protesta

Dia 14 de Abril, o Parlamento húngaro votou uma modificação de uma lei de 1987 do Código Penal que criminaliza o uso público da cruz gamada, de outras insígnias nazis e da estrela vermelha de cinco pontas.

Pondo tais símbolos no mesmo pé, pretende-se desacreditar a esquerda e as tradições do movimento operário e antifascista. Além disso, a lei é discriminatória e visa o único partido que usa um desses símbolos: o Partido Operário Húngaro, cujo emblema, aliás oficialmente registado, contém uma estrela vermelha de cinco pontas.

A lei só entrará em vigor se tiver a aprovação do presidente da República.

Em protesto contra esta situação, Carlos Carvalhas, secretário-geral do Partido Comunista Português, enviou um telegrama ao presidente da República Húngara e o Secretariado do PCP dirigiu também uma mensagem de protesto ao embaixador da República Húngara em Portugal — que aqui transcrevemos.

Telegrama de Carlos Carvalhas
Senhor Presidente

Tenho tomado conhecimento da tentativa de criminalizar na Hungria a utili-

zação da estrela de cinco pontas, símbolo histórico da solidariedade dos trabalhadores e povos do mundo, e como tal um valor humanista universal, manifestamos a nossa indignação com a esperança que no exercício das vossas altas funções não dareis a aprovação a esta lei iníqua.

Mensagem de protesto ao embaixador da República Húngara em Portugal

Tendo tomado conhecimento duma recente modificação na Lei N.º IV de 1978 sobre o Código Penal do vosso país que criminaliza a utilização da estrela vermelha de cinco pontas, símbolo histórico da solidariedade entre os trabalhadores e os povos de todo o mundo, valor humanista universal, provocadoramente colocada no mesmo plano dos símbolos anti-humanistas fascistas, pedimos-lhe que dê conhecimento às autoridades da República Húngara da profunda indignação que tal medida nos causa e da inquietação quanto à ameaça de perseguição de antifascistas que encerra. Informamo-lo que neste sentido nos dirigimos já a Sua Excelência o Presidente da República Húngara.

Rússia Vitória eleitoral dos comunistas

No passado dia 11 de Abril, realizaram-se eleições em seis regiões da Rússia.

Em três dessas regiões — região de Oryol e cidades de Penza e Lipitsk, todas a cerca de 300 km a sul de Moscovo — venceram os comunistas, e nas outras três os seus candidatos obtiveram mais de 50% dos votos, pelo que aí se repetirão as eleições.

Na região de Oryol, foi eleito à primeira volta Iegor Stroyev, que era membro do Bureau Político e secretário do CC do PCUS em Agosto de 1991 e é natural desta região, com uma participação de 65% dos inscrites.

Os restantes são considerados como uma significativa derrota para Ieltsin, pois todos os seus candidatos foram derrotados.

As eleições locais deveriam ter tido lugar quando, ao assumir poderes de excepção em Dezembro de 1991, Ieltsin as cancelou.

Agora, quando o Parlamento lhes retirou os poderes de excepção em Dezembro de 92, devem realizar-se eleições em todos os órgãos onde os representantes pessoais nomeados por Ieltsin não obtiveram apoio dos soviets locais.

As eleições agora realizadas são as primeiras e constituem um teste eleitoral desastroso para Ieltsin, dez dias antes da consulta do próximo dia 25 de Abril.

Encontro de Quadros em Vila Real com Carlos Carvalhas

«Estamos num distrito em que a desertificação também é patente. Segundo os dados do último censo, o distrito perdeu 30 por cento da população e mesmo o concelho de Vila Real, apesar da presença da Universidade, apresenta também diminuição», disse Carlos Carvalhas, no Encontro Distrital de Quadros realizado no passado sábado naquela cidade transmontana. Tarde de sol em que ao longe ainda se vislumbravam os cumes cobertos de neve do Marão e do Alvão. O Encontro tinha como tema as eleições e a situação social e política. Ao Secretário-geral do PCP coube a intervenção final do Encontro:

«A desertificação do interior em termos populacionais e a regressão que se verifica em Vila Real no tecido produtivo com o encerramento de empresas (Minas de Jales, Vale das Gatas, Eurovir-Têxtil, Abanorte) a desindustrialização, a grave crise da agricultura e a perda de diversos serviços administrativos configura um quadro bastante negativo da região e são um libelo acusador à política do PSD», afirmou Carvalhas.

«O sector mineiro que tinha grande peso no distrito e na região transmontana está praticamente encerrado. O desemprego tem vindo a crescer no distrito e naturalmente com a falta de postos de trabalho cresce também o número de jovens à procura do primeiro emprego e a emigração. Mesmo as obras de asfalto com que o Governo se procura enfeitar encontram-se praticamente paralisadas no distrito (a IP4 parou no Marão e a IP3 não tem qualquer avanço no distrito).»

A crise do Douro

E Carlos Carvalhas continuou: «A crise do Douro é infelizmente uma realidade que ilustra uma política ao serviço dos grandes senhores do dinheiro. E não é com promessas, com a apresentação de pacotes de milhões ou com palavrosos Planos de Desenvolvimento Regional de gabinete que se dá resposta à grave situação da região e aos dramas que hoje atingem muitos agricultores, trabalhadores e empresários. «Particularmente grave é a situação da agricultura. Os produtores de batata do Norte do distrito com a sua luta obrigaram o Governo a tomar medidas e mostraram que afinal as propostas do PCP para o escoamento da produção sempre tinham executabilidade contrariamente às afirmações do PSD de que tais medidas contrariavam as directivas da CEE!



«Mas a crise não se situa somente nos produtores de batata. É uma crise geral.

«Os viticultores do Douro passam por uma difícil situação. Em vez de apoios concretos o Governo propõe-se esvaziar a Casa do Douro das suas funções e competências aprovadas pela Assembleia da República naquilo em que já é considerado «mais uma peça na engrenagem contra o Douro», em que os interesses da região não são acautelados e são «vendidos» aos interesses dos grandes exportadores e multinacionais de Gália.

«Pela nossa parte, apresentámos na Assembleia da República um Programa de Emergência para a agricultura portuguesa, com o qual temos pressionado e confrontado o Governo. Um programa que assenta em quatro pontos:

— Plano de intervenção para as produções mais afectadas;

— Ajudas a Fundo Perdido e linha de crédito, com taxa de juro bonificada que permitam responder a situações de grande gravidade;

— Ofensiva junto da CEE, apoiada pelas forças sociais para obtenção de condições de política agrícola e comerciais necessárias à concretização daquelas medidas, e de recuperação da situação de especificidade para a agricultura portuguesa;

— Pronto diálogo do Ministério da Agricultura com todas as organizações de agricultores sem discriminações.

«A política que Portugal necessita, implica que se privilegie a actividade produtiva, que se incentive o investimento criador de empregos e de empregos qualificados, que se promova activamente a produtividade, a valorização da especialização produtiva nacional e o reforço da eficácia da indús-



O Encontro em Vila Real, com a participação de Carlos Carvalhas e de quadros do Partido interessados no debate

tria e da agricultura nacionais, bem como a melhoria das condições de trabalho e do nível e qualidade de vida dos portugueses.

«Portugal necessita de uma política que dê combate à desertificação do interior, que promova a valorização do Poder Local e a implementação das Regiões Administrativas e uma estratégia de desenvolvimento que aposte no aproveitamento dos nossos recursos, nos recursos humanos e na modernização tecnológica.

«Reafirmamos que o Primeiro-Ministro, o Governo e o PSD não têm o direito de continuarem a afundar a economia nacional. «Pela nossa parte tudo faremos para que se intensifique a intervenção popular e se alargue a consciência e a determinação de largos sectores da população para contribuírem para uma viragem na política nacional indispensável à travagem da crise, à melhoria das condições de vida e ao desenvolvimento do País.»

«Mais adiante, Carvalhas referiu-se ao balanço animador que se faz relativo à preparação das listas para as eleições autárquicas no distrito de Vila Real.

«A CDU apresenta como objectivo distrital aumentar a sua votação e a sua representação nas autárquias. Creio que é um objectivo que está ao nosso alcance, e um objectivo que serve as populações.»

«Um reforço da votação da CDU e um maior número de eleitos da CDU nas autárquias do distrito é a maior garantia de que as suas propostas e reivindicações terão uma voz séria e actuante nos órgãos autárquicos, de que o combate efectivo ao compadrio e à corrupção serão uma realidade.

«O nosso valioso trabalho autárquico quer em maioria, quer em minoria é reconhecido mesmo pelos nossos adversários. Também no distrito de Vila Real é reconhecido o nosso trabalho, a nossa intervenção pronta e operativa que bem se pode reclamar dos atributos de trabalho, honestidade e competência.»

O encontro

Na mesa, Fernando Mendes — membro do Secretariado da DORVIR do PCP que presidiu ao encontro, António José — Presidente da Junta de Freguesia de Provezende — Sabrosa, António Barreira — cabeça de lista à Câmara Municipal de Chaves, Virgílio Alves — cabeça de lista à Câmara Municipal de Vila Real e Manuel Leão — membro da Comissão Concelhia de Vila Real do PCP, Vasco Paiva — membro do Comité Central do PCP e responsável pela DORVIR, que fez a intervenção inicial.

Os 60 participantes no encontro de quadros vieram dos diversos concelhos do distrito e trouxeram as opiniões e a informação de como está o andamento da elaboração das listas para as autárquias.

Da discussão ficou-se a saber que há concelhos em que o trabalho de formação das listas vai adiantado — já com os cabeças de lista divulgados e com trabalho de contactos em freguesias. Há outros em que o trabalho mal começa a romper e em que se regista uma grande indisponibilidade para camaradas ou outros democratas encabeçarem as listas para os órgãos municipais ou até fazerem parte das listas. Trabalha-se em praticamente todos os concelhos.

Com menos quadros da que em eleições anteriores, com menos recursos humanos e financeiros, era preciso arrancar mais cedo para

este trabalho e foi o que se decidiu e se vem fazendo. Vila Real já apresentou o seu cabeça de lista à Câmara Municipal e tem para breve a apresentação pública das candidaturas. Chaves já decidiu sobre os cabeças de lista e os primeiros das listas para a Câmara, Assembleia Municipal e freguesias da cidade e vai fazer a sua apresentação pública em jantar anunciado para o próximo dia 23 de Abril. Noutros concelhos também já se avançou. Santa Marta ainda não tem os candidatos para os órgãos municipais mas já tem a lista da freguesia da Cumeieira pronta e com a característica de maior parte serem jovens, alguns que votam pela primeira vez.

Esta preocupação de dar mais peso e maior importância à juventude esteve presente em diversas intervenções. É um processo natural e necessário de renovação.

Foi também com uma lista de jovens que pela primeira vez a então APU venceu as eleições para a junta de freguesia de Provezende, e nas últimas confirmou a vitória dessa vez com maioria absoluta e já se prepara a recandidatura assente no bom trabalho realizado e no fundamental com a mesma equipa que tem dado boas provas — «agora a população exige de nós, quer saber das obras e das contas, foi assim que os habituámos, antes não era assim» como afirmava o António José, Presidente da Junta de Provezende.

Em diversos concelhos sente-se aquilo que atrás designamos por indisponibilidades. Para isso concorrem diversos factores, há quem não arranje emprego por ser comunista, ou quem tema perder o seu por o ser. Há ainda uma enorme pressão, uma chantagem do PS que quer que capitulemos, que não apresentemos lista por que senão, dizem, não se derrota a direita. A chantagem do PS vai ao ponto de, numa freguesia, Cerva, no concelho de Ribeira de Pena, em que de nove mandatos ficámos com 4 e a 47 votos da lista do PSD, e em que o PS por fraqueza não concorreu nas últimas, agora queriam que integrássemos a lista do PS, eles encabeçavam e «davam-nos» os quatro lugares que já temos... Claro que, como afirmou António Lourenço, negócios desses não os queremos.

A resposta a esta situação só pode ser uma, como afirmou Vasco Paiva, temos de teimar mais. Temos de persistir neste trabalho de formação das listas, procurando vencer as hesitações, as dificuldades.

Decidiu-se trabalhar para que até ao final de Maio, princípio de Junho termos decidido e anunciado os cabeças de lista a todos os órgãos municipais. Esta decisão não resulta de uma qualquer facilidade, mas mais de uma necessidade. Enquanto não o deliberarmos, ficaremos enfrentados nessa discussão e não avançamos para o resto da lista, nem para as freguesias, e há listas muito numerosas que necessitam de 50 e mais candidatos.

Assim, como objectivo, temos a apresentação de candidaturas a todos os órgãos municipais — 14 concelhos. Não vai ser fácil, as maiores dificuldades ainda estão por aparecer. Ainda estamos a trabalhar com os quadros e os amigos com quem temos uma maior regularidade de contactos, as maiores dificuldades irão aparecer à medida que aprofundarmos este trabalho.

No distrito, 9 Câmaras são de presidência do PSD, 4 do PS e 1 do CDS. Agora diz-se que o Presidente do CDS da Câmara de Mondim do Basto se passa para o PSD... A representação da CDU é pequena. Quais os nossos objectivos nestas eleições? O encontro deu resposta a esta questão: propomo-nos aumentar a nossa votação e a nossa representação nos diversos órgãos. Não temos nenhum vereador eleito no distrito, e os diversos concelhos precisam de vereadores, firmas, capazes de fazerem uma oposição coerente e construtiva, esta uma ideia para a qual vamos procurar ganhar o eleitorado, para além de demonstrar a importância de votar na CDU, no PCP/PEV. A presença de poucos representantes em apenas 6 Assembleias Municipais (em cada uma, apenas um) é também uma limitação à nossa actividade, inclusive para as camaradas que assumem essa tarefa, bom seria aumentar essa representação e foi também para isso que os quadros presentes no encontro se propuseram trabalhar.

A visita do Secretário-Geral do PCP a Vila Real terminou com um jantar de confraternização. Estavam 80 presentes, na maioria camaradas e amigos do próprio concelho de Vila Real, os camaradas de outros concelhos tiveram de partir cedo porque as distâncias são grandes e ainda há muito quilómetro para percorrer antes de chegar a casa. Televisão no jantar foi obrigatório, porque decorria um jogo de futebol que despertava paixões. Reportagem de televisão tivemos no encontro, mas parece que foi só filmagem, o telejornal não deu nada.

«A política que Portugal necessita, implica que se privilegie a actividade produtiva, que se incentive o investimento criador de empregos e de empregos qualificados, que se promova activamente a produtividade, a valorização da especialização produtiva nacional e o reforço da eficácia da indús-

tria e da agricultura nacionais, bem como a melhoria das condições de trabalho e do nível e qualidade de vida dos portugueses.

Com menos quadros da que em eleições anteriores, com menos recursos humanos e financeiros, era preciso arrancar mais cedo para

A crise nos têxteis e vestuário

Encontro com Carlos Carvalhas, no Porto

«Não tem faltado planos, programas e promessas para os têxteis, nem têm faltado visitas ministeriais às regiões em que esta indústria se encontra inserida. No entanto, a modernização e robustecimento do sector, a melhoria da gama das nossas exportações mantêm-se "letra morta". Uma boa parte dos fundos canalizados para o sector perderam-se com a política da sobrevalorização artificial do escudo, com a drenagem para a banca através das elevadas taxas de juro e da tradicional descapitalização de muitas empresas vulgarizando aquilo que já se designou pelo «sector de empresas falidas mas em que o patronato é bastante próspero.»

Foi Carlos Carvalhas, Secretário-Geral do PCP quem afirmou, quando encerrava o Encontro de Trabalhadores Têxteis e do Vestuário que, no passado domingo, reuniu no Porto mais de uma centena de homens e mulheres, dirigentes e activistas sindicais, militantes e não militantes do Partido, vindos de diferentes zonas do país.

Um encontro que valeu a pena, pela radiografia que foi possível tirar da extensão da crise naqueles sectores, da ofensiva global em que se integra, das formas de luta para a combater, das responsabilidades dos comunistas na sua direcção.

Um encontro que foi oportunidade ainda para o secretário-geral do PCP tecer algumas considerações, na sua intervenção, sobre a actualidade política do país. Carlos Carvalhas referiu-se nomeadamente «à moralização da vida pública» que, como afirmou, «atinge hoje grande acuidade no nosso país»:

«As negociatas com os dinheiros comunitários estão estreitamente ligadas à falta de transparência e à governamentalização do Estado. Quando a maioria e o seu governo praticam a política de «quero posso e mando», quando o Governo usa a sua maioria para fugir ao controlo democrático, para rejeitar liminarmente qualquer inquérito parlamentar então não nos podemos admirar que os casos de



Sector Têxtil e Vestuário. A crise em debate, no Porto, com Carlos Carvalhas (foto de Rui Varejão)



Uma reunião participada (foto de Rui Varejão)

corrupção se multipliquem e que vão inquinando a vida pública e gangrenando as instituições. E isto é particularmente chocante com a acentuação das desigualdades, com o alastramento das manchas de pobreza e com os problemas dramáticos que hoje atingem muitas famílias cujo ganha-pão é, no essencial, proveniente do sector têxtil.

«Assim sendo é compreensível que a atenção da opinião pública se concentre nos casos concretos e individualizados de acusações ou suspeitas de envolvimento em actos de corrupção, nós salientamos entretanto que a maior condenação moral e política deve ser dirigida à política e ao governo do PSD que ao organizarem um escandaloso saque do património e bens do Estado, ao usarem o poder e as leis do Estado para favorecer a formação e reconstrução das grandes fortunas, ao violarem e espezinharem toda a ética de serviço público e ao darem protecção às suas vorazes clientela, provocam inevitavelmente um sensível alastramento da corrupção.

«A transparência e o controlo democrático dos actos administrativos e da vida pública em geral são hoje exigências com grande importância.»

Mais adiante, referindo-se às dificuldades criadas pelas medidas — ou ausência delas — levadas a cabo pela política governamental, Carlos Carvalhas afirmou:

«Quanto à penalização da actividade produtiva pela via das elevadas taxas de intermediação bancária ela é uma realidade infosofismável. Foi aliás o ministro da Indústria que afirmou que uma boa parte das verbas do PEDIP foram utilizadas pelas empresas para pagarem os juros! O Governo continua a fazer assentar a estratégia da competitividade da Têxtil na mão-de-obra barata. E uma estratégia errada e sem perspectivas para o futuro. Assim como tem sido errado o afundamento das nossas relações económicas externas.

«Nós reafirmamos que as medidas para a defesa, modernização e reestruturação da Indústria Têxtil, não podendo ser consideradas fora da especificidade do sector e exigindo portanto medidas específicas estas só podem, no entanto, ter efeito positivo e estruturante se concretizadas no contexto de uma política global que defenda e promova o emprego estável e qualificado, o bem-estar social, o desenvolvimento regional e a efectiva modernização industrial e económica do País.»

Mistificação

Dois dezenas de intervenções marcaram presença, no decorrer da manhã e da tarde, dando conta da realidade que se vive num vasto conjunto de empresas do Vale do Ave e Covilhã, mas também da região do Porto, de Aveiro, Coimbra e do Sul do país.

«Apesar da grande campanha da mistificação repetida ao longo dos meses e dos anos pelo Governo de Cavaco Silva, este não consegue esconder que a falta de um Plano de Reestruturação e Modernização, inserido numa verdadeira política de desenvolvimento regional, é responsável pela crise que atravessam estes sectores», afirmou Manuel Freitas, membro do Comité Central do PCP e dirigente da Federação dos Têxteis.

O governo e o patronato insistem em fazer aos trabalhadores pagar a crise e para o confirmar foram dados números recentes da situação social: em 1992, os sectores a montante (produção de fios e tecidos, nomeadamente de algodão e de lã) perderam 24 000 postos de trabalho, dos quais 12 000 no distrito do Porto, o mais atingido nos últimos anos, seguindo-se o de Braga.

No entanto, analisando globalmente os diferentes sectores — têxteis, vestuário e calçado — a perda de postos de trabalho foi apenas de 8200, o que significa o crescimento dos sectores a jusante, a confecção, com as consequências já várias vezes denunciadas: reforço da especialização das regiões, ausência de indústrias alternativas, fragilização da cadeia têxtil portuguesa. Em suma, cada vez mais somos exportadores de mão-de-obra barata.

A crise, que atingiu, em 1991 e 1992, sobretudo as regiões do Vale do Ave, Grande Porto, Coimbra e Lisboa, alarga-se agir ao distrito de Aveiro e Guarda.

Uma crise que se alarga

Cerca de 320 empresas encerradas ou em vias de encerramento, abrangendo 59 000 trabalhadores. Mais de 20 000 com salários em atraso e outros tantos que, em 1993, não receberam qualquer aumento. São 240 000 os trabalhadores que ficaram com aumentos entre 5% e 6%. Entretanto, o Governo anuncia e prevê a redução do sector a 14% da indústria transformadora, o que significa a perda de mais de 100 000 postos de trabalho, a curto e a médio prazo.

São estes alguns dos números anunciados no decorrer do debate e que confirmam uma situação muito difícil, para a qual, apesar das promessas, não se verificam nem se perspectivam alternativas, pelo contrário reduzem-se, face às crescentes dificuldades noutros sectores industriais, nos serviços, na administração pública e na agricultura.

Como referiu António Lopes, Membro da Comissão Política do PCP, quando no final dos trabalhos leu as ideias base para um Manifesto aos trabalhadores do sector, «de muitas dezenas de milhões de contos a dívida do patronato à Segurança Social, alargam-se os desvios de fundos da mesma para outros objectivos e são cada vez maiores as dificuldades e restrições nos apoios sociais aos trabalhadores, vítimas da política económica e social do Governo.»

Como a própria experiência foi mostrando, não é resignando-se a baixos salários, a arbitrariedades e discriminações, que os trabalhadores defendem os seus postos de trabalho e contribuem para a defesa do próprio sector, alerta o referido Manifesto para finalizar num apelo: a maior garantia e a mais segura defesa dos interesses e as soluções para os graves problemas do sector estão nas mãos dos trabalhadores, na sua acção, intervenção e luta, na luta reivindicativa do sector e nas empresas, na luta mais geral pelo fim de uma política que afunda Portugal numa crise para a qual cada vez mais mostra não ter saída.

Encontro sobre o Sector do Calçado de V. Nova de Gaia

Promovido pela Comissão Concelhia de V. N. de Gaia do PCP realizou-se no passado dia 17 de Abril o Encontro sobre o Sector do Calçado de V. N. de Gaia, que teve a presença de dezenas de trabalhadores da indústria de calçado e ao qual se associaram sindicalistas, entre os quais Henrique Moira (Presidente do Sindicato do Calçado do Distrito do Porto) e Manuel Freitas (Coordenador da Federação Têxtil, Vest. e Calçado) que contou com a participação do Honório Novo, actual vereador e candidato pela CDU à Presidência da Câmara Municipal deste concelho e a presença de autarcas da Assembleia Municipal e de freguesias de Oliveira do Douro e Avelãs.

No encontro foi feita uma caracterização à situação do sector neste concelho onde estão sediadas 150 as empresas e laboram 6000 trabalhadores (10% do total nacional). O encontro reflectiu sobre as crescentes dificuldades, que por reflexo da política do Governo, o sector vem enfrentando e a

necessidade de serem tomadas medidas de estruturação do sector e de modernização das empresas.

Foi largamente debatida a situação social dos trabalhadores, que se tem vindo a agravar com a redução de postos de trabalho domiciliário (1200 trabalhadores), os contratos a prazo, o trabalho infantil e o trabalho sem qualquer vínculo legal. Higiene e segurança no trabalho e a necessidade de obtenção de melhores salários e regalias sociais foram temas que mereceram destaque no debate, tal como os direitos específicos dos jovens e da mulher-trabalhadora.

Participou neste Encontro o camarada José Timóteo, do Comité Central, que referiu as implicações da nova conjuntura internacional e da movimentação do capital multinacional no sector do calçado e interveio sobre a situação política nacional e internacional e a necessidade de reforçar a luta por uma política de defesa dos interesses nacionais e dos trabalhadores.

Um « milagre » italiano e uma batalha portuguesa

Segundo a generalidade dos títulos, notícias, reportagens e comentários veiculados pela maioria dos meios de comunicação social a propósito dos referendos de 18 de Abril em Itália, os respectivos resultados - e designadamente os esmagadores 80 % a favor do cancelamento do sistema eleitoral proporcional e da introdução do sistema uninominal maioritário - abririam caminho a uma « mudança radical » na política italiana, seriam o feliz parto de uma « Itália nova », representariam o fim da « partidocracia », marcariam a substituição da « República dos partidos » por uma « República dos cidadãos », teriam dado um golpe profundo na corrupção e garantiriam a breve prazo a emergência de uma nova « classe política » de mãos e consciências rigorosamente limpas.

Face a esta visão verdadeiramente idílica e milagrosa, é caso para dizer que os sectores ou correntes de opinião não comunistas que, durante várias décadas, tanto ridicularizaram o imaginário dos « amanhã que cantam », acabam agora por inventar, na Itália ou fora dela mas a propósito dela, por necessidade, por tática ou por conveniência, os seus próprios « amanhã que cantam ».

Como o camarada Fosco Giannini, do Partido da Refundação Comunista, tinha lucidamente observado (e de, certa forma, previsto) no artigo que publicou no « Avante! » de 8/4 - e cuja leitura continua ainda agora a ser muito importante para compreender o enquadramento socio-político dos referendos italianos de domingo passado - uma grande campanha conduzida pelo mass-media e pelos partidos que tem desgovernado a Itália desde há 45 anos (e agora contando com a ajuda, por mesquinho cálculo eleitoralista e não só, do PDS [ex-PCI]) « *construiu uma ligação entre a corrupção generalizada e o sistema eleitoral proporcional e convenceu os italianos de que o único modo de superar a «velha partidocracia» é o de mudar as regras do jogo, introduzindo a lei eleitoral à inglesa* ».



Molto Buono!

MAIORITTINNI

RICETTA ORIGINALE

Nas breves linhas desta citação, o que se espelha e retrata é, por um lado, um notável êxito das classes dominantes italianas e das principais forças políticas que tem servido os seus interesses e uma sua impressionante capacidade de manobra, de adaptação tática e de sobrevivência e, por outro lado, como uma imensa e fortíssima aspiração popular a mudanças radicais pode ser canalizada e instrumentalizada para viabilizar fundamentalmente uma reforma da lei eleitoral de carácter, sentido e consequências profundamente antidemocráticos que, na sua aplicação e desenvolvimento, se arrisca a produzir efeitos exactamente contrários às esperanças e objectivos que, erroneamente, 80% dos votantes no referendo lhe atribuíram.

É assim que, num quadro de um profundo e avassalador descrédito e condenação da Democracia-Cristã, do Partido Socialista e dos seus associados menores no desgoverno de Itália, são estes partidos que conseguem ganhar uma destacada maioria dos eleitores para uma linha de responsabilização exclusiva do sistema proporcional e para a proposta, nascida das suas próprias fileiras, de adopção do sistema maioritário, com a correspondente absolvição destas forças políticas, não apenas enquanto instituições, mas também enquanto promotoras de uma determinada política de classe, enquanto construtoras ou associadas de um sistema de poder (erguido à margem e em subversão prática do próprio regime constitucional), enquanto defensoras do capitalismo.

É assim que, no contexto de uma grande aspiração de ruptura com mais de quatro décadas de hegemonia eleitoral da Democracia-Cristã e de governos por si controlados e de viabilização, se não claramente de uma alternativa, pelo menos de uma alternância democrática, se

consegue abrir caminho para a generalizada institucionalização de um sistema eleitoral que, designadamente numa conjuntura em que uma oportuna remaquiagem e «renovação» da DC lhe permita voltar à casa dos trinta e poucos por cento, poderá permitir a este partido deter mais de 60% dos lugares do Parlamento e governar sozinho, impor estavelmente a sua política ao serviço do grande capital, manter intocado o essencial do seu sistema de poder, proteger e defender melhor as suas ligações e articulações com a corrupção e com a Máfia. A este respeito, fique ainda a anotação de que, a avaliar por dois gráficos que o « Público » reproduziu da revista italiana « Panorama », é legítimo suspeitar que, a favor do sim, deve ter valido tudo menos tirar olhos designadamente para convencer o « povo de esquerda » das magníficas virtualidades do sistema uninominal maioritário para garantir essa alternância em relação à Democracia-Cristã. Com efeito, um desses gráficos reproduz a actual composição partidária do Parlamento italiano (630 deputados), confrontando inevitavelmente os leitores com a assinalada presença de 13 formações políticas e também com o destacado peso da Democracia - Cristã com 206 deputados. O outro gráfico ilustra uma incrível projecção (que não é explicada) de como seria, com base na votação de 1992, o Parlamento eleito pelo sistema maioritário uninominal, e confronta os leitores não apenas com a imagem de um Parlamento reduzido a quatro forças - concretamente a Liga Lombarda (16 deputados), Outros (6) e, supremo mistério, uma coisa atractivamente apelidada de « Grande Esquerda » (com 435 deputados) e outra coisa não menos misteriosa chamada de « Conservadores » (com apenas 178 deputados). O objectivo é claro: - convencer que este é o bom caminho para uma maioria impressionante de uma « Grande Esquerda » e para colocar os « Conservadores » (leia-se a DC) numa adequada minoria. E o método usado para chegar a estes números só pode ter sido o de ter posto a votar contra a Democracia Cristã e por candidatos da « Grande Esquerda » todos aqueles cidadãos que, de forma mais ou menos regular, ao longo de muitos anos tem votado em partidos - como o PSI, o PSDI, o Partido Republicano e o Partido Liberal - perfeitamente

identificados como sócios permanentes da Democracia-Cristã e como persistentes opositores de alianças à esquerda.

É também assim que, em nome da justa e premente reivindicação de uma maior e mais directa participação e intervenção dos cidadãos na vida pública e nos negócios do Estado e em nome do encurtamento da distância entre as aspirações dos cidadãos e as instâncias de representação e decisão políticas, se abre caminho para a imposição de um sistema eleitoral que atira para o lixo todos os votos que, em cada circunscrição, não tiverem ido para o candidato mais votado, que recusa dar representação parlamentar aos votos de milhões de cidadãos, que procura administrativamente afunilar em dois ou três partidos opções eleitorais bem mais diversificadas e plurais, que intenta remodelar e restringir o quadro partidário, - em suma, um sistema eleitoral que é em si mesmo um crime deliberado com a própria democracia representativa, um violento instrumento de marginalização, discriminação e segregação política de largas faixas da população, uma barreira propositadamente construída contra o ascenso das forças que, em luta corajosa contra os interesses e as ideias dominantes, se batem por um projecto consequente de transformação social e política.

Como já tinha sido generalizadamente patente nos comentários às eleições francesas e aos seus resultados, também agora em muitas referências ao referendo de 18 de Abril e à introdução do sistema maioritário em Itália, o que impressiona e não pode deixar de causar indignação são as fórmulas arredondadas, frias, carregadas de benevolência, a naturalidade e displicência, com que se fala de um sistema eleitoral que procede e conduz a uma real expropriação da soberania popular e que, em regimes



VÍTOR DIAS
Membro da Comissão Política

É caso para dizer que as correntes de opinião não comunistas que, durante várias décadas, tanto ridicularizaram o imaginário dos « amanhã que cantam », acabam agora por inventar, convenientemente, o seu próprio « amanhã que canta »: o sim no referendo.

que se dizem fundados sobre a vontade popular, líquida a expressão de uma parte significativa dessa vontade.

O que impressiona e causa indignação é que tantos auto-proclamados defensores e paladinos da democracia, falem tanto de números e de sistemas eleitorais e esqueçam tão facilmente que estão em causa milhões de pessoas concretas, os seus direitos e sua cidadania.

O que impressiona e causa indignação é que tantos sejam capazes de referir objectivamente e tranquilamente que nas últimas eleições francesas a direita com 40% dos votos obteve 80% dos lugares mas sempre se esqueçam de enunciar o ângulo reverso, ou seja, que então 40% dos votantes - mais de 8 milhões de franceses - não obtiveram a representação parlamentar correspondente ao seu voto; que então metade dos deputados que a direita elegeu seriam, pelo sistema proporcional, eleitos por outras forças políticas: que então cada deputado da direita tem uma base de 21 mil votos, enquanto cada deputado do PS tem uma base de 68 mil votos e cada deputado do PCF tem uma base de 100 mil votos, ou seja que o sistema eleitoral maioritário conferiu aos cidadãos eleitores da direita uma eficácia de voto cinco vezes superior à dos seus concidadãos que votam comunista.

O que impressiona e causa indignação é a continuada peroração sobre as vantagens que o sistema uninominal maioritário teria do ponto de vista da aproximação dos deputados aos leitores sem que nunca se explique que vontade, que gosto e que prazer é que os eleitores que não tenham votado no candidato vencedor - e único a ser eleito - terão em ficar próximos de um deputado em que não votaram e pertencente a uma força política da qual discordam e contra cuja política até combatem.

Estes não são problemas ou questões distantes ou alheias à problemática da vida nacional, na exacta medida em que o ataque ao princípio da proporcionalidade no sistema eleitoral continua inscrito entre os mais perigosos eixos da ofensiva do PSD contra a democracia política consagrada na Constituição.

Não deve ter sido por acaso que um politólogo e ensaísta que se dá pelo nome de Vasco Rato, e que supomos ser ou ter sido assessor político de Cavaco Silva, em artigo significativamente intitulado « Mudar de vida » publicado no « Semanário » de 27/4, vinha proclamar abertamente que « em Portugal, a solução para o imobilismo que contamina o sistema político consiste em duas reformas distintas, ambas com o fim de estabelecer governos maioritários, estáveis e responsáveis perante o eleitorado. A primeira é a eleição indirecta do Presidente da República, e, obviamente, a redução substancial dos seus poderes reais (...). O segundo elemento é o abandono do sistema eleitoral de Hondt, a favor de um sistema maioritário ».

As alterações à lei eleitoral para as legislativas não estão, de imediato, na ordem do dia. Mas não nos distraiamos nem iludamos: com o PSD no Governo virão a estar.

O melhor será mesmo que, com a ampliação do descontentamento, o desenvolvimento da luta popular e o crescimento das energias e forças de mudança, se criem, tão cedo quanto possível, as condições para uma viragem democrática que signifique, neste âmbito, que o PSD perdeu entretanto os meios e as posições institucionais para poder colocar na ordem do dia a aprovação de uma lei para institucionalizar a burla eleitoral e um escrutínio de ladrões.

Sobre a campanha para a valorização da quota

■ **Fernando Blanqui Teixeira**
Membro do Secretariado do CC

Começam a ser conhecidos alguns ensinamentos colhidos a propósito da campanha pela valorização do pagamento da quotização. A sua divulgação pode ser útil para a continuação desse trabalho.

A situação existente em muitas organizações

Embora cada organização tenha algumas características próprias e, portanto, existam sempre excepções, pode dizer-se, de um modo geral, que o tratamento do pagamento da quotização nas diversas organizações, incluindo a nível regional, tem sofrido de muitas deficiências.

As razões são conhecidas: as tarefas são muitas, os quadros escasseiam, é preciso dar resposta imediata a várias questões, há outras que ficam para trás. Depois ainda surgem outros pormenores: as quotas são baixas, o esforço que se faz para o seu recebimento é grande e o resultado é pequeno, mais vale o recurso a um contacto com um camarada (ou um simpatizante) com algumas posses para resolver uma necessidade urgente.

É preciso modificar esta situação e não se pense que isso é fácil. É indispensável levantar, em todos os organismos e nas mais diversas reuniões, convívios e outras iniciativas e nos contactos orgânicos e conversas com camaradas, a necessidade de dar valor à quotização, para conseguir que muitos mais membros do Partido cumpram um dever fundamental que é o de pagar a sua quota regularmente e de, através dela, contribuir com uma verba que represente a sua ajuda financeira para o desenvolvimento da actividade do Partido, de acordo com o valor relativo do seu salário ou, de um modo mais geral, com o valor dos seus rendimentos.

Muitos mais camaradas a pagar regularmente a sua quota

Uma menor estruturação da organização e as consequentes deficiências no enquadramento dos membros do Partido têm sido uma razão principal de muitos deles não pagarem regularmente a sua quotização. Mas há uma outra razão importante que é a de muitos camaradas terem dificuldade ou acanhamento em tratar, com outros, do pagamento da quotização.

Isto obriga a que se discuta em todas as organizações de

modo a entender-se que o pagamento da quota é um dever fundamental, e é uma expressão da ligação de um comunista ao seu Partido. Isto exige que se acompanhe bem e a este respeito o trabalho que é feito pelos diversos militantes responsáveis por organismos ou contactos e que se aproveitem reuniões muito diversas para esclarecer a importância da quotização e a imperiosidade dos membros do Partido terem uma compreensão elevada sobre o seu pagamento regular.

A nova forma de pagamento da quota e do seu controlo, que exige uma maior atenção e responsabilidade por parte dos camaradas que acompanham esse pagamento, torna mais fácil aos membros do Partido cumprir o dever de pagar a quota pois podem fazê-lo em qualquer Centro de Trabalho ou em certas iniciativas partidárias. Além disso, a quota passou a ter escrito o seu valor de modo que atesta o recebimento desse valor exacto.

Por outro lado, é necessário utilizar formas diversas de recolha das quotas, de acordo com as circunstâncias concretas - cobrança directa, cheque pré-datado, desconto bancário, etc. -, e, também, claro, procurar melhorar a estrutura orgânica e o enquadramento dos membros de cada organização.

Cada organização pode facilmente, e deve, conhecer o número de membros que pagam

regularmente a sua quota. Do mesmo modo também pode acompanhar a evolução desse número e assim saber se os esforços que se estão fazendo para o aumentar estão a resultar ou não.

Elevar o valor das quotas

Apesar do trabalho que se tem feito, por todas as organizações, no sentido de ir actualizando as quotas mais ou menos de acordo com a inflação, com o aumento dos preços, com a elevação dos salários ou rendimentos recebidos por cada camarada, e de existirem muitos que responderam bem a esse apelo ou tomaram mesmo a iniciativa a tal respeito, grande parte dos membros do Partido têm acompanhado mal essa evolução. Muitos consideram que a vida está mais difícil e, em geral, isso é certo, e depois pensam que se se tem de poupar em alguma coisa... que se poupe na quota.

Daqui resulta que, em muitas organizações, a somar às dificuldades objectivas que são conhecidas, quer provenientes da situação política interna quer dos acontecimentos internacionais, surgem especiais insuficiências financeiras que limitam a actividade e a iniciativa das organizações quando não exigem mesmo medidas

mais radicais no que respeita às despesas como seja, por exemplo, a diminuição do número de quadros funcionários.

Esta questão de se ir mantendo, muitas vezes por simples inércia, uma quota que todos os anos vai perdendo valor tem-se tornado mais evidente porque os camaradas que são actualmente recrutados estabelecem normalmente uma quota que é muitas vezes superior à que os camaradas mais antigos vêm pagando.

Numa dada organização inscreveram-se recentemente vários novos membros do Partido. A quota mais baixa que ficou assente foi de 200\$00, mas o valor mais escolhido foi 500\$00. Assim sucedeu, por exemplo, com um ajudante de pedreiro, um ajudante de operador de máquinas e outros operários. Um trabalhador da indústria gráfica afirmou querer contribuir com 1% do seu salário e apontou 1.000\$00.

Outros camaradas que são quadros técnicos ou intelectuais estabeleceram ou elevaram as quotas para 5, 10 e mais milhares de escudos.

Ao escrever o valor destas quotas novas junto das quotas de camaradas mais antigos salta à vista a diferença. Continuam ainda a existir muitas quotas de 50\$00 e mesmo 100\$00, pagas por camaradas que não têm salários inferiores aos dos que recebem agora, entre 200 e 500\$00.

Naturalmente que num partido como o nosso, assente principalmente nos pobres e explorados, há camaradas que têm grandes dificuldades na ajuda financeira que podem dar ao Partido. Há que encontrar a forma mais acertada de recolher as quotas muito pequenas, seja trimestralmente, semestralmente ou mesmo anualmente. Mas os exemplos citados mostram que, existindo uma compreensão da ajuda que pode representar a quota, a grande massa dos membros do Partido pode contribuir

com valores mais de acordo com os preços actuais e com os salários que se recebem.

Necessário e urgente melhorar a situação a este respeito

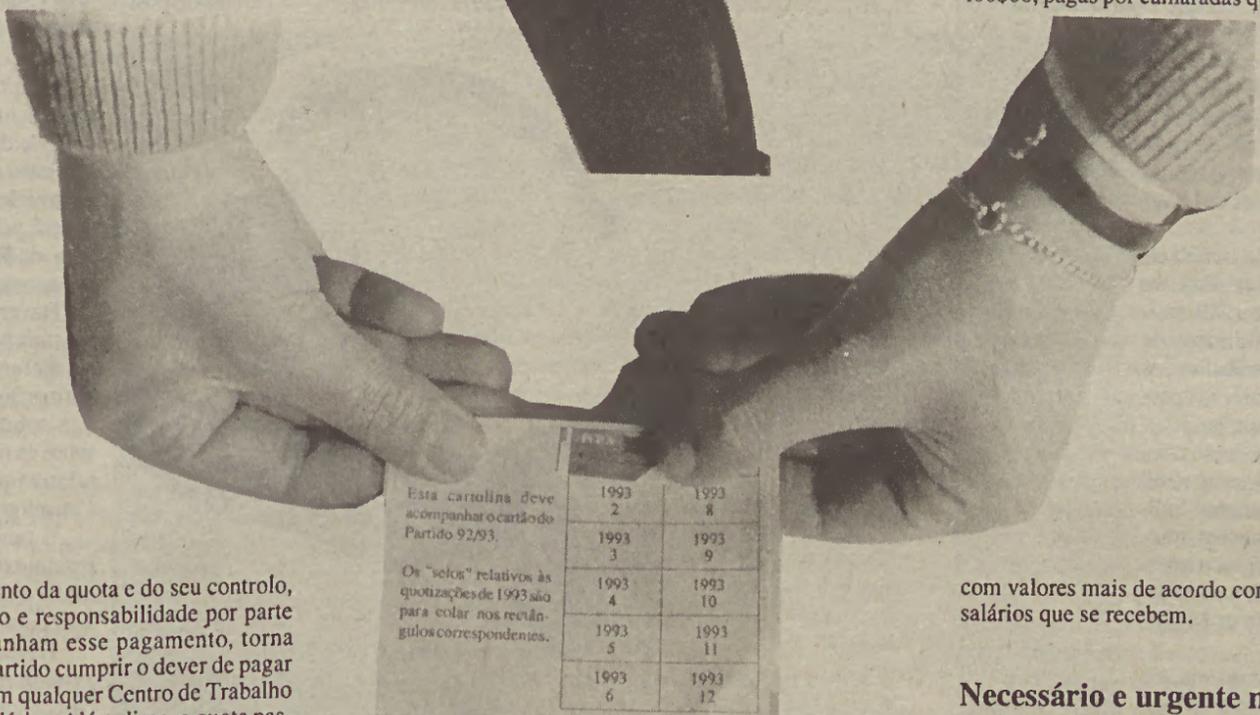
Recentemente um funcionário do Partido deslocou-se da sede de um concelho a uma das suas freguesias, algo distante, para aí fazer uma reunião. Esta correu bem. Estiveram presentes doze camaradas, o que, para as condições concretas, foi altamente positivo. Na reunião foram recolhidas várias quotas que, no total, perfizeram 600\$00. Entretanto, só a despesa da deslocação ultrapassou os 1000\$00.

Muitos e muitos exemplos podiam ser dados para chamar a atenção para o valor das despesas que hoje se têm de fazer.

Só entendendo isto se poderá compreender que a regular contribuição dos membros do Partido através da quotização que todos devem pagar não pode ter somente um valor à volta de 100 mil contos por ano, como tem sucedido nos últimos anos. É necessário ultrapassar este número rapidamente e continuar a subir depois.

O pagamento regular da quota por um maior número de membros do Partido e a sua valorização como ajuda à actividade partidária constituem necessidades prementes que se colocam em praticamente todas as organizações. Há condições para levar esta tarefa a bom êxito. As consequências daí resultantes serão extremamente positivas.

A troca de experiências a este respeito pode ser muito útil e estimulante.



Poder Judicial

Mais um retrocesso na autonomia?

■ Odete Santos

Começo por recordar palavras do Senhor Ministro da Justiça na sessão inaugural da Conferência Nacional sobre o Estado da Justiça, recentemente promovida pelas estruturas sindicais das Magistraturas e pela Ordem dos Advogados.

Depois de enunciar, sucintamente, uma teoria adjuvante da de Montesquieu – uma teoria da separação dos deveres – o Senhor Ministro da Justiça afirmou:

«A autoridade que acompanha o Poder, suceder-se-ia a humildade que caracteriza o Dever».

E acrescentou subjectivamente:

«As tentações de contrapoder, substituir-se-ia a solidariedade institucional que não anula a independência, antes potencia os seus efeitos positivos».

E se a primeira afirmação, a relativa à separação de deveres, se encaixa mal na temática principal que ocupou o Senhor Ministro da Justiça, nessa mesma intervenção – a eleição do Conselho Superior de Magistratura –, a segunda conclusão fazia luz sobre os verdadeiros motivos que subjaziam à defesa de uma proposta como a relativa ao Estatuto dos Magistrados Judiciais, recentemente discutida na Assembleia da República.

Na verdade, toda a actuação do Governo na área da Justiça tem-se pautado pela violação dos deveres do Executivo relativamente ao poder judicial.

Este, que administra a Justiça em nome do povo, e que, como tal, potencia a participação popular no exercício da soberania, assim se realizando, também, o Estado de Direito democrático, tem o direito às condições e à administração da Justiça.

Direito que abarca várias vertentes, desde as reformas legislativas necessárias a uma justiça ao alcance de todos, e, portanto, participada pelo povo, até um Estatuto digno das Magistraturas e dos Advogados, respeitando a função que a todos cabe, passando pelas condições materiais pelo menos suficientes, para a existência de um poder judicial forte.

Condições materiais que abarcam não só os meios de funcionamento dos tribunais, mas também o próprio sistema retributivo das Magistraturas que é parte integrante do seu Estatuto.

Na verdade, tal como se conclui, por exemplo, da Lei espanhola sobre os Magistrados Judiciais, o sistema retributivo dos juizes não pode ser desligado do seu estatuto de independência perante os outros dois poderes – o Executivo e o Legislativo.

E no Congresso da União Internacional dos Magistrados que se realizou em Maucau, em Outubro de 1989, salientou que existe uma possibilidade de influência indirecta sobre o trabalho dos juizes pela via dos meios materiais postos à disposição do poder judiciário.

Ora, se se tratasse de melhorar a lei aprovada pela Assembleia em 1989 sobre o Estatuto dos Magistrados Judiciais, impor-se-ia que a proposta apresentada pelo Governo resolvesse a questão que tem vindo a causar incomodidade e descontentamento entre as Magistraturas.

A questão da suspensão do sistema retributivo determinado pela Lei n.º 63/90.

E se se tratasse de reforçar a independência do poder judicial, a proposta de lei não deveria também deixar de consagrar a autonomia administrativa e financeira do Conselho Superior de Magistratura.

Tal autonomia é absolutamente indispensável para que o Conselho Superior da Magistratura – órgão constitucional de soberania – tenha um Estatuto de verdadeira independência. E consequentemente, para que seja reforçada a independência externa do poder judicial.

Sem essa autonomia administrativa e financeira o poder executivo dispõe sempre de um meio indirecto de sobre a Magistratura.

Na verdade, tal como se afirmou no relatório Final do Congresso realizado em Macau, para além de ser necessário que os representantes do poder judicial sejam associados à elaboração do Orçamento, e à sua discussão com os mem-

bro do Governo e do Parlamento, é indispensável que o controlo das verbas orçamentadas seja colocado sob a alçada dos representantes do poder judicial.

O Estatuto de Independência dos Juizes fica incompleto se o órgão de direcção e gestão da Magistratura estiver dependente quanto aos meios do Ministério da Justiça, do poder executivo, que desta forma, indirecta e ocultamente tem ao seu dispor a forma de limitar aquela gestão e direcção, limitando em última análise a administração da Justiça em nome do povo, a participação do povo no exercício da soberania.

É importante realçar de facto que as questões relativas ao Estatuto dos Juizes, ao estatuto do Conselho Superior de Magistratura não são questões corporativas.

São questões relativas à realização do Estado de Direito democrático.

E é, de facto, o Governo, através do Senhor Ministro da Justiça, que quer conferir ao Conselho Superior de Magistratura características corporativas contra o que a Constituição dispõe.

E é o Governo que, para fugir ao debate da profunda crise, na afirmação recente do Bastonário da Ordem dos Advogados –, crise que afecta a Justiça, por incumprimento dos deveres do poder executivo, se assume como um contrapoder.

Na verdade, tal como diz Gomes Canotilho nas suas Lições de Direito Constitucional, os Conselhos Superiores de Magistratura apresentam-se, no figurino constitucional, como órgãos de defesa da independência externa dos magistrados relativamente aos outros poderes estranhos à organização judiciária.

Mas não são órgãos de autogoverno das Magistraturas.

De facto, citando ainda Gomes Canotilho, a composição mista – membros democraticamente eleitos pela Assembleia da República e membros eleitos pelas Magistraturas – aponta no sentido de órgãos independentes da administração da Justiça, mas sem as características dos esquemas organizatórios da automovimentação corporativa, livres de qualquer ligação à representação democrática.

Contraria, assim, o próprio estatuto constitucional do Conselho Superior da Magistratura, a proposta do Governo.

Que ao estabelecer que os Juizes de Direito elegem os Juizes de Direito, os Desembargadores os seus pares, e os Conselheiros o Conselheiro, quer transformar o Conselho num órgão semicorporativo tendencialmente propenso à defesa de interesses de castas, que não ao interesse da Justiça.

É incómodo o Conselho para o Senhor Ministro da Justiça?

São incómodos todos quantos se manifestam contra a política da Justiça?

O Governo não hesita, investe contra a Constituição pela forma já referida mas ainda porque:

1.º – Pretende ignorar a regra da unidade da magistratura Judicial estabelecida no artigo 217.º da Constituição da República que não permite a divisão dos juizes em 3 colégios eleitorais, já que eles gozam, nos termos constitucionais, de unidade estatutária e orgânica.

2.º – Faz letra morta da alínea c) do n.º 1 do artigo 220.º da Constituição da República que não deixa margem para dúvidas: o colégio eleitoral é único e a eleição é feita pelo sistema de representação proporcional.

Ora, na proposta do Governo, a eleição do Juiz Conselheiro seria feito pelo sistema maioritário, já que não pode eleger-se 3/4 de Conselheiro por uma lista e 1/4 por outra.

E a divisão dos colégios vicia, pelo menos no que toca à eleição dos Juizes da Relação, o sistema de representação proporcional estabelecido na Constituição.

Esta é uma engenharia eleitoral adquirida de conhecidas tentativas de manipulação de círculos eleitorais através da sua divisão.

O afrontamento da independência do poder judicial no expoente da sua independência externa ao Conselho Superior da Magistratura, não se ficou, no entanto, por aqui:

A proposta vai ao cúmulo de impor ao Conselho a convocação dos Presidentes das Relações quando se trata de graduação para acesso ao STJ!

E esta disposição viola manifestamente o estatuto constitucional de independência do Conselho!

E a proposta nem será do agrado dos Presidentes da Relação.

Que detendo funções de conteúdo administrativo e de representação não assumirão de bom grado o papel que poderá parecer resultante de desconfiança do Poder Executivo relativamente à actuação do Conselho.

Haverá alguém que goste de parecer sátrapa do Distrito Judicial?

Referimos, logo no início, que a afirmação do Senhor Ministro da Justiça sobre o contra-poder, fazia luz sobre as razões da opção do Executivo relativamente à forma de eleição do Conselho Superior de Magistratura.

E também sobre a alteração do Estatuto que retira às organizações sindicais a possibilidade de apresentarem lista para eleição daquele órgão.

E aqui que o poder executivo se assume realmente como contrapoder, parecendo levar a mal todas as críticas, aliás construtivas, que Juizes e a sua Associação Sindical têm feito à política de Justiça.

Vão já longe os tempos em que o Senhor Ministro da Justiça, então Director do Centro de Estudos Judiciários, escrevia:

«Resta garantir aos Tribunais as condições de trabalho que, com a dignidade própria de um órgão de soberania e a serenidade e reflexão de quem tem como competência administrar justiça, lhes permita responder eticamente perante a comunidade que representam e que têm por missão servir.»

A verdade é que destas palavras à prática deste Governo vai uma larga distância.

Em vez das reformas legislativas necessárias na AR têm sido debatidos (e a maioria tem aprovado) diplomas que, levados à prática, acentuarão a crise da Justiça, que se abate sobre o cidadão.



Defender o povo e os trabalhadores Defender a luta dos jornalistas

■ Octávio Teixeira

Desde o início de todo o processo que conduziu à aprovação do Regulamento de Acesso e Circulação na Assembleia da República, o Grupo Parlamentar do PCP opôs-se frontalmente, sem quaisquer subterfúgios, às normas que lesam o direito ao livre exercício da actividade dos jornalistas parlamentares nos termos em que, ao longo de muitos anos, aquele direito foi consagrado pela prática.

Logo na apresentação do projecto de Regulamento nos manifestámos contra aquelas normas e afirmámos, repetidamente, que quaisquer alterações à prática das relações entre a Assembleia da República e os jornalistas parlamentares só deveriam ser concretizadas em diálogo e com o consenso de todos os directamente interessados.

Tendo em vista o estabelecimento de regras de convivência. Recusando sempre quaisquer regras de exclusão.

O Grupo Parlamentar do PCP tomou estas atitudes e actuou nesse sentido desde o início de todo este processo, mesmo quando alguns «distráidos» pouca importância davam ao tema, quiçá convencidos que o projecto de Regulamento nunca passaria disso mesmo. Isto é, de um mero projecto cujo destino seria a gaveta do esquecimento.

É insofismável que o Grupo Parlamentar do PCP se apercebeu bastante cedo das «características perversas» do Regulamento. Tal como cedo nos demos conta de que o PSD estava firmemente apostado em fazer aprovar e aplicar as normas restritivas à circulação dos jornalistas parlamentares.

Admitimos que alguém possa ter «acordado tarde» para o que se estava a passar.

Mas, comprovadamente, nesse alguém não se inclui o Grupo Parlamentar do PCP!

Foi, nomeadamente, por o representante do Grupo Parlamentar do PCP se recusar a considerar aquelas normas restritivas como base de partida inadmissível para a discussão, que o grupo de trabalho inicialmente criado para a análise do projecto de regulamento deu por findos os seus trabalhos logo na segunda reunião.

Idêntica posição assumimos nos diversos momentos em que o Regulamento foi objecto de discussão na Conferência de Representantes dos Grupos Parlamentares.

Votámos contra o Regulamento no Conselho de Administração.

Em suma, a posição do PCP foi desde o início, e continua a sê-lo, de inequívoca rejeição das normas do Regulamento que atingem a livre circulação dos jornalistas nos espaços públicos da Assembleia da República.

Denunciámos e continuamos a criticar as atitudes de prepotência do PSD que conduziram à aprovação deste Regulamento.

Combatemos a assumida incapacidade de diálogo do PSD e a utilização que fez da sua maioria numérica para impor a marginalização dos jornalistas parlamentares do processo de debate nas normas do Regulamento que directamente os atingem e lesam.

Responsabilizamos de forma inequívoca o PSD pela aprovação e teimosa aplicação do Regulamento, e pela consequente situação de crise que se vive na Assembleia da República, em especial quanto ao relacionamento deste órgão de soberania com os jornalistas.

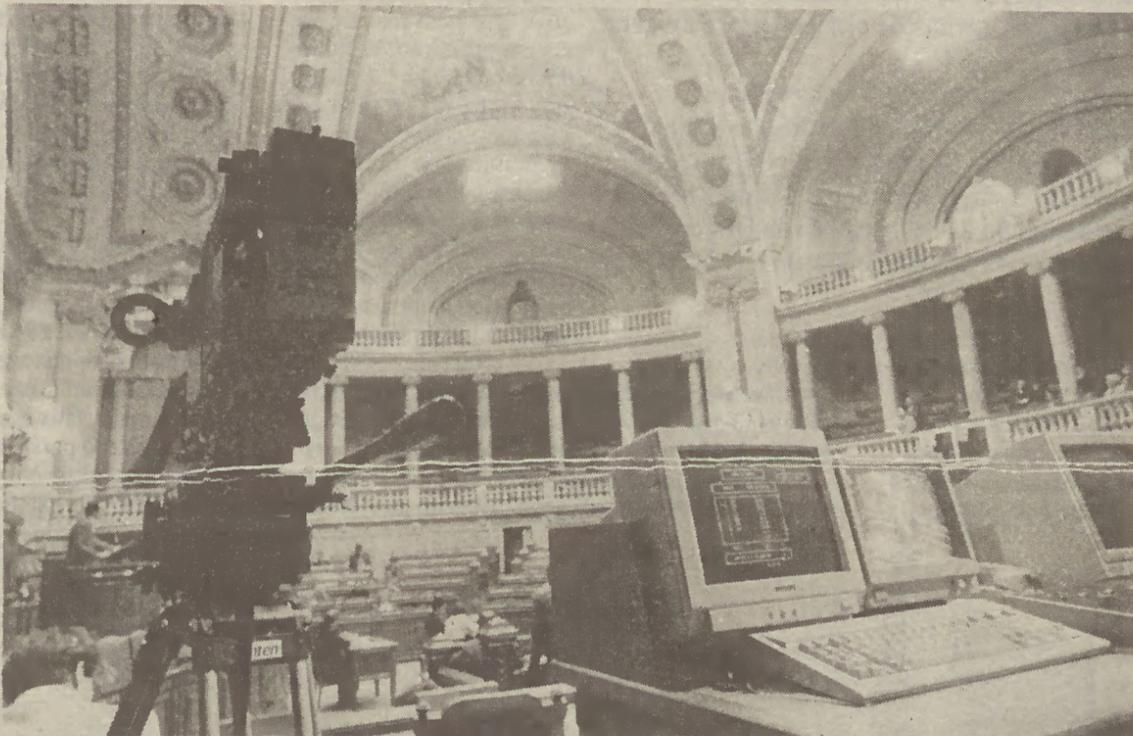
E precisamente porque consideramos que o PSD criou uma efectiva situação de crise na Assembleia da República, não nos limitámos à crítica e à responsabilização.

Porque se é inequívoco que o PSD é o culpado pela situação de crise gerada, é igualmente verdade que a crise afecta toda a Assembleia da República, todos os agentes parlamentares.

Por isso, a par da denúncia e de crítica, o PCP assumiu, responsabilmente, uma atitude construtiva de procura de saídas para a crise, que restabeleçam o clima de confiança e colaboração entre a Assembleia da República e os jornalistas, que reponham a transparência e a normalidade da actividade parlamentar, garantam a dignidade deste órgão de soberania e abram portas à normal informação pública sobre toda a vida parlamentar. Nesse sentido, apresentámos em 31 de Março um voto que nesse

mesmo dia foi objecto de deliberação pelo plenário, no qual propúnhamos, designadamente, «a imediata suspensão da norma questionada» e a criação de um grupo de trabalho visando a «análise dos problemas e a eventual elaboração de normas de procedimento que garantam os direitos das partes».

É certo que estes objectivos essenciais não foram conseguidos. Mas é igualmente verdade que esse voto teve,



para além de outros, o mérito de obrigar o PSD a reconhecer, pela primeira vez, a existência de uma «situação de crise» e a necessidade de todos trabalharem «para a busca de uma solução justa e adequada».

Nesse mesmo espírito de busca activa de saídas para a crise, o PCP propôs ainda, no passado dia 6 de Abril, ao presidente da Assembleia e a todos os Grupos Parlamentares, a «criação de um grupo de trabalho, no âmbito da Conferência de Representantes dos Grupos Parlamentares, para proceder à análise da situação e à procura de uma solução justa e adequada, conforme resulta da parte do voto do PCP aprovada por unanimidade».

Na reunião da Conferência de líderes realizada no passado dia 13 foi criado, por proposta do presidente da Assembleia da República um grupo de trabalho, ao qual se incumbiu, designadamente, «analisar o modo como todas as disposições do Regulamento estão a ser aplicadas na prática, designadamente as que se referem à Comunicação Social», «proceder às audições dos interessados» e apresentar «sugestões quer para modificações de quaisquer normas» do Regulamento «quer para a sua melhor execução».

Manifestamente, como logo o declaramos, este não é o grupo de trabalho por nós proposto e para o qual os presidentes dos Grupos Parlamentares do PSD, do CDS e do PEV nos haviam já transmitido o seu acordo.

Lamentamos que o não seja!

Porém, e sem nos deixarmos embalar por cantos de sereia, não vemos razões suficientes para o rejeitar. Pelo contrário, estamos declaradamente empenhados em intervir no grupo de trabalho criado com o objectivo de procurar e propor, prioritariamente e em muito curto espaço de tempo, as soluções justas e adequadas à resolução da crise.

Se todos os intervenientes, nomeadamente o PSD, estiverem efectiva e honestamente empenhados na busca de soluções para ultrapassar a situação, é possível encontrá-las rapidamente. Por isso nos bateremos.

Mas queremos deixar mais uma vez sublinhado que, do ponto de vista do PCP, a solução justa, adequada e duradoura passa, necessariamente, pela livre circulação dos jornalistas nos espaços públicos da Assembleia, designadamente nos corredores que circundam a sala do Plenário e entendemos que isso é possível e é compatível com a defesa da adequada privacidade dos deputados e Grupos Parlamentares.

Os jornalistas parlamentares têm razões mais que suficientes para protestar contra as medidas restritivas impostas pelo PSD, protesto a que nos associámos e a que reafirmamos a nossa solidariedade.

Razões mais que suficientes porque as restrições incluídas no Regulamento não são um acto isolado do PSD.

Estão ligadas aos ataques do PSD à liberdade de imprensa e aos direitos dos jornalistas ao longo de anos.

Ataques consumados contra o poder de intervenção dos jornalistas quando o governo do PSD retirou aos Conselhos de Redacção o direito consagrado na Lei de Imprensa de darem parecer vinculativo sobre a nomeação de directores e órgãos de informação.

Com os limites introduzidos ao sigilo profissional pelo Código do Processo Penal, com as alterações ao Código Penal. Com a extinção do Conselho de Imprensa e a criação da governamentalizada Alta Autoridade para a Comunicação Social. Com as novas ameaças de revisão da Lei de Imprensa, a Lei do Segredo de Estado e o próprio inquérito à vírgula. Para já não falarmos da tentativa do PSD de «doutrinar» os jornalistas parlamentares em reuniões semanais.

É evidente que, com este pano de fundo, a alegação pelo PSD da privacidade dos deputados como justificação para esta norma discriminatória do Regulamento não tem fundamento sério.

Por isso reafirmei na Assembleia da República, em nome do Grupo Parlamentar do PCP. A nossa firme solidariedade aos jornalistas parlamentares agora lesados nos seus direitos e condições de actividade.

Solidariedade que prestámos desde o início do processo sem que nos tenha sido solicitada e sem esperar obter qualquer retribuição.

Manteremos essa solidariedade activa designadamente continuando a denunciar da tribuna da Câmara as responsabilidades do PSD nesta situação e a propor formas de solução adequadas que garantam os direitos de todas as partes.

E mantemos essa solidariedade activa e a luta pelo restabelecimento da livre circulação dos jornalistas ao retornarmos a palavra no Plenário, levando à tribuna, tantas vezes quantas as necessárias, as críticas e as propostas para a solução do problema e batendo-nos no Grupo de Trabalho agora criado, por uma solução justa e adequada que resolva a crise aberta pelo PSD.

No quadro da evolução da situação esta é, em nossa opinião, a melhor e mais eficaz forma no momento presente de continuarmos a intervir na solução do problema tendo em conta todos os interessados e, especialmente, os interesses do povo português.

Não é exigível, nem politicamente comportável, a um Grupo Parlamentar da Oposição, e designadamente ao PCP, que mantenha indefinidamente o seu silêncio no Plenário deixando de denunciar e criticar as propostas de lei, as malfeitorias do Governo, que entretanto, sem contestação e sem publicidade, o PSD vai aprovando. Como já sucedeu, por exemplo, com o «pacote da habitação», e em especial com as alterações à lei do arrendamento urbano que vão ter pesadas consequências sobre muitas famílias.

Não é próprio de um Grupo Parlamentar da Oposição, e designadamente do PCP, manter-se silencioso no preciso momento em que se agrava diariamente a profunda crise económica e social que atinge o País e os portugueses.

Não é compatível com o mandato que lhe foi conferido pelo eleitorado a manutenção por tempo indefinido do silêncio do PCP no Plenário, quando o Governo continua a propagandear a sua demagogia ou quando o Primeiro-Ministro se dirige ao País iludindo a real situação que vivemos, alijando as pesadas responsabilidades que ele próprio tem na recessão e ameaçando o povo e o País de não alterar a linha de rumo da política que conduziu à crise.

Não podemos calar a nossa voz contra o PSD e o Governo quando as falências de empresas e o desemprego aumentam assustadoramente ou quando os trabalhadores são impedidos de exercerem efectivamente o seu direito à greve, por o Governo impor a prestação de serviços mínimos que exigem a presença de 85% dos trabalhadores.

Manteremos a nossa solidariedade com o protesto e a luta dos jornalistas parlamentares cumulativamente com a solidariedade que devemos e prestamos aos trabalhadores e ao povo português. Também através da nossa acção e da nossa intervenção no Plenário da Assembleia da República.

EM FOCO

A situação do Serviço Nacional de Saúde e os trágicos acontecimentos de Évora

PCP questiona responsabilidades políticas

Em conferência de imprensa que deu ontem em Lisboa, a Comissão Nacional para as questões da Saúde do PCP exigiu o pleno apuramento das responsabilidades pelas mortes de hemodialisados do Hospital de Évora. Os comunistas protestam contra o silenciamento dos trabalhadores da Saúde (desde o despacho de Maldonado Gonelha), afirmam que o caso de Évora «é apenas a ponta de um iceberg» e exigem a alteração desta política de Saúde.

No encontro com os jornalistas participaram Edgar Correia (da Comissão Política do PCP), Rui Pinhão (professor catedrático jubilado da Universidade Nova de Lisboa, membro da Direcção da Organização Regional de Lisboa do PCP e da Comissão Nacional para as questões da Saúde) e Luís Peixoto (médico, deputado à AR, membro da Direcção da Organização Regional de Santarém do PCP e da Comissão Nacional para as questões da Saúde).

1. Recusando que uma ocorrência que enlutou tantas famílias constitua palco de disputa política; mas não ignorando que este caso dramático foi aproveitado pelo Governo para guerrilha política e passa culpas e estando em causa orientações e procedimentos da administração central que importa esclarecer completamente, a Comissão Nacional para as Questões da Saúde do PCP questiona frontalmente as responsabilidades políticas do Ministro da Saúde e do próprio Governo nos trágicos acontecimentos da Unidade de Hemodiálise do Hospital Distrital de Évora.

Ao pleno apuramento das responsabilidades por tão grave incidente - que se exige seja apenas norteado pela procura da verdade e de toda a verdade - não podem, porém, ser subtraídos (como é evidente propósito do relatório intercalar elaborado pela Inspeção Geral de Saúde) nem a Administração nem a Direcção Clínica do Hospital, nomeadas, como se sabe, pelo Ministro da Saúde e da sua inteira confiança política.

Este apuramento de responsabilidades é tanto mais imperativo quanto várias entidades ligadas ao Ministério da Saúde e o próprio ministro da Saúde, logo após a corajosa denúncia da ocorrência feita pelo Sindicato dos Médicos da Zona Sul e antes mesmo da realização de qualquer inquérito minuciosamente idóneo, se apressaram a fazer declarações públicas procurando ocultar a gravidade do ocorrido no Hospital de Évora e, numa manobra inqualificável, passar as culpas existentes ao nível de uma instituição tutelada pelo Governo para a Câmara daquela cidade.

2. Constitui um procedimento particularmente grave para o qual importa chamar a atenção da opinião pública o silenciamento dos trabalhadores da Saúde pelo Ministério da Saúde (através da aplicação do famigerado despacho Gonelha), com o objectivo de impedir o conhecimento de carências graves e de situações anómalas que se verificam em muitas unidades e serviços de saúde.

Esse procedimento potencia riscos para a saúde pública e põe em causa a indispensável segurança e confiança dos utentes nos serviços de saúde.

A par da veemente reclamação da anulação da "lei da rolha", justifica-se por isso o apelo a todos os trabalhadores da saúde para que rompam a cortina de silêncio que o

actividade governativa.

No trágico caso de Évora, a saúde pública fica devedora ao Sindicato dos Médicos da Zona Sul do corajoso e exemplar alerta em relação a uma ocorrência que, a não ter sido publicamente denunciada, teria permanecido ignorada e feito elevar ainda mais o número de vítimas.

Ministério da Saúde impõe em relação às reais condições em que funcionam muitas unidades e serviços e para que não colaborem ou se deixem envolver em situações que possam pôr em risco a prestação de cuidados de saúde à população e a sua qualidade. E também para que, em todos os casos, as denunciem junto das estruturas hierárquicas, das suas organizações profissionais e sindicais, e das entidades públicas a quem cabe velar pelo cumprimento das leis e pela fiscalização da

o vírus da SIDA, responsabilidade que o Ministério da Saúde continua a recusar-se a assumir.

Em questão está, também, a governamentalização do Serviço Nacional de Saúde e, em particular, todo o sistema antidemocrático de gestão hospitalar, que tem conduzido à nomeação por parte do Governo para a Administração e para a direcção técnica dos hospitais de comissários políticos do PSD a quem não são reconhecidas, na grande maioria dos casos, capacidade e competência para o desempenho das funções que ocupam. E que as exercem subordinados a critérios e a objectivos alheios, e em muitos aspectos até opostos, às finalidades de prestação de bons cuidados de saúde às populações.

4. A política de saúde definida pelo Governo e que vem sendo aplicada pelo Ministro da Saúde contraria em absoluto os princípios, objectivos e valores do Serviço Nacional de Saúde (SNS) consagrados na Constituição.

Portugal continua a ser o país da CEE com as mais baixas despesas públicas com a saúde, onde os cidadãos já pagam a maior fatia das despesas nacionais com a saúde e onde o Estado possui a menor participação.

Com a aprovação da Lei de Bases de Saúde e mais recentemente do Estatuto do SNS, o Governo pretende sujeitar os serviços públicos de saúde a critérios economicistas ainda mais apertados, desarticulá-los e destruí-los, e introduzir um novo e brutal agravamento dos custos dos cuidados de saúde a suportar pelos utentes.

A trágica ocorrência de Évora, numa Unidade de Hemodiálise que o Ministério da Saúde louvou há poucos meses pela sua "grande produtividade a baixos custos", constitui simultaneamente uma expressão da opção economicista da política do Governo e do seu desprezo pela saúde dos doentes, e um sério aviso das consequências para a Saúde Pública que poderão resultar da aplicação integral do Estatuto do SNS.

5. A Comissão Nacional para as Questões da Saúde do PCP ao mesmo tempo que sublinha, em relação ao caso de Évora, a necessidade do apuramento das responsabilidades existentes, assume veementemente a defesa da alteração da política de saúde do Governo e da revogação da legislação que a

suporta e apela ao desenvolvimento da luta no sentido do respeito pelo direito à saúde da população e do cumprimento das normas que constitucionalmente o consagram.

Nesse âmbito, o PCP reclama, uma vez mais, a urgente revogação da legislação sobre a gestão antidemocrática das unidades hospitalares, sobre o regime de instalação das Administrações Regionais de Saúde e anuncia que irá apresentar projectos legislativos neste domínio.

No plano específico das garantias que se impõe que sejam dadas aos doentes insuficiente renais que carecem de tratamento em unidades de hemodiálise e perante a inadmissível incúria do Ministério da Saúde, que tem protelado desde há mais de três anos a aprovação de um projecto de regulamentação neste domínio, o PCP, tendo em conta pareceres técnicos de especialistas desta área e orientações consagradas internacionalmente, irá apresentar uma proposta de legislação específica contendo regras normativas e mecanismos legais para controlo da instalação e funcionamento dos centros de hemodiálise.



O PCP reclama a revogação urgente da legislação sobre gestão hospitalar e sobre o regime de instalação das ARS e vai propor também legislação específica sobre garantias que devem ser dadas aos insuficientes renais que necessitam de tratamento em unidades de hemodiálise

É por isso particularmente repugnante e merecedora de indignado protesto a tentativa do Ministério da Saúde de despedir o Presidente do Sindicato dos Médicos da Zona Sul, a pretexto de procedimentos administrativos. E impõe-se a exigência da urgente anulação de tal medida repressiva.

3. A dramática ocorrência de Évora não constitui, infelizmente, uma questão isolada ou accidental.

Ela é apenas a ponta de um iceberg, a consequência mais recente de uma política economicista que o Ministério da Saúde tem generalizado a todas as unidades hospitalares e Administrações Regionais de Saúde, ao impor a redução de despesas em sectores e áreas vitais de que dependem a segurança, a qualidade dos cuidados e a própria vida dos doentes.

A este respeito importa recordar as funestas consequências para muitas dezenas de doentes hemofílicos que resultaram da administração de sangue contaminado com

O Militante 

NESTE
NÚMERO

CADERNO

CRISE

EM FOCO

Crise interminável, insolúvel

■ **Manoel de Lencastre**

A indústria da hotelaria e dos restaurantes, como a da publicidade, são sempre as primeiras a sofrer em tempos de depressão. As grandes empresas vêm de há muito cortando os orçamentos nas rubricas que envolvem deslocações, noites fora, almoços e jantares. E agora, só os patrões ao mais alto nível hierárquico viajam em primeira ou se hospedam nos hotéis de mais categoria. Em Londres, os restaurantes estão às moscas, os hotéis registam níveis de ocupação preocupantemente baixos e o pessoal, como é evidente, vê-se atingido por despedimentos e cortes nos ordenados.

Quem conhece a grande metrópole que é Londres e a reconhece na sua História, na recente e na antiga, não pode deixar de notar a devastação que vai por toda a cidade. Assim, o elegante «Clifton-Ford», um dos mais modernos hotéis, frequentado, principalmente, pelos pacientes dos famosos médicos da Harley Street, encontra-se meio vazio praticamente. A brasileira que fazia o «room service» foi despedida. O pianista holandês também. Já não se ouvem nos salões do confortável estabelecimento hoteleiro da Welbeck Street as belas melodias românticas de Gershwin ou Irving Berlin e outras como «Coimbra é uma lição» que o referido pianista preferia. Para onde vão estas pessoas? A brasileira, sabemos nós que fez as malas e... foi para Portugal.

Alda, Lenka, Emma, a vida

Quanto ao popular restaurante «Piccadilly», cujo negócio sempre prosperara nas mãos dos seus eficientes patrões, Cláudio e Aldo, encontramos-lo atravessando a maior crise dos últimos vinte anos. Pessoal italiano? Acabou. Passaram a admitir portugueses, coisa que jamais se vira. Ao balcão, servindo os «drinks», a Alda, de Penafiel, lamenta-se: «Ai, meu senhor, quem me dera voltar para a minha terra.» Diversos outros empregados de mesa são de Vila Real, de Aveiro, gente nossa, portuguesa, a quem a ilustre Pátria lusitana recusou algum conforto nas suas terras, e chegou a Londres em busca do impossível. Mas aprendem a conhecer o mundo. E espantam-se. Então a Inglaterra é isto?

Lenka, a rapariga checa que veio de Praga para encontrar a liberdade, fez-nos «sinal de liques» mal nos viu entrar no «Partners», o «wine-bar» da Newman Street. O sinal indicava que desejava falar-nos e confessou: «Já viu estas inglesas que, embriagadas, deitam os copos ao chão?» Fizemos um gesto de compreensão. E Lenka prosseguiu: «O pior é que o patrão trata logo de chamar-me, pá e vassoura na mão ordenando-me que proceda à limpeza da carpete.

Mas foi para isto que vim de Praga? E depois, sabe, estas fulanas estão todas desempregadas. De que vivem?» Respondemos: «De expedientes, Lenka, de expedientes.»

A rapariga checa despediu-se de nós fazendo um grato gesto de punho cerrado significando que, verdadeiramente, havia aprendido uma grande lição. E há dias, quando visitámos o «Partners» já lá não estava, havia partido para Praga. Mas Emma, uma das mais assíduas clientes, nunca mais foi vista desde que perdeu o emprego e a empresa do marido foi levada à falência.

Catástrofe na indústria hoteleira

Entretanto, as grandes empresas da hotelaria entram com regularidade nas primeiras páginas dos jornais. A «Queens Moat House Hotels», com 11 000 quartos de capacidade no continente europeu e 14 000 em Inglaterra, encontra-se à beira da falência. Os Bancos cortaram-lhe o crédito. A Bolsa retirou-a do mercado. Os hotéis do grupo, propriedades importantes cujos valores caíram para metade destruindo o balanço da grande companhia, acham-se sem clientes. Só ao «nosso» Barclays Bank devem mais de £150 milhões (35 milhões de contos). O que não sabemos é quanto devem aos outros: ao Natwest, ao Commerzbank (alemão), ao Crédit Suisse, aos japoneses Fuji e Sanwa. Mas dizem-nos que os débitos do Grupo ultrapassam o bilião de libras. Como é possível a um conjunto hoteleiro de fundação relativamente recente dever tantos milhões de libras? São as operações financeiras que destroem tudo. Não são os ordenados ao pessoal, ou os produtos que adquirem aos fornecedores. Os negócios financeiros, próprios, aliás, do sistema em que vivemos,

arruinam a fibra das coisas, matam as actividades, levam-lhes as receitas líquidas, desmoralizam accionistas, clientes, fornecedores e deixam no desemprego e na miséria os trabalhadores.

Ainda no campo da grande hotelaria: quem não conhece a grande, a gigantesca «Trust House Forte» que o imigrante italiano Forte, o velho Forte, construiu a partir de um pequeno, risível negócio de vendas de chávenas de chá, em Glasgow? Hoje, o já reformado Forte é Lorde e o filho, Rocco, é quem se encontra à frente dos negócios. As jóias da coroa do império Forte compreendem hotéis de todas as categorias mas os nomes do «Savoy», do «Connaught», do «Berkeley», do «Claridges» são os mais reluzentes. Aliás, os «Forte» estão em toda a parte por essa Europa fora e até em Portugal. Os «Crest Hotels» foram os últimos que o Grupo adquiriu e, de aí em diante, foi quando as coisas começaram a conhecer os primeiros sinais da crise económica. Há semanas, tiveram de vender o serviço de contratos para fora que designavam por «Fortes Gardner Merchant» com vista a poderem atender pagamentos inadiáveis. O produto dessa venda, £402 milhões de libras (94 milhões de contos), caiu nas mãos dos Bancos como manteiga em focinho de cão e a empresa nada retirou daquela importante verba que ajudasse a melhorar os serviços ou pudesse utilizar em aumentos de ordenados ao pessoal.

Neste momento, a dívida, à vista, é de nada menos de £334 milhões de libras (75 milhões de contos) e os seus débitos totais cifram-se em quatro vezes mais. Para onde vão, portanto, estas empresas? Que futuro as espera? O que farão os milhares e milhares de trabalhadores que em múltiplos países as servem?

Um banco como não há outro

O Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento (EBRD), fundado pelos países capitalistas mais poderosos (as chamadas democracias industriais) para ajudar o desenvolvimento dos países do leste da Europa conduzindo-os, gentilmente, para o campo das economi-



as de mercado, não está a cumprir as finalidades para que foi criado. E as nações do antigo bloco socialista, as novas e reluzentes democracias (?), cujos resultados catastróficos o mundo já conhece, têm toda a razão para se sentirem defraudadas. A verdade é que os fundos do EBRD, em vez de serem dirigidos para os objectivos estatutários, parece que conheceram outras direcções. Não é só em Itália, prezados leitores do «Avante!», que acontecem estes fenómenos. Aliás, ser-se «mafioso» não significa ser-se italiano e o glorioso povo transalpino, nada, de facto, tem a ver com os escândalos que transformaram a penitenciária de San Vittore, em Milão, no melhor frequentado albergue do mundo. A corrupção nasce do acesso aos capitais e espalha-se por todos os países. O capitalismo cria a corrupção. A chamada «Mafia» é o capitalismo já em fase desesperada. Mas voltemos ao nosso EBRD.

Quem haveria de ser o presidente do poderoso Banco? A luta foi negra entre os países «democráticos» no sentido de assegurarem para um dos seus o prestigioso lugar. Chegou-se a um compromisso. Os «democratas» concluíram por entregar a fundação da sede do Banco aos ingleses e a presidência a um francês. Assim, o Banco abriu as suas portas na City e Monsieur Jacques Attali, figura imaculada da banca francesa, assumiu a presidência do conselho de administração. Tudo bem, como costuma dizer-se nas telenovelas brasileiras que continuam a enlouquecer meio Portugal. Entretanto, os meses correram e chegou o momento em que teve de perguntar-se àqueles senhores do EBRD o que andavam a fazer com o dinheiro dos países capitalistas.

Saltou à vista que os investimentos nas «novas democracias» em causa se revelavam assaz pequenos, mas que as despesas do próprio Banco, a ajuda ao Leste foi inferi-

or a metade das despesas gerais em cujas principais rubricas sobressaíram as seguintes: para uma festa de Natal no Grosvenor House Hotel a favor do pessoal mais categorizado do Banco, foi dotada a verba de £50.000 (12 500 contos); para as instalações do salão de entrada do Banco em mármore, foram £750.000 (172 500 contos); para o avião particular do Sr. Attali, £600.000 (138 000 contos); para as obras nos escritórios e no mobiliário e equipamento dos diversos andares do edifício em Liverpool Street onde o Banco se situa, £55,5 milhões de libras (quase 13 milhões de contos); na aquisição de obras de arte que se disse reflectiriam a diversidade intelectual e cultural da Europa, £250.000 (57 000 contos), e assim por diante. A primeira pessoa que Monsieur Attali recrutou para o Banco foi um cozinheiro. Na inauguração da sede diz-se que havia lá mais «champagne» que água.

Quanto aos projectos dos países do antigo bloco de leste, parece que não conseguiram mais de £100 milhões (23 milhões de contos) o que não representa sequer aquilo a que se costuma chamar uma gota de água no oceano. Não admira, portanto, que os povos em questão comecem a colocar em dúvida não só a sinceridade como as reais posses do capitalismo para entregá-los nos braços da economia de mercado. Mas a culpa não é do capitalismo, reconheçamos. É dos capitalistas e ds seus serventuários. O sistema até é bom, no papel; na prática é que não funciona. Não é assim que eles definem o marxismo?

Ferrovários britânicos em luta

A greve dos ferroviários, na última 6ª-feira, voltou a paralisar toda a Grã-Bretanha. Mas, lentamente, o governo, a grande imprensa capitalista, os grandes interesses do mundo dos negócios, começam a dar às greves a importância que, a princípio, tratando-as com desdém, lhes recusavam. A realidade acaba sempre por impor-se e eles, agora, já não querem tolerar o espectáculo das cidades vazias criado pela falta de transportes.

Soaram os clarins de alarme: ninguém mais fica em casa quando se verificar a próxima paralisação; as pessoas têm de oferecer à greve a mesma resistência que os voluntários de 1926 reuniram contra a Greve Geral. Mas os tempos são outros. Não dizem os defensores do capitalismo que as pessoas, na modernidade, nada querem com greves e sindicatos? Na realidade, pela sua atitude de reconhecimento das greves e pelo seu alheamento do trabalho nesses dias, o

povo britânico está a dar uma considerável lição ao patronato. As greves dos ferroviários estão a transformar-se em greves gerais e isto assusta o sistema. «Ao trabalho, seja de que maneira for», gritava na 2ª-feira, 15, o «The Daily Telegraph» queixando-se de que as greves são políticas na sua essência.

Tirando partido da falta de credibilidade do governo do funcionário Major, desrespeitando e tratando com desprezo o sistema socioeconómico que lançou na ruína o seu país, o povo britânico dá-lhes a mais sublime resposta: não se manifesta abertamente quanto aos objectivos dos ferroviários, mas fica em casa, toma um dia de folga e ri-se, ri-se do governo e dos patrões adorando achá-los agora em pânico por verificarem que as greves, no fim de contas, continuam a representar uma arma decisiva dos trabalhadores.

Já sabemos das limitações políticas que existem neste país as quais impedem ou retardam o desenvolvimento da luta do povo. Verificamos com alguma dor, mas sem surpresa, que o Partido Trabalhista se encontra apanhado numa situação para a qual não dispõe de respostas. Mas a aliança entre o povo trabalhador sem filiação política ou sindical e os sindicatos mais militantes e consequentes (mineiros, ferroviários, etc.) que se encontram nas primeiras linhas de batalha, é suficientemente ameaçadora para que os meios conservadores e do patronato tenham começado a reagir. De agora em diante, exigem que ninguém fique em casa. Temos a impressão de que o povo britânico desobedeceu ao governo e acabará, gradualmente, por colocar-se ao lado dos trabalhadores e dos sindicatos. Então, a situação em Inglaterra conhecerá grandes momentos.

Roménia: uma difícil travessia da história

■ Miguel Urbano Rodrigues

Voltar a um país após anos de ausência e escrever sobre a realidade social nele emergente na sequência de mudanças de natureza revolucionária ou contra-revolucionária foi sempre para mim uma tentação.

Muito diferente é tomar contacto com um país não conhecido onde ocorreram pouco antes transformações profundas. Foi o que recentemente me aconteceu na Roménia.

Faltam-me termos de comparação. Apenas posso fazer um esforço de objectividade na transmissão de factos, imagens, sensações. Da Roménia conhecia apenas um pouco da sua história. É dela que falo aqui porque a caminhada difícil do único povo latino do Leste europeu ajuda ao entendimento de um presente não menos difícil. Sobre este escreverei na próxima edição.

Os Balcãs configuram um desafio permanente à lógica da história que se desdobra numa multiplicidade de desafios.

Um exemplo: na região balcânica formaram-se duas nações cuja sobrevivência roça o absurdo. Uma – a romena – nasceu a Norte do Danúbio, na bacia carpática; a outra – a magiar – veio de fora, das estepes asiáticas em lentas migrações, para se fixar definitivamente na grande planura onde o Tisza encontra o Danúbio. Ambas resistiram às fortíssimas pressões de povos e culturas diferentes que as envolveram. A húngara não se deixou germanizar e pouco absorveu dos seus vizinhos eslavos e de 150 anos de presença turca; a romena caminhou pelos séculos suportando influências antagónicas de eslavos, turcos e húngaros sem perder a sua identidade latina.

A contiguidade geográfica e as tentações e interacções dela resultantes foram para os romenos e magiares fonte de um diálogo histórico complexo: encontraram-se numa região, a Transilvânia, na qual as relações de dominação, movediças, geraram tensões que perderam.

A Dácia romana

Estátua do rei dácio Decébal, em Deva (87-106)

A teimosa latinidade dos romenos é uma daquelas aventuras belas com que a história nos brinda. Regista-se a saga colectiva antes de se tentar compreender como ela foi possível em cenário tão desconfortável.

Enquanto no território da actual Inglaterra, intensamente romanizado, a herança latina da antiga Bretanha foi rapidamente destruída pelas primeiras vagas de invasores continentais; enquanto na Panónia e na Mésia romanas, germanos e eslavos eliminaram não menos drasticamente o que de Roma havia permanecido, outra foi a sorte dos povos que na ex-província da Dácia haviam adoptado o que para uma comunidade atrasada na fronteira do Império era essencial na língua e na cultura de Roma. Aquilo que ficou, por insusceptível de fusão com qualquer das culturas envolventes, foi suficiente para que os habitantes da antiga Dácia romanizada (a Transilvânia, o Banato e a Olténia) assumissem a latinidade como pátria cultural.

Como foi possível resistir? Perguntei-me com frequência em Bucareste, para concluir, na falta de explicações convincentes, pela verificação de que mais importante do que as respostas claras é o resultado histórico: a existência da Roménia, a sua orgulhosa consciência de marca latina encostada ao mundo eslavo.

À mundividência de Trajano, o mais talentoso dos imperadores militares de Roma e o de maior ambição, deve o povo romeno a opção estratégica que o tornou possível. Antes de se lançar na grande aventura asiática que o levaria à capital do Reino dos Partos e o Tigre – fronteira inultrapassável para as legiões – Trajano considerou necessário consolidar o domínio romano a Norte do

Danúbio. A romanização das tribos dácio-gegas, após a vitória militar, foi rápida e harmoniosa. A fixação de milhares de veteranos das legiões na nova Província, onde receberam terras, contribuiu para a facilidade com que o latim vulgar do exército se tornou em poucas décadas a língua geral das populações.

O que surpreende é a tenacidade com que esse povo dácio-romano, filho de muitas misturas, se apegou a um idioma, a uma cultura e uma maneira de viver antes mesmo de concluído o processo de fusão entre conquistadores e conquistados.

Sob Aureliano, o primeiro dos imperadores ilírios, Roma, antes de 275, retirou o seu aparelho militar e administrativo para a margem Sul do Danúbio. A decadência do Império acentuava-se e a Dácia foi abandonada à sua sorte incerta, ou seja, ficou aberta a porta da região às invasões torrenciais de povos ditos bárbaros que desciam das estepes asiáticas rumo ao coração da Europa.

O desfecho foi absurdo. Nos séculos seguintes, principalmente após o afundamento do Império Romano do

e que inovava essa condição para se diferenciar dos vizinhos, criava estados feudais na Valáquia e na Moldávia. Um denominador comum: valacos, moldavos, transilvanos expressavam-se na mesma língua e sentiam-se muito próximos pela cultura.

No século XIV, quando a poderosa vaga otomana principiou a rolar pela Península Balcânica vinda da Ásia Menor, os principados de raiz romana foram aqueles que souberam encontrar fórmulas mais flexíveis e duráveis para conservar a sua autonomia até onde era possível. Por outras palavras, adaptaram-se a uma nova relação de forças no confronto com um poder impetuoso que durante dois séculos não encontrou na Europa adversário capaz de lhe conter a expansão.

Nos principados da Valáquia, da Moldávia e da Transilvânia, as populações usufruíram sempre de liberdades e direitos que foram, por exemplo, negados a sérvios, búlgaros e albaneses. Enquanto os antigos estados do Ocidente e Sul da Península eram transformados pelo sultão turco em *pachaliks* do Império, os principados de idioma latino conseguiram preservar quase integralmente a sua autonomia. Não era obviamente fácil a sua situação, nessas ilhas de latinidade, apertadas entre a Polónia católica



Vlad Tepes, príncipe da Valáquia (1456-1462 e 1476)



Imperador Trajano



Miguel, o Bravo (1594-1601)

Ocidente, os invasores erradicaram o latim e o grego de todas as terras a Norte e a Leste do Adriático que não estavam sob o controlo de Bizâncio. Entretanto, na Dácia, percorrida por hordas godas, hunas, ávaras e, mais tarde (no séc. XIII) assolada pelos mongóis, as populações, sedentárias e densas, mantiveram a romanidade. Vaga após vaga, os invasores passaram tempestuosamente sem se fixarem; eles, os habitantes da antiga Província romana criada por Trajano, permaneceram onde estavam. O isolamento nas áreas a Norte dos Cárpatos (actual Transilvânia) favoreceu obviamente essa permanência. Mas o factor geográfico não explica tudo. Outros povos, nas mesmas circunstâncias, não resistiram às ondas migratórias e diluíram-se em novas nações, rompendo com as origens culturais.

O preço da autonomia

Os dácio-romanos não foram engolidos pela avalanche; permaneceram na história. A partir do início do século X, os húngaros – recém-chegados à planura danubiana – começaram a instalar-se na Transilvânia juntamente com populações vindas da Saxónia, os avós remotos da minoria alemã na região. Anexada à monarquia magiar no século XIII, a Transilvânia manteve contudo a sua autonomia administrativa. Simultaneamente, a Sul e a Leste, um vasto espaço habitado pelo mesmo povo romanizado,

a Norte, o Império dos Habsburgos a Ocidente, as solidões ucranianas a leste (dominadas primeiro pelo Khan da Crimeia e depois pelo czar da Rússia) e a Bulgária ocupada a Sul.

Admite-se que os principados romanos pagaram ao Sultão, enquanto foram vassallos da Sublime Porta, tributos anuais que, somados, corresponderam a 14 000 toneladas de ouro, além das entregas de cereais. Uma fortuna gigantesca para essas épocas, com a agravante de que o pagamento do tributo não garantia uma paz efectiva; apenas a autonomia.

Foram séculos de pilhagem, de agressões, de guerras endémicas – um tempo de horrores que nos faz aparecer como benignos os piores períodos da história de Portugal.

Hunedoara

Duas personalidades excepcionais destacaram-se nesses anos sombrios. Uma delas é, paradoxalmente, herói nacional romeno e búlgaro. Ambos os povos o reivindicam como seu. Os magiares conhecem-no como Janus Hunyadi ou Corvino. Nasceu, porém, na Transilvânia e foi seu *vivoda* (governador). Brillante estrategista, ficou na história



Ioan Voda, o Bravo, príncipe da Moldávia (1572-1574)



Vasile Lupu, príncipe da Moldávia (1634-1653)

por ter infligido ao Sultão Maomé II a única derrota importante que o conquistador de Constantinopla sofreu. O turco que era o terror da Europa e da cristandade, foi batido junto das muralhas de Belgrado (1456), desastre militar que adiou por quase um século a tomada de Budapeste, somente concretizada por Solima II, o Magnífico.

Para os romenos, Hunyadi (pai de Matias Corvino, o grande rei da Hungria) nunca deixou de ser um dos seus. Chamam-lhe Iancu de Hunedoara.

Ao contemplar o retrato desse senhor feudal no salão nobre do Círculo Militar de Bucareste e escutar o que da personagem me diziam generais e coronéis romenos assaltou-me uma pequena dúvida: que sentiria Hunyadi ou Hunedoara, como se assumiria sentimentalmente esse voivoda nascido na língua romena, na Transilvânia, mas que fez a sua carreira política e militar na Hungria? É uma questão que dificilmente algum dia obterá resposta...

Miguel, o Bravo

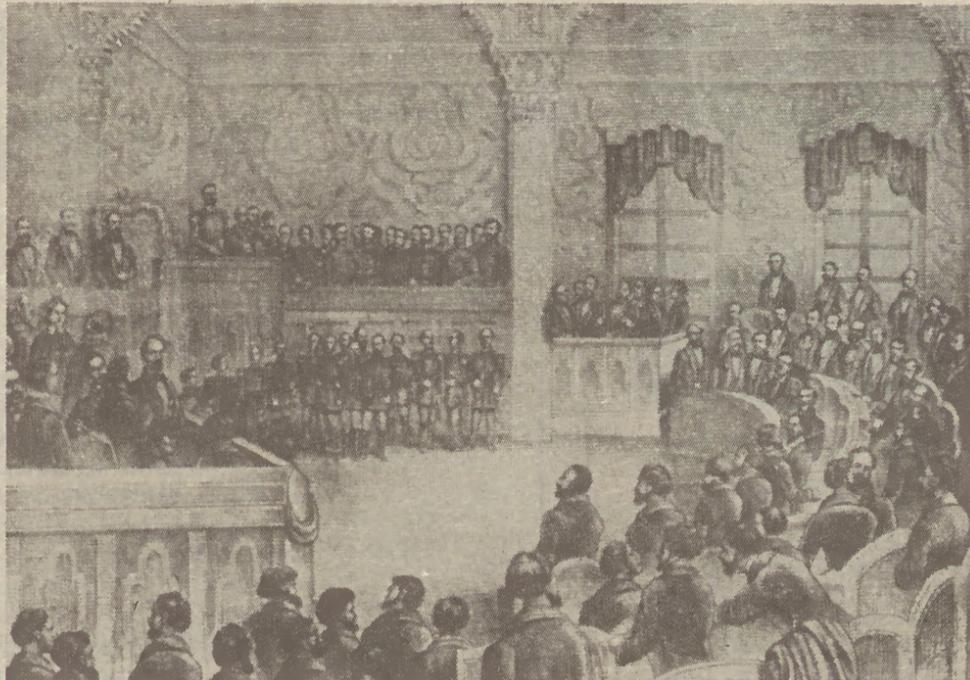
O outro herói romeno, de perfil diferente muito mais próximo do povo, é Mihail Viteazul, Miguel, o Bravo, voivoda da Valáquia.

Vencedor dos turcos em muitas batalhas, Miguel, o Bravo, foi, pode-se afirmar, o pioneiro da futura nação romena. Ao unificar pela primeira vez a Valáquia, a Moldávia e a Transilvânia, reuniu num só Estado os descendentes dos povos da antiga Dácia romana. A tentativa foi efêmera, mas a breve união de 1600 deixou no imaginário popular memória permanente. Miguel, o Bravo ficou como símbolo da luta pela unidade e independência das populações dos Balcãs. O seu projecto político pesou na formação da consciência nacional do povo romeno. Em pleno apogeu do poderio otomano, o príncipe valaco conseguiu demonstrar, aliás, ao conjunto dos povos oprimidos da Região Balcânica que a sua libertação não era uma impossibilidade. Por isso mesmo, o seu nome ganhou uma dimensão quase mítica na literatura (oral e escrita) de todos esses povos. Nos principados romenos, mas também nas canções populares gregas, nas baladas macedónias, na poesia búlgara, Mihail Viteazul aparece como o libertador dos cristãos do Sul do Danúbio, como o herói que havia derrotado os «inveníveis» turcos...

Esse Aquiles moderno incomodou naturalmente as potências da região. A muito católica Áustria e a Turquia muçulmana entenderam-se para eliminar do cenário danubiano o príncipe que punha em causa as regras da partilha do poder na região. Miguel, o Bravo foi assassinado.

O jogo das potências

O sultão turco não mais contestou, porém, a legitimidade dos principados da Valáquia e da Moldávia. Medi-



Sessão que elegeu a Câmara dos deputados para os Principados Romenos Unidos, 12 de Março de 1860

ante tratados redigidos com extraordinária minúcia, comprometeu-se a garantir a total autonomia administrativa, cultural e religiosa desses territórios. Os textos assinados entre as partes reconhecem à Valáquia e à Moldávia o estatuto de países livres e soberanos. A Transilvânia também foi beneficiada por um regime especial quando Solimão, depois da conquista de Budapeste, transformou a Hungria em *beylerbeylicato*, mas permitiu que os príncipes transilvanos mantivessem governo próprio.

Com a decadência otomana, acentuada a partir do início do século XVIII, os principados romenos começaram a ser alvo de outras pressões vindas dos austro-húngaros e do novo império que surgia, com ímpeto, no cenário europeu: o russo.

Os jogos de poder fizeram e desfizeram fronteiras, ignorando o sentir dos povos danubianos. Viena voltou a impor o seu domínio na Transilvânia (1699) onde a exploração dos camponeses romenos pelos senhores feudais húngaros foi reforçada.

A Olténia e a Bucovina foram cedidas aos Habsburgos pela Turquia.

A Rússia, entretanto, avançava para Ocidente. O czar aproveitou o período conturbado das guerras napoleónicas para invadir a Turquia e anexou a Bessarábia, a província oriental do principado da Moldávia, habitada por populações de língua latina.

A Revolução de 1848, que abalou a Europa, atingiu os principados e províncias romenos. A força principal do movimento foram as massas populares, empenhadas em lutar por uma vida diferente, com liberdade e sem tutelas estrangeiras.

Os três impérios — a Áustria, a Rússia e a Turquia — hostis às reivindicações dos povos oprimidos, sobretudo às aspirações que visavam a independência política, desencadearam uma duríssima repressão, afogando em sangue a revolução democrático-burguesa na Valáquia, na Moldávia, na Bucovina, na Transilvânia, onde quer que as massas se levantassem.

A Convenção russo-turca de Belta-Litman, em 1849, e as imposições dela decorrentes agravaram, porém, as contradições com a Inglaterra. Londres opôs-se concretamente a que o czar e o sultão se reservassem, de comum acordo, o direito de designar os príncipes que deveriam governar a Valáquia e a Moldávia. A entrada das tropas russas nos principados foi o pretexto invocado pelo Governo de Sua Majestade Britânica para um dos maiores conflitos dos meados do século XIX: a guerra da Crimeia. A Inglaterra, alarmada com as ambições russas na Ásia Central e sobre o Bósforo, aproveitou a ocasião para acertar contas atrasadas com a Rússia e, com a ajuda da França, infligiu-lhe uma derrota militar humilhante. Durante décadas, a Rússia ficou, inclusivamente, proibida de manter uma esquadra no mar Negro.

Os principados romenos foram colocados sob **proteccionado colectivo** de sete potências europeias. Era a concepção da política da Europa das monarquias na segunda metade do século XIX.

Apesar de tudo, para os romenos, a situação melhorou. Em 1959, as bases do Estado Romeno foram orientadas com o Acto de União da Valáquia e da Moldávia.

Um texto de Mihail Kogalniceanu expressa bem a força do sentimento nacional: «Na Moldávia e na Valáquia somos o mesmo povo homogéneo, idêntico, uno, porque temos a mesma origem, os mesmos nomes, a mesma língua, a mesma religião, a mesma história, a mesma civilização, as mesmas instituições, as mesmas leis e costumes»...

Moldavos e valacos tinham consciência de que haviam vivido separados pelo jogo político das grandes potências no qual os seus interesses não eram levados em conta.

Independência tutelada

O processo de reunião num só Estado de todas as populações romenas foi, entretanto, lento agitado, e esbarrou

permanentemente com a oposição dos impérios que impunham a sua vontade na Região. Internamente, a aristocracia funcionou (quase toda) como aliada de Viena, de Berlim, de São Petersburgo, de Londres, e até do Sultão.

A independência plena da Sérvia (país ligado ao povo romeno por laços históricos de amizade muito fortes), em 1867, veio dar novo impulso às lutas que na Roménia — já assim chamada — iriam desembocar na ruptura da dependência simbólica que ainda a ligava à Turquia.

As grandes potências forçaram, entretanto, o príncipe romeno Ioan Cuza a renunciar ao trono e impuseram, como rei da Roménia, Carol de Hohenzollern, um parente da dinastia prussiana.

Em Londres, Lord Clarendon expressava o conceito vitoriano da diplomacia britânica da época emitindo um curioso desabafo: o fórum dos grandes tinha «o dever de provar aos moldavos e valacos que não podiam rir-se impunemente da vontade das grandes potências». Em São Petersburgo, o arrogante ministro dos Estrangeiros da Rússia imperial, príncipe Gortcheakov, definia a Roménia como «um pequeno Estado de terceira categoria». O sultão, pelo seu lado, teria invadido a Roménia se não temesse a Rússia e a Inglaterra...

A solução encontrada para o trono romeno ilumina bem a mentalidade dos impérios de então perante as questões balcánicas. As posições, as atitudes e as palavras dos representantes das potências que punham e dispunham no mundo levavam à melancólica conclusão de que, transcorrido pouco mais de um século, o farisaísmo com que os grandes europeus (e os EUA) tratam hoje a problemática balcânica é, afinal, muito semelhante.

A Grande Roménia

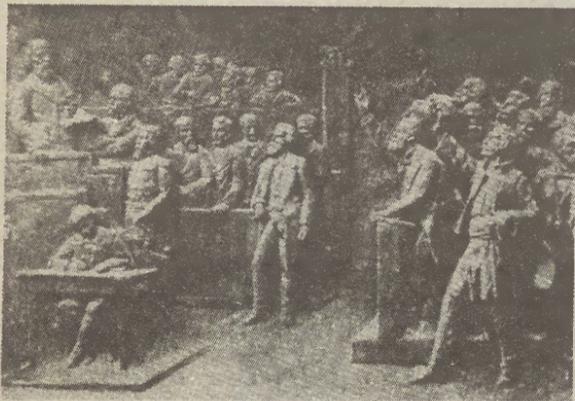
O processo objectivo de desenvolvimento da sociedade romena registou um avanço significativo em 1877 com a proclamação da independência total. No ano seguinte, a Roménia, solidária com a luta de libertação nacional do povo búlgaro, contribuiu activamente para o seu desfecho vitorioso, participando ao lado da Rússia na guerra que pôs fim, na maior parte daquele país, a quase cinco séculos de ocupação turca.

Foi breve o período de paz. Em 1912, a Roménia envolveu-se na segunda guerra balcânica, um conflito fratricida, perante o qual as grandes potências, na aparência neutra, agiram nos bastidores, em função de uma política de alianças que não podia ser justificada publicamente. Estava-se nas vésperas do conflito mundial de 14-18 que viria a mudar o mapa da região danubiana. A derrota da Alemanha, da Austro-Hungria e dos seus aliados teve, como se sabe, profundas consequências no desenvolvimento da história da Roménia. Esta entrou na guerra com um objectivo: integrar no seu território as regiões limítrofes maioritariamente habitadas por populações de origem romena.

Dois terços do país foram inicialmente ocupados pelos exércitos dos Impérios Centrais. No final, porém, após a desagregação da Austro-Hungria, o desenvolvimento da Revolução Russa e a capitulação alemã, o governo de Bucareste atingiu a meta visada: a edificação da Grande Roménia.

A Norte e a leste, as tropas romenas ocuparam a Bucovina e a Bessarábia; a Sudoeste parte de Dobruja; a Noroeste, o caos posterior ao ruir do império dos Habsburgos facilitou a concretização do velho sonho da integração da Transilvânia. Não houve na altura transferência de populações. Muitas complicações não vieram à luz do dia e os processos utilizados foram com frequência fonte de futuras tensões. Ao invadir a Hungria, com o apoio logístico do exército francês dos Balcãs, comandado pelo general Franchet d'Esperey (que actuava como um proconsul na Região) a Roménia contribuiu para a derrota da Repúbli-





Parlamento Romeno proclama a independência nacional a 9 de Maio de 1877

ca dos Conselhos, ou seja para o esmagamento da revolução comunista magiar, dirigida por Bela Kum. Bucareste fez então conscientemente o jogo das grandes potências ocidentais, sobretudo o da França de Clemenceau. A ocupação da capital húngara pelo exército romeno abriu feridas, de difícil cicatrização.

Cerca de três milhões de húngaros tornaram-se de um dia para o outro cidadãos romenos (hoje a minoria magiar é inferior a dois milhões). De opressores que eram, os húngaros passaram a ser na Transilvânia uma minoria estrangeira. A mudança das fronteiras e a alteração na relação de forças serviram mais tarde, após a tomada do poder por Hitler para novas revisões, essas impostas pelo III Reich.

Fascismo e guerra

O último meio século da história romena foi mais um período dramático na vida do povo latino dos Balcãs.

Hitler, apesar de aliado do governo de Bucareste, retirou à Roménia parte da Transilvânia para atender exigências de outro aliado, a Hungria de Horthy. A leste, a União Soviética ocupou a Bessarábia e a Bucovina. A maior parte da primeira passou a constituir a República Federada da Moldova. O Sul, a Transnistria, foi incorporado na Federação Russa.

Em Bucareste, o regime monárquico burguês cedera entretanto o lugar a uma ditadura fascista encabeçada pelo marechal Antonescu que ligou a sorte do país à do III Reich. O resultado dessa opção foi trágico: a juventude romena, atirada para a fogueira da guerra, foi morrer nos campos de batalha da Ucrânia e do Volga a serviço do nazifascismo hitleriano.

Quando em 1944 as vanguardas do Exército soviético atravessaram o Pruth, a Roménia mudou de campo e o seu povo teve a oportunidade de cumprir um papel relevante, como aliado de coligação antinazi, na fase final do grande conflito mundial. O exército romeno combateu nesse período ao lado das forças da URSS.

A paz, porém, foi difícil. A Transilvânia voltou a ser integralmente Romena, mas não as antigas províncias nor-orientais. A Moldova é hoje um Estado soberano e a Bucovina está integrada na Ucrânia, igualmente soberana.

O presente

Durante mais de 40 anos, a Roménia viveu sob um regime que, logo após a sua instauração, se propôs como tarefa a construção do socialismo.

Os acontecimentos recentes, particularmente factos e situações ocorridos nos anos do governo autocrático de Ceausescu (um dirigente inicialmente pouco conhecido que, invocando o marxismo-leninismo, realizou uma política ditatorial incompatível com os princípios da democracia socialista) são bem conhecidos. Não me proponho, obviamente, aflorar aqui esse tema.

Para terminar esta descida apressada às raízes da história do povo romeno acrescentarei apenas que não compartilho o entusiasmo que os governantes e os *media* ocidentais manifestam sobre o presente e o futuro imediato.

As sementes do nacionalismo — o sentimento que permitiu a preservação da identidade romena, mas que, ao exarcebar-se e ser desviado dos seus fins humanistas, esteve na origem de conflitos sangrentos — continuam a marcar profundamente a vida e o rumo do povo latino dos Balcãs, gerando tensões complexas e contraditórias e ambições perigosas.

A Roménia, que durante uma visita de poucos dias, me esforcei por entender minimamente, é hoje um país arruinado e dependente. O seu povo, aberto, acolhedor, imaginativo, desperta (falo por mim) uma simpatia imediata. Merecia uma política diferente daquela que, após tantos sacrifícios ao longo da sua história marcada por incontáveis sofrimentos, lhe está a ser imposta. É o que tentarei transmitir no artigo que será o complemento natural e a conclusão deste.

O anúncio que o «Público» recusou

Publicamos nesta página o texto de um apelo, subscrito por um vasto leque de organizações sindicais, associações políticas e sociais, autarquias, partidos políticos e associações de africanos que decidiram levar a cabo uma campanha de solidariedade com a luta do povo angolano pela paz.

Junto dos promotores desta campanha soubemos que o diário «Público» recusou a inserção deste apelo nas suas páginas, como publicidade paga. Entre as razões alegadas pelos responsáveis do jornal (veiculadas em nome do próprio director, Vicente Jorge Silva) para tentar explicar esta atitude estão as passagens em que se considera que as resoluções das Nações Unidas «não deixam margem para dúvidas sobre a responsabilidade da Unita pela escalada de violência e guerra» e que Savimbi age «de forma grosseira e arrogante».

Os patrões do «Público» lá terão os seus motivos para duvidar da responsabilidade da Unita e podem até achar que Savimbi não age de forma grosseira e arrogante. Estão no seu direito. Podiam era ser menos envergonhados e não esgrimir desculpas de mau pagador. A recusa deste anúncio é mais um facto a dar razão a quem acha que o jornal da Quinta do Lambert, no que toca a Angola, já há muito escolheu a quem dar as suas simpatias.

CAMPANHA DE SOLIDARIEDADE COM A LUTA DO POVO ANGOLANO PELA PAZ APELO

O Conselho de Segurança das Nações Unidas adoptou por unanimidade as Resoluções 785, 804 e 811, respectivamente de 30 de Outubro de 1992, 29 de Janeiro e 12 de Março de 1993 que não deixam margem para dúvidas sobre a responsabilidade da UNITA pela escalada da violência e da guerra quando, não só recusou os resultados de eleições democráticas, como violou os Acordos de Bicesse e boicotou o processo negocial.

Angola tornou-se a zona do globo onde pelas armas estão a morrer mais seres humanos, onde se perfila um dos horizontes mais sombrios e onde, seguramente, o conflito que ali se verifica é aquele em que, aos interesses que hoje comandam o mundo, mais responsabilidades cabem pela gravidade que a situação assumiu.

O Povo angolano, que aceitou participar num programa delineado pela comunidade internacional e avalizado pelas grandes potências e ao qual correspondeu com reconhecido civismo e evidente esperança de Paz e foi traído e sujeito a uma agressão armada mais feroz e mortífera que a antecedente.

Poucas vezes terá sido possível identificar num conflito, com tanta nitidez, a iniciativa da violência.

A agressão foi lançada por quem não se conformou com o sentido do voto, internacionalmente reconhecido como livre e justo.

Responsáveis internacionais, condescendendo perante as ameaças bélicas que acompanharam a recusa dos resultados eleitorais, passivamente cúmplices perante a escalada da guerra desencadeada pelas acções da movimentação de grupos armados, pela sucessiva ocupação de dezenas de municípios e pelos ataques a objectivos estratégicos na própria capital, continuavam a "apelar para as partes", a "convidar as partes", e a "condenar as partes" numa promiscua mescla entre agredido e agressor, entre o que acolhia todas as propostas de diálogo sério e o que sistematicamente as boicotava.

Savimbi e a UNITA procuram obter pelas armas o que não conseguiram pelo voto. O Governo legitimado pelas urnas que terá de gerir um país no caos, economicamente paralizado e destruído, assolado pela fome, pela doença e pelo drama dos desalojados não estará, como é óbvio, interessado no alastramento do conflito.

Savimbi e a UNITA, unanimemente identificados e reconhecidos como responsáveis pela situação criada, continuam a afrontar não apenas o

Povo e o Governo angolano, mas toda a comunidade internacional. De forma grosseira e arrogante, Savimbi procura intimidar e penalizar Portugal, explorando supostas contradições entre os órgãos de soberania. Ameaça com acções terroristas contra cidadãos portugueses e anuncia às claras o prosseguimento da guerra.

É esclarecedor que a população — entre a qual se contam cidadãos portugueses — fuja dos territórios "ocupados" pela UNITA e procure abrigo e segurança nos territórios sob controle do governo.

Entretanto o Povo angolano vai sendo sacrificado no altar da vingança e da ambição de um projecto megalómano.

As organizações signatárias, ao promoverem uma Campanha de Solidariedade com a Luta do Povo Angolano pela Paz, apelam:

1. ao fim imediato das operações de guerra e implementação de medidas conducentes à criação de um clima de diálogo, dentro dos princípios dos Acordos de Bicesse, designadamente os seguintes:

- desarmamento e desmobilização das forças partidárias e prosseguimento do processo de formação das FAA
- extensão da administração do governo a todo o território
- respeito pelos resultados eleitorais
- criação de condições para a realização da segunda volta das eleições presidenciais

2. reconhecimento pela Administração Norte Americana, do Governo Angolano constituído em resultado de um acto eleitoral considerado unanimemente livre e justo e, em coerência, a cessação de todo o tipo de ajuda à UNITA.

3. fim dos apoios militar, técnico e financeiro dados à UNITA e a Savimbi, entre outros, pelos exércitos e governos da África do Sul e do Zaire.

Lisboa, 29 de Março de 1993.

Gazetilha

A fuga

É um bicho comilão só conhece o verbo ter está sempre na ofensiva.

— Onde é que vais ó Milhão, onde é que vais a correr?
— Vou a safar-me do IVA...

— Mas porquê, Milhão, porquê? Ganhas tanto, já se vê. Devias pois ir adiante...
— Ora o tolo! Eu, o Milhão, sou uma pessoa importante. Paguem os outros. Eu, não!

Solução

Uma notícia vem na grande actualidade: Braga sarilhos tem com uma nova herdade.

Ideias radicais eu cá nunca perfilho mas são tantos e tais os laços do sarilho

que eu digo francamente vendo tremer a hora já desbragadamente:
— Acabem com as cantatas! Mandem o homem embora! Que vá cavar batatas!

Faça na sua herdade alguma coisa pela sociedade...

Arlindo, chau!

E já não é segredo. Contra o Arlindo o dedo está apontado. Preocupado o Arlindo não se ilude. Manda vir:
— Senhores, se eu sair é só por um motivo de saúde.

Claro, claro, como tudo indica a saúde dos portugueses justifica...

Estranho, não acham?

Prosseguem as manobras do entremez que, para o mundo, de bom nada promete: se o Capital não pode usar G-3 puxa logo dos coldres o G-7.

Milhões de contos dão ao bom freguês. Para os cobóis o Boris se derrete e ainda mais fará do que já fez com a ajuda «fraternal» do jet-set.

Já foram noutra tempo recusadas as ajudas que são agora dadas. Temem não sei que voz, não sei que abalo.

Tanto medo de quê? - pasmado cismo. Se dizem que morreu o comunismo por que desejam outra vez matá-lo?

PONTOS CARDEAIS

Homem de boa boca

Confrontado pelo "Jornal do Algarve" com a questão de que alguns dos seus companheiros da "Plataforma" digeram mal "este acordo com o PS", o plataformista algarvio Filipe Ramirez respondeu todo lampeiro que isso se deve a "falsas representações" em relação ao PS e às "dificuldades de alguns em se desfazerem de certos estereótipos". Quem se mostra como homem de boa boca e sem nenhuma espécie de "dificuldades" é o Filipe Ramirez, que durante anos criticou e combateu justamente a gestão do PS na Câmara de Olhão e que agora, numa cambalhota, se apresenta a oferecer a sua pessoa para integrar a futura lista dessa mesma gestão. A isto chama ele "juntar esquerda à esquerda", mas o povo chama isto mais rudemente: "juntar a fome à vontade de comer".

Couto estrela

Couto dos Santos ascendeu ao estrelato, o que, em termos de Governo de Cavaco Silva, não tem *glamour* nem passeio da fama mas, em compensação, abicha um lugar historicamente garantido - o da **Vítima Desconhecida**. A seu lado repousam, não milhões de Soldados, que é honra vulgar, mas (já) uma boa dúzia de eleitos cujos cadáveres políticos têm ajudado a cimentar a glória do Mestre - uns tombados em Beleza, outros Cadilhados, todos devidamente abençoados e um, até, Freiraticamente

tratado. Mas o que interessa é que a Obra nasce, o Mestre cresce e alguém tem de tomar no caminho das culpas.

No Ensino, Couto dos Santos parece assumi-las com particular empenho - pelo menos quando vai a Viseu e diz que não pretende criar mais universidades públicas até ao ano 2 000, por razão tão definitiva como a de que "não se podem criar universidades quando a taxa de natalidade está a baixar", cuja é concomitante com a ministerial asserção de que "os politécnicos têm mercado de emprego".

A prova de que o homem terá razão está no linear facto de ninguém lhe ter respondido com o rabo à mostra. É verdade que falava em casa - mais concretamente no Congresso Distrital de Autarcas do PSD - mas isso só acéntua a constatação: é que os seus próprios confrades locais até apostavam na criação duma nova universidade para o Distrito de Viseu, e a afirmação do ministro deixou-os, literalmente, de calças na mão...

Maduros... em verde

O ministro do Emprego e Segurança Social, Silva Peneda, anunciou que o Governo está a elaborar um programa destinado a evitar a utilização generalizada dos recibos verdes, cujo visa o objectivo de, dentro de quatro ou cinco anos, os descontos a efectuar à Segurança Social pelas empresas com trabalhadores com recibo verde seja igual aos efectuados pelos trabalhadores do quadro. A

razão é válida: é que as empresas, pela legislação em vigor, não estão obrigadas a efectuar os descontos dos trabalhadores a recibo verde, pelo que o fisco fica a perder, em relação aos descontos efectuados pelos trabalhadores do quadro. Nesta verdura todá, por que não programa o Governo, não o evitar de recibos verdes (já que foi ele próprio que os multiplicou para facilitar o trabalho precário da conveniência de todos os patronatos), mas a imposição, pura e simples, de que esses cómodos pagamentos patronais sejam onerados com os devidos descontos à responsabilidade do empregador?!...

Pois é... o "verde" tem de dar mais lucro ao fisco... mas à custa dos "maduros" que se esmifram a trabalhar e ainda por cima o provam com os tais recibos...

Crises

Primeiro éramos melhores que a Europa toda, cuja estava numa crise que não entrava em Portugal graças à sabedoria do Governo do Professor Cavaco Silva. Depois ficámos acima dos melhores da Europa toda, porque o sábio Governo do Professor Cavaco Silva nos pôs a economia a crescer, enquanto diminuía as da França, da Inglaterra e até, imagine-se, a da Alemanha. Agora somos os maiores porque, na crise europeia que finalmente o Governo do Professor Cavaco Silva reconhece que chegou a Portugal, temos a crise melhor. E é verdade, com certeza. Foi o Professor que o disse.

frases da Semana

"Se tiver alguma coisa para vender, os compradores vão vir ter comigo. É esta a minha luta. (...) Tenho que ter alguma coisa para vender. (...) Quando o barco inglês já não puder ir buscar petróleo, eles vão falar conosco. A noite. De dia, vão-nos condenar."

☞ (Jonas Savimbi, conferência de imprensa - «Público», 16.04.93)

"Recuso com todas as minhas forças as insinuações daqueles que querem trazer a instabilidade política para Portugal."

☞ (Cavaco Silva, em Tondela - «Público», 17.04.93)

"Gabriel Garcia Marquez pertence àquela categoria muito comum nesta pós-modernidade de bons escritores que não são bons trastes."

☞ (Jaime Nogueira Pinto - «Diário de Notícias», 18.04.93)

"Santana Lopes pode usar a sua experiência da Cultura em Cascais."

☞ (Legenda - «O Diabo», 20.04.93)

"Salazar não foi fascista. Mas também não foi antifascista."

☞ (Jaime Nogueira Pinto - «Sábado», 1.04.93)

"Vou-me dirigir à esquerda, à direita, mas sobretudo em frente."

☞ (Macário Correia - «Expresso», 17.04.93)

"A diferença entre o Moniz e os outros é que ele teve o azar de ser um coelho apanhado pelos holofotes quando se preparava para sair de uma toca para outra, numa noite escura."

☞ (Emídio Rangel - «Independente», 1.04.93)

"Era incapaz de mexer - ou consentir que se mexesse - num tostão que fosse."

☞ (Teotónio França Morte, armador de Aveiro, sobre Henrique Tenreiro - «O Diabo», 20.04.93)

"A crise da hemodiálise é assim como uma espécie de luta entre sérvios e croatas. Deixem a ONU (ministério) apurar responsabilidades e agir."

☞ (Luís Delgado - «Diário de Notícias», 14.04.93)

"Torna-se claro que o director de um jornal como o EXPRESSO, que é um cruzador, não se pode comportar como o comandante de um navio pirata."

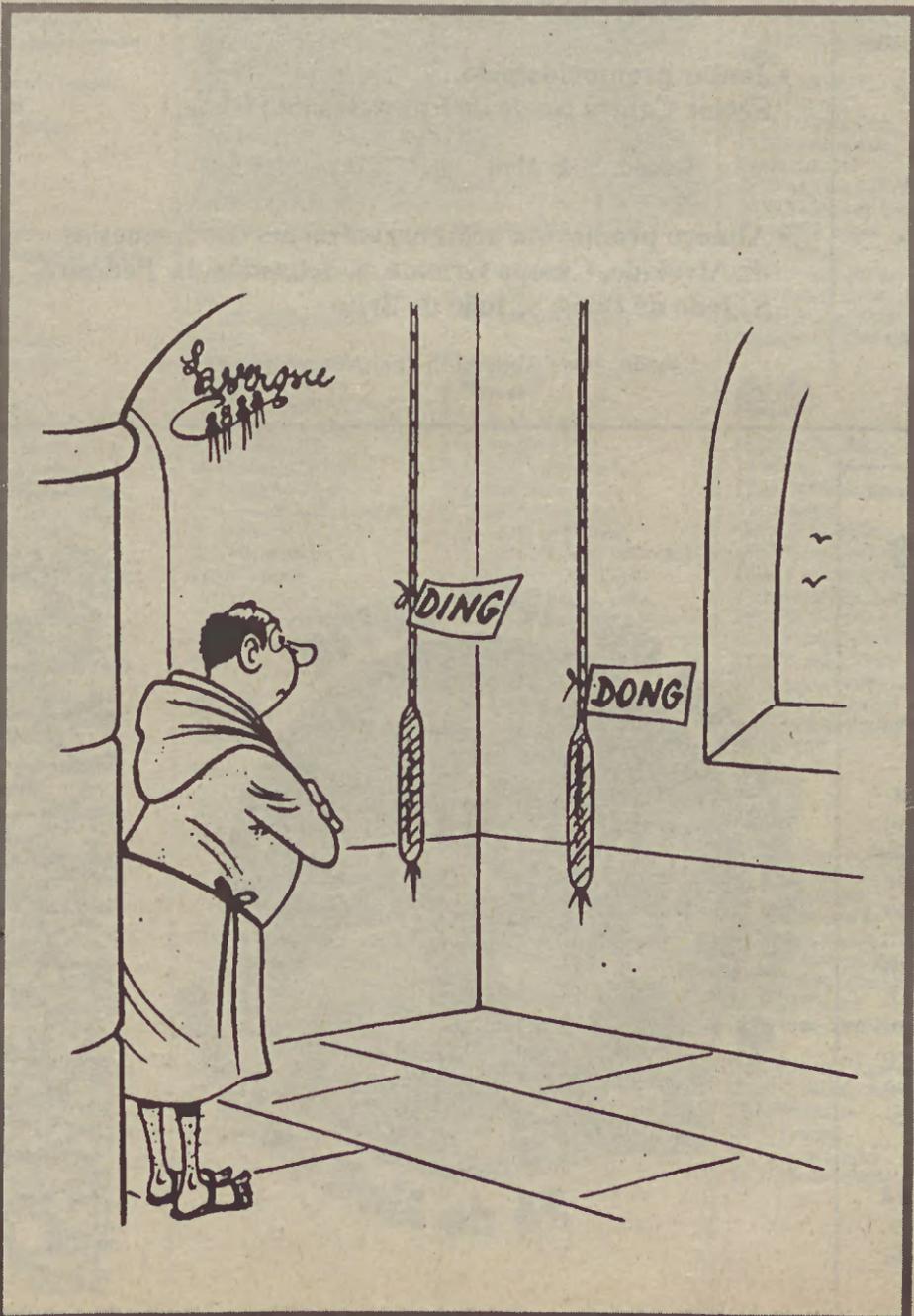
☞ (José António Saraiva, «Política à Portuguesa» - «Expresso», 17.04.93)

"Já nem sei o que fazer."

☞ (Sousa Cintra - «Público», 16.04.93)

"A empresa inglesa Croda Internacional anunciou recentemente que está a desenvolver um possível tratamento para a esclerose múltipla."

☞ (Notícia - «Público», 20.04.93)



LISBOA

Almoço promovido pelas Juntas de Freguesia de Alcântara, Ajuda, Prazeres, S. Condestável e Campolide e pelas estruturas populares e colectividades da zona
Dia 24, às 13h, na Junta de Freguesia de Alcântara
(inscrições nas Juntas de Freguesia)

SETÚBAL

Encontro de democratas
Jantar-convívio comemorativo
Dia 24, às 20h,
no Restaurante Solar do Lago

**DISTRITO DE AVEIRO****AVEIRO**

Espectáculos musicais e de teatro
sábado à noite
Manhã infantil, tarde cultural
dia 25

ÁGUEDA

Almoço no Restaurante Campolinho
(Mourisca do Vouga) - dia 25

ESPINHO

Almoço no Restaurante Copélia
dia 25

FEIRA

Futebol de Onze de manhã, Festa-convívio
no Sindicato dos Operários Corticeiros - sábado
Futebol de Onze de manhã, tarde infantil, festa infantil e música popular - dia 25, à tarde
Jantar no Restaurante Salgueirinho (Argoncilhe) - dia 25, à noite

OVAR

Arraial popular e Baile da Juventude
sábado, à noite
Manhã infantil, tarde cultural
dia 25

S. JOÃO DA MADEIRA

Tarde cultural com música tradicional portuguesa - dia 25

SEVER DO VOUGA

Almoço no Restaurante Vitorino
dia 25



Iniciativas promovidas por organizações do PCP:

LISBOA

- Jantar comemorativo na Casa do Alentejo promovido pelo Sector da Saúde da ORL com a participação do camarada **ÁLVARO CUNHAL**
Sábado, 24, às 20h30
- Debate:
O 25 de Abril e os Direitos da Juventude Com António Filipe
Sexta-feira, 23 - 18h30 - JF Alcântara
- Convívio comemorativo promovido pelo Organismo de Direcção do Sector Público da ORL
Música Popular Portuguesa
Apontamentos de bailado espanhol
Beberete
Intervenção de António Abreu
Quinta-feira, 22 Abril - 19h - CT Vitória
- Jantar promovido pelo Sector de Serviços de Lisboa
Sexta-feira, 23 de Abril - 20h - CT Duque de Loulé
- Jantar promovido pelo Sector Centro Norte de Empresas de Lisboa
Sábado, 24 de Abril - 19h - CT Duque de Loulé
- Almoço promovido pelas organizações das freguesias de Alvalade, Campo Grande, S. Sebastião da Pedreira, S. João de Deus, S. João de Brito
Sábado, 24 de Abril - 13h - Feira Popular de Lisboa

ALENQUER

• Jantar comemorativo promovido pela CDU
Sábado, 24 - 21h - na Romeira
Participação de Jerónimo de Sousa

ARRUDA DOS VINHOS

• Almoço promovido pela CDU
Domingo, 25 - 13h - Restaurante "Carrasqueiro"

PAREDE

• Jantar promovido pela Comissão de Freguesia do PCP
"Fado de Abril"
Sábado, 24, 19h30 - SMUP
Participação de José Casanova

CARCAVELOS

• Jantar promovido pela Comissão de Freguesia do PCP
Sábado, 24, 19h30 - CT do PCP
Participação de João Amaral

S. DOMINGOS DE RANA

• Jantar promovido pela Comissão de Freguesia do PCP
Sábado, 24, 19h30 - CT de Tires
Participação de Romeu do Rosário

QUELUZ

• Jantar promovido pela CDU
Sábado, 24, Restaurante "O Abraão" - Queluz Ocidental
(inscrições pelo tel. 4353667)

SINTRA

• Almoço comemorativo em Belas promovido pela Comissão de Freguesia do PCP com a participação do camarada **ÁLVARO CUNHAL**
Sábado, 24, às 13h - Sede da Assoc. de Proprietários e Moradores da Serra da Silveira
(inscrições pelos tels. 9142336/4310287)

CT de Benfica

Até ao fim de Abril, exposição de jornais, revistas e cartazes publicados de 25 de Abril de 74 a 25 de Abril de 75

ALCABIDECHE

CDU de contacto com a população, sábado de manhã, com a participação de eleitos. Participa também Romeu do Rosário.

CASCAIS

Plenário de eleitos da CDU: quarta-feira, dia 28, às 21.00, no Centro de Trabalho do PCP.

CHAVES

Jantar promovido pela CDU para apresentação pública dos candidatos da CDU às autarquias do concelho de Chaves: sexta-feira, no restaurante Dionysios, com a participação do camarada Sérgio Teixeira.

CRATO

1ª Assembleia da Organização Concelhia de Crato, antecedida pela inauguração do novo Centro de Trabalho - sábado, a partir das 10.00, com a participação do camarada Luís Sá. Almoço-convívio aberto a todos os militantes e amigos.

LISBOA

VI Assembleia do Sector da Saúde da ORL: sábado, com início às 15.00, no Centro de Trabalho Vitória. Participa o camarada José Casanova.

Alcântara - Reunião com militantes e amigos, dirigentes associativos da Freguesia de Alcântara, com a participação de José Godinho, presidente da JF: segunda-feira, dia 26, às 21.00, no Centro de Trabalho de Alcântara.

S. Jorge de Arroios: debate sobre os problemas da freguesia, promovido pela Comissão de Freguesia do PCP: sábado, dia 24, às 15.00, na Esc. Primária nº 14 Largo do Leão).

MAFRA

Encontro da CDU, durante o qual será apresentado o candidato à presidência da Câmara Municipal: sábado, às 16.00, nos Bombeiros Voluntários de Mafra. Participa o camarada Vitor Dias.

MOSCAVIDE

Debate promovido pela CDU, com a participação de Francisco Pereira, vereador da Câmara Municipal de Loures: sexta-feira, às 21.30, na Casa da Cultura.

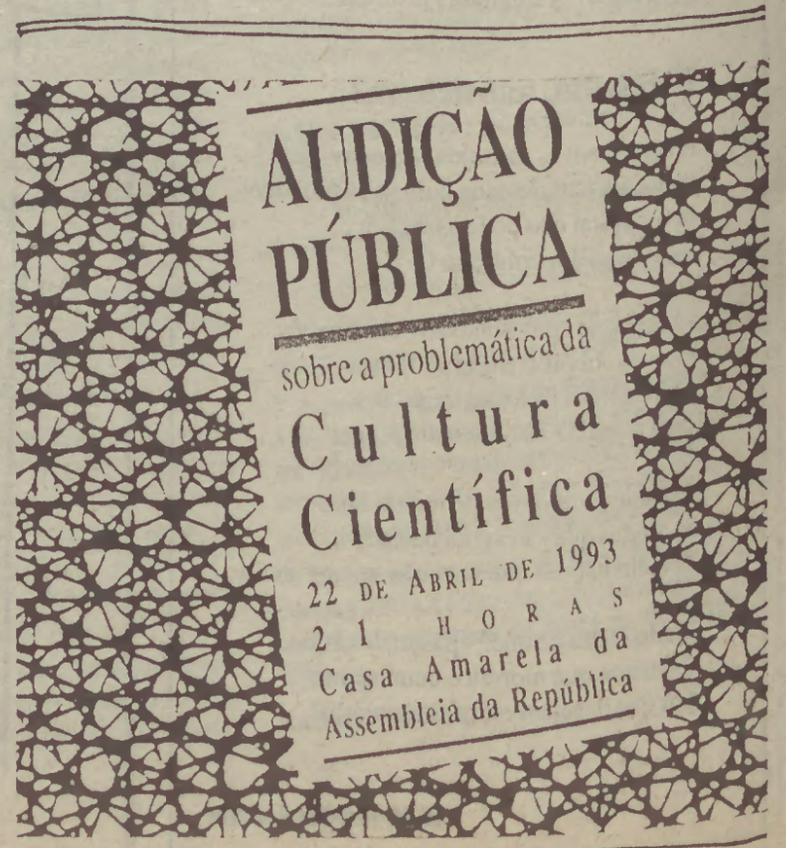
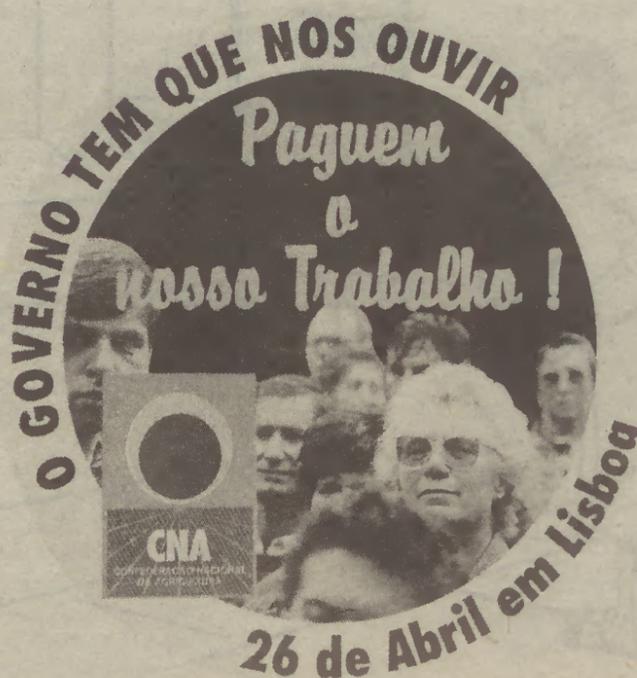
S. DOMINGOS DE RANA
Reunião dos camaradas que trabalham nas empresas da freguesia, promovida pela Comissão de Freguesia do PCP: quarta-feira, dia 28, às 18.30, no Centro de Trabalho de Tires.

José Guilherme de Sousa

Homenagem póstuma em Arco de Baulhe

Um grupo de democratas bracarense presta, no próximo dia 25, homenagem a José Guilherme de Sousa, prestigiado filho do distrito, falecido em Julho passado. Em Arco do Baulhe, sua terra natal, será descerrada, às 11 horas, uma lápide no largo onde residiu, seguindo-se uma romagem ao cemitério.

Pelas 15 horas, terá lugar, na Casa do Povo, uma sessão pública de homenagem.



Quinta, 22

- 7.30 Bom Dia
- 10.00 Rua Sésamo
- 10.30 Loja das Ideias
- 11.00 As Diabruras do Pimentinha
- 11.30 Notas para Si
- 12.50 Culinária
- 12.05 Bebê a Bordo
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Gerações



Nascido para falar, uma série sobre o Homem. A quinta-feira no Canal 1

- 14.55 Perícia e Glória
- 14.25 O Homem de Kiev (ver «Filmes na TV»)
- 16.30 Rua Sésamo
- 17.00 Brinca Brincando
- 17.35 Crime, Disse Ela
- 18.25 Roda da Sorte
- 19.00 A Banqueira do Povo
- 20.00 Telejornal
- 20.35 Pedra Sobre Pedra
- 21.40 Grande Noite
- 22.35 Allô, Allô
- 23.05 O Anel do Escorpião
- 24.00 24 Horas

- 09.00 Videotexto
- 10.30 Grandes Tormentos
- 10.55 Infantil
- 11.30 La Florentine
- 12.20 Os Roberts
- 12.25 Mal de Família
- 13.15 Agora, Escolha!
- 14.35 Roc
- 15.05 Euroritmias
- 16.00 Nascido para Falar
- 16.50 Chá das 5
- 17.45 Carrusel
- 19.25 Esta Ilha Chamada Terra
- 20.30 Futebol - Paris S.Germain - Juventus
- 22.30 TV2 Jornal
- 23.15 Remate
- 23.30 Barriga de Aluguer
- 00.25 Interiores
- 01.25 Os Europeus (ver «Filmes na TV»)

- 16.30 Sic Notícias
- 16.40 Gente Fina
- 17.20 Os Gladiadores Americanos
- 18.00 Sic Notícias
- 18.30 Praça Pública
- 18.30 A Viúva do Enforcado
- 19.30 Jornal da Noite
- 20.05 De Corpo e Alma
- 21.30 Repórter da Meia-Noite
- 22.20 Conta Corrente
- 23.20 Internacional SIC
- 23.55 Último Jornal
- 00.15 MTV

- 16.30 Desenhos Animados
- 17.05 A Casa do Tio Carlos
- 17.25 Lágrimas
- 18.15 Telhados de Vidro
- 18.40 Rica Saúde
- 19.00 A Amiga Olga
- 19.30 Informação Quatro
- 20.05 Já Tocou!
- 20.30 Uma Aventura nos Alpes
- 21.00 Cresce e Aparece
- 21.30 Farda e Coração
- 22.25 Informação - «Referendo»
- 23.20 Desporto Nacional
- 23.50 Informação
- 00.05 Meteorologia

Sexta, 23

- 07.30 Bom Dia
- 10.00 Rua Sésamo
- 10.30 Loja das Ideias
- 11.00 Pole Position
- 11.30 Agora é que São Elas
- 11.50 Culinária
- 12.05 Bebê a Bordo
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Gerações
- 13.55 Faces da Cultura
- 14.25 Ponto por Ponto
- 15.30 Herói Solitário (ver «Filmes na TV»)
- 16.35 Rua Sésamo
- 17.00 Brinca Brincando
- 17.35 Crime, Disse Ela
- 18.25 Roda da Sorte
- 19.00 A Banqueira do Povo
- 20.00 Telejornal
- 20.30 Pedra Sobre Pedra
- 21.40 Marina, Marina
- 22.15 Um Amor Inevitável (ver «Filmes na TV»)
- 23.45 24 Horas
- 01.00 Os Perversos (ver «Filmes na TV»)
- 02.30 Belos Sonhadores (ver «Filmes na TV»)

- 09.00 Videotexto
- 10.30 Grandes Tormentos
- 10.55 Infantil



A Viúva do Enforcado em reposição na SIC, agora de segunda a sexta-feira ao fim da tarde

- 12.00 Walter e Emily
- 12.30 Os Roberts
- 13.00 Mal de Família
- 13.25 Agora Escolha
- 14.50 Roc
- 15.25 Euroritmias
- 16.25 Odisséia Animal
- 17.15 Chá das Cinco
- 18.15 Carrusel
- 19.05 Rotações
- 20.05 Dramazine
- 20.30 Acerto de Contas
- 21.25 Barriga de Aluguer
- 22.30 TV2 Jornal
- 23.00 Remate
- 23.10 Corrida de Touros
- 00.50 Últimas Notas

- 16.30 Sic Notícias
- 16.35 Gente Fina
- 17.20 Os Gladiadores Americanos
- 18.00 Sic Notícias
- 18.40 Gente Fina
- 18.10 Praça Pública
- 18.30 A Viúva do Enforcado
- 19.30 Jornal da Noite
- 20.05 De Corpo e Alma
- 21.30 Alta Traição (ver «Filmes na TV»)
- 23.40 Último Jornal
- 00.00 Playboy
- 00.50 Boxe
- 01.20 MTV

- 16.30 Série Infantil
- 17.00 A Casa do Tio Carlos
- 17.25 Lágrimas
- 18.15 Telhados de Vidro
- 18.40 Rica Saúde
- 19.00 A Amiga Olga
- 19.30 Informação Quatro
- 20.05 Já Tocou!
- 20.30 Uma Aventura nos Alpes
- 21.00 Cresce e Aparece
- 21.30 Telemotor
- 22.00 Raízes do Céu (ver «Filmes na TV»)
- 00.20 Olhares
- 00.50 Os Construtores da História
- 01.20 Ponto Final
- 01.35 Meteorologia

Sábado, 24

- 08.00 Programa Infantil e Juvenil
- 12.10 Luta Livre Americana
- 13.05 Parlamento
- 13.40 Mercado Único
- 13.50 Clube Disney
- 15.15 Mulher na Tropa (ver «Filmes na TV»)
- 17.00 Chefe, Mas Pouco
- 17.30 Feira da Música
- 18.00 Arca de Noé
- 18.50 O Herói Relâmpago
- 19.45 Totoloto
- 20.00 Jornal de Sábado
- 20.40 Felicidade
- 22.30 Parabéns
- 24.00 Sessão Dupla I (três filmes em alternativa - ver «Filmes na TV»)
- 01.30 Sessão Dupla II - «O Grande Combate» (ver «Filmes na TV»)

- 08.00 Caminhos
- 08.30 Novos Horizontes
- 09.00 Universidade Aberta
- 11.40 Beija-me Catarina (ver «Filmes na TV»)
- 13.30 Sherlock Holmes
- 14.30 Pé Grande e os Amigos
- 15.05 Filhos da Estrela de Aiva



- 16.00 TV2 Desporto
- 21.00 No Cumprimento do Dever
- 22.00 O Homem Verde
- 22.50 Popoff
- 23.20 Contradições

- 12.00 Quadrilha Selvagem
- 12.30 Aventuras dos T-Rex
- 13.00 Stingray, o Super Submarino
- 13.30 Batman
- 14.00 Sic Notícias
- 14.05 As Mais Belas Máquinas
- 14.30 Aventura
- 15.00 O Apache Branco (ver «Filmes na TV»)
- 17.00 Justiça Negra
- 18.00 Grandes Palnos
- 18.30 Selvagens e Perigosos
- 19.00 Passo a Passo
- 19.30 Jornal da Noite
- 20.05 Telefilme: «O Clã Justicheiro»
- 22.05 Água na Boca
- 23.00 Último Jornal
- 23.20 Volta a Espanha em Bicicleta (Resumo)
- 23.35 A Ferro e Fogo (ver «Filmes na TV»)

- 10.00 Infantil
- 10.30 Documentário
- 11.00 Terras da Europa
- 12.00 Contra-Ataque
- 13.00 Informação
- 13.10 Lágrimas (compacto)
- 17.35 Colégio Interno
- 18.35 Agatha Christie
- 19.30 Informação Quatro
- 20.05 Vice-Versa (ver «Filmes na TV»)
- 22.30 Cozido à Portuguesa
- 23.30 Fado, Fadinho
- 00.05 Los Angeles a Ferro e Fogo (ver «Filmes na TV»)
- 02.00 Meteorologia

Domingo, 25

- 08.00 À Mão de Semear
- 08.25 Programa Juvenil
- 10.30 70 x 7
- 11.00 Missa
- 12.45 Programa Juvenil
- 13.00 Notícias
- 13.05 Os Melhores Anos
- 13.35 Top +
- 14.25 Olha que Dois
- 15.20 Beverly Hills 90210
- 16.20 Cheetah (ver «Filmes na TV»)
- 18.10 Sons do Sol
- 19.05 Preço Certo
- 20.00 Jornal de Domingo
- 20.30 Repórteres
- 21.10 Felicidade
- 22.50 Casa Cheia
- 23.30 Escandaloso (ver «Filmes na TV»)
- 01.00 GNR ao Vivo

- 08.00 Os Persuasores
- 09.00 Regiões
- 10.00 Em Busca de...
- 10.25 Programa Juvenil
- 11.45 Viagem do Mundo do National Geographic
- 12.35 Forum Musical
- 13.25 Realce
- 15.00 TV2 Desporto
- 21.15 Non, ou a Vã Glória de Mandar (ver «Filmes na TV»)
- 23.40 Voo às Cegas
- 00.35 Sombras sobre Moscovo

- 12.00 Livro da Selva
- 12.30 Rugrats
- 13.00 Pássaros de Fogo
- 14.00 Sic Notícias



Eternos Novatos — segunda-feira na TV 2

- 14.05 A Saga da Fórmula Um
- 14.00 Um Planeta Uma Família
- 15.00 O Espectáculo (ver «Filmes na TV»)
- 17.30 National Geographic
- 18.30 Encontros Imediatos
- 19.00 Benny Hill
- 19.30 Jornal da Noite
- 20.00 Cosby Show
- 20.35 Batalhas Conjugais
- 21.30 Deseja-me Sorte
- 22.20 Valentina
- 22.50 Crimes
- 23.25 Último Jornal
- 23.45 Volta a Espanha
- 00.00 Deixem Correr o Sangue

- 10.00 A Casa do Tio Carlos
- 11.00 Animação
- 11.30 Actualidade Religiosa
- 12.00 Vaticano em Directo
- 12.15 Missa
- 13.15 Rica Saúde
- 14.00 Telhados de Vidro (compacto)
- 16.00 A Fonte dos Amores (ver «Filmes na TV»)
- 18.00 Heights - A História de um Conjunto
- 19.00 Janelas Virtuais
- 19.30 Informação Quatro
- 20.05 Rumores
- 20.30 Cagney & Lacey
- 21.30 O Preço da Justiça
- 23.10 Meteorologia

Segunda, 26

- 07.30 Bom Dia
- 10.00 Rua Sésamo
- 10.30 Loja das Ideias
- 11.00 Mike e Angelo
- 11.30 Agora é que São Elas!
- 11.50 Culinária
- 12.15 Bebê a Bordo
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Gerações
- 14.00 Santuários Selvagens
- 14.25 Ponto por Ponto
- 15.10 Raptaram o Secretário (ver «Filmes na TV»)
- 16.40 Rua Sésamo
- 17.10 Brinca Brincando
- 17.45 Crime, Disse Ela
- 18.15 A Roda da Sorte
- 19.10 A Banqueira do Povo
- 20.00 Telejornal
- 20.30 Pedra sobre Pedra
- 21.40 Cupido Electrónico
- 22.20 Entre Famílias
- 23.45 Amor, Mentiras e Crime
- 00.40 24 Horas

- 09.00 Videotexto
- 10.30 Grandes Tormentos
- 10.55 Infantil
- 12.05 Eternos Novatos
- 12.30 Os Roberts
- 13.00 Mal de Família
- 13.30 Agora, Escolha!
- 14.45 Roc
- 15.15 Euroritmias
- 16.10 Terra de Fogo e Sangue
- 17.10 Chá das Cinco
- 18.10 Carrusel
- 18.55 Os Trintões
- 19.50 Cinemazine
- 20.30 Artes e Letras
- 21.30 Barriga de Aluguer
- 22.30 TV2 Jornal
- 23.00 Remate



- 23.10 Frente a Frente
- 00.10 Stan, o Perverso (ver «Filmes na TV»)

- 16.30 Sic Notícias
- 16.40 Gente Fina
- 17.20 Gladiadores Americanos
- 18.00 Sic Notícias
- 18.10 Praça Pública
- 18.30 A Viúva do Enforcado
- 19.30 Jornal da Noite
- 20.05 De Corpo e Alma
- 21.30 A Brigada Assassina (ver «Filmes na TV»)
- 23.15 Tostões e Milhões
- 00.05 Último Jornal
- 00.45 MTV

- 16.30 Desenhos Animados
- 17.00 A Casa do Tio Carlos
- 17.25 Lágrimas
- 18.15 Telhados de Vidro
- 18.40 Rica Saúde
- 19.00 A Amiga Olga
- 19.30 Informação Quatro
- 20.05 Já Tocou!
- 20.30 Uma Aventura nos Alpes
- 21.00 Cresce e Aparece
- 21.30 Telefilme: «Que Será dos Meus Filhos»
- 23.20 Desporto
- 23.50 Ponto Final



Murphy Brown continua, com um episódio semanal à quarta-feira. No Canal 1

Terça, 27

- 07.30 Bom Dia
- 10.00 Rua Sésamo
- 10.30 Loja das Ideias
- 11.00 Lola e os Amigos
- 11.30 Notas para Si
- 11.50 Culinária
- 12.15 Bebê a Bordo
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Gerações
- 13.55 O Mundo da Ciência
- 14.25 Ponto por Ponto
- 15.00 Lugares Secretos (ver «Filmes na TV»)
- 16.40 Rua Sésamo
- 17.10 Brinca Brincando
- 17.45 Crime, Disse Ela
- 18.25 A Roda da Sorte
- 19.10 A Banqueira do Povo
- 20.00 Telejornal
- 20.35 Pedra sobre Pedra
- 21.40 Isto Só Vídeo
- 22.15 Você Decide
- 23.10 De Caras
- 00.45 24 Horas

- 09.00 Videotexto
- 10.30 Grandes Tormentos
- 11.00 Infantil
- 11.30 La Florentine
- 12.30 Os Roberts
- 13.00 Mal de Família
- 13.30 Agora, Escolha!
- 14.55 Roc
- 15.35 Euroritmias
- 16.25 Para Além do Ano 2000
- 17.15 Chá das 5
- 18.10 Carrusel
- 18.55 Os Trintões
- 19.50 Aventura do Conhecimento
- 20.20 As Asas da Tragédia
- 21.30 Barriga de Aluguer
- 22.30 TV2 Jornal
- 23.00 Remate
- 23.10 Moonlightings (ver «Filmes na TV»)
- 00.50 Últimas Notas - Tom Jobim nos Jerónimos

- 16.30 Sic Notícias
- 16.40 Gente Fina
- 17.20 Os Gladiadores Americanos
- 18.00 Sic Notícias
- 18.10 Praça Pública
- 18.30 A Viúva do Enforcado
- 19.30 Jornal da Noite
- 20.05 De Corpo e Alma
- 21.30 Falas Tu ou Falo Eu
- 22.34 Terça à Noite
- 23.40 Jogar em Casa
- 00.20 Último Jornal
- 00.45 Volta a Espanha
- 00.55 MTV

- 16.30 Desenhos Animados
- 17.00 A Casa do Tio Carlos
- 17.25 Lágrimas
- 18.15 Telhados de Vidro
- 18.40 Rica Saúde
- 19.00 A Amiga Olga
- 19.30 Informação Quatro
- 20.00 Já Tocou!
- 20.30 Uma Aventura nos Alpes
- 21.00 Cresce e Aparece
- 21.30 Cartas de Amor
- 22.35 Mancuso
- 23.20 Frontal
- 00.20 Informação
- 00.25 Meteorologia

Quarta, 28

- 07.30 Bom Dia
- 10.00 Rua Sésamo
- 10.30 Loja das Ideias
- 11.00 Inspector Engenhocas
- 11.30 Isto é Magia
- 11.50 Culinária
- 12.15 Bebê a Bordo
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Gerações
- 13.55 Entre Guerras
- 14.20 Ponto por Ponto
- 14.55 As Brancas Montanhas da Morte (ver «Filmes na TV»)
- 16.40 Rua Sésamo
- 17.10 Brinca Brincando
- 17.45 Crime, Disse Ela
- 18.35 Roda da Sorte
- 19.10 A Banqueira do Povo
- 20.00 Telejornal
- 20.35 Pedra sobre Pedra
- 21.35 Vamos Jogar no Totobola
- 21.50 Profissão: Duro (ver «Filmes na TV»)
- 24.00 Murphy Brown
- 00.30 24 Horas

- 09.00 Videotexto
- 10.30 Grandes Tormentos
- 10.55 Infantil
- 12.05 O Império de Brittas
- 12.30 Os Roberts
- 13.00 Mal de Família
- 13.30 Agora, Escolha!
- 14.55 Roc
- 15.30 Euroritmias
- 16.20 Documentário
- 17.15 Chá das Cinco
- 18.10 Carrusel
- 18.40 Os Trintões
- 19.30 Magazine Architecture
- 19.55 Aventuras da Liberdade
- 20.40 Futebol: Portugal-Escócia
- 23.00 TV2 Jornal
- 23.45 Barriga de Aluguer
- 00.40 Remate
- 00.50 Tauromaquia

- 16.30 Sic Notícias
- 16.35 Gente Fina
- 17.20 Os Gladiadores Americanos
- 18.00 Sic Notícias
- 18.30 A Viúva do Enforcado
- 19.30 Jornal da Noite
- 20.05 De Corpo e Alma
- 21.30 Príncipe de Bel Air
- 22.00 Sexo Forte
- 22.50 Phoenix
- 23.45 Último Jornal
- 00.05 MTV

- 16.30 Desenhos Animados
- 17.00 A Casa do Tio Carlos
- 17.25 Lágrimas
- 18.15 Telhados de Vidro
- 18.40 Rica Saúde
- 19.00 A Amiga Olga
- 19.30 Informação Quatro
- 20.05 Já Tocou!
- 20.30 Uma Aventura nos Alpes
- 21.00 Cresce e Aparece
- 21.30 Um Sedutor em Apuros (ver «Filmes na TV»)
- 23.10 Futebol: Inglaterra-Holanda
- 01.15 Ponto Final
- 01.30 Meteorologia

Filmes na TV

QUINTA, 22

O Homem de Kiev

«The Fixer» (EUA/1968). Real.: John Frankenheimer. Int.: Alan Bates, Dirk Bogarde, Georgia Brown, Jack Gilford, Hugh Griffith. Cor, 127 min. Ver Destaque. (14.25, Canal 1)

Os Europeus

«The Europeans» (Gr.Br./1979). Real.: James Ivory. Int.: Lee Remick, Robin Ellis, Tim Woodward, Wesley Addy. Cor, 87 min. Ver Destaque. (01.25, TV 2)

SEXTA, 23

Herói Solitário

«Randy Rides Alone» (EUA/1934). Real.: Harry Fraser. Int.: John Wayne, Alberta Vaughan, George Hayes. P/B, 52 min. «Western». (15.30, Canal 1)

Alta Traição

«No Way Out» (EUA/1987). Real.: Roger Donaldson. Int.: Kevin Costner, Gene Hackman, Sean Young, Will Patton. Cor, 112 min. Ver Destaque. (21.30, SIC)

Raízes do Céu

«The Roots of Heaven» (EUA/1958). Real.: John Huston. Int.: Errol Flynn, Juliette Greco, Trevor Howard, Orson Wells. Cor, 131 min. Ver Destaque. (22.00, Quatro)

Um Amor Inevitável

«When Harry Met Sally» (EUA/1989). Real.: Rob Reiner. Int.: Billy Crystal, Meg Ryan, Carrie Fisher, Bruno Kirby. Cor, 91 min. Ver Destaque. (22.15, Canal 1)

Os Perversos

«The Nightcomers» (Gr.Br./1971). Real.: Michael Winner. Int.: Marlon Brando, Stephanie Beacham, Thora Hird. Cor, 92 min. Ver Destaque. (01.00, Canal 1)

Belos Sonhadores

«Beautiful Dreamers» (Can./1990). Real.: John Kent Harrison. Int.: Colm Feore, Rip Torn, Wendel Meldrum, Sheila McCarthy. Cor, 110 min. Drama. (02.30, Canal 1)

SÁBADO, 24

Beija-me, Catarina

«Kiss Me, Kate» (EUA/1953). Real.: George Sidney. Int.: Kathryn Grayson, Howard Keel, Ann Miller, Keenan Wynn. Cor, 111 min. Ver Destaque. (11.40, TV 2)

O Apache Branco

«Arrow Head» (EUA/1953). Real.: Charles Marquis Warren. Int.: Charlton Heston, Jack Palance, Katy Jurado, Brian Keith. Cor, 105 min. «Western». (15.00, SIC)

Mulher na Tropa

«She's in the Army Now» (EUA/1981). Real.: Hy Averback. Int.: Jamie Lee Curtis, Melanie Griffith, Kathleen Quinlan, Susan Blanchard. Cor, 100 min. Telefilme. (15.15, Canal 1)

O Clã Justiciero

«Brotherhood of Justice» (EUA/1986). Real.: Charles Braverman. Int.: Keanu Reeves, Lori Loughlin, Keff Sutherland, Joe Spano. Cor, 100 min. Telefilme. (20.05, SIC)

Vice-Versa

«Vice Versa» (EUA/1988). Real.: Brian Gilbert. Int.: Judge Reinhold, Fred Savage, Swoosie Kurtz, Corinne Bohrer. Comédia. (20.05, Quatro)

A Ferro e Fogo

«Firepower» (Gr.Br./1971). Real.: Michael Winner. Int.: Sophia Loren, James Coburn, Eli Wallach, Anthony Franciosa. Cor, 104 min. Ver Destaque. (23.35, SIC)

O Grande Desafio

(EUA/1982). Real.: John Frankenheimer. «Thriller» (Alternativa I); «Pesadelo em Elm Street II» (EUA/1985). Real.: Jack Sholder. Horror. (Alternativa II); «Fritz, o Gato» (EUA/1971). Real.: Ralph Bakshi. Animação. (Alternativa III). (00.00, Canal 1)

Los Angeles, a Ferro e Fogo

«Colors» (EUA/1988). Real.: Dennis Hopper. Int.: Sean Penn, Robert Duvall, Maria Conchita Alonso, Randy Brooks. Cor, 120 min. Ver Destaque. (00.05, Quatro)

O Grande Combate

«Snake in the Eagle Shade» (Hong Kong/1977). Real.: Yuen Woo Ping. Int.: Jackie Chan, Cheng Lung, Yuen Hsiao-Tien. Cor, 91 min. Kung Fu. (01.30, Canal 1)

DOMINGO, 25

O Grande Espectáculo

«Carnival Story» (EUA/1954). Real.: Kurt Neumann. Int.: Ann Baxter, Steve Cochran, Lyle Bettger, George Nader, Jay C. Flippen. Cor, 95 min. Melodrama. (15.00, SIC)

A Fonte dos Amores

«Three Coins in the Fountain» (EUA/1954). Real.: Jean Negulesco. Int.: Clifton Webb, Dorothy McGuire, Jean Peters, Louis Jourdan. Cor, 102 min. Ver Destaque. (16.00, Quatro)

Cheetah

«Cheetah» (EUA/1989). Real.: Jeff Blyth. Int.: Keith Coogan, Lucy Dakins, Collin Mothupi, Timothy Landfield. Cor, 100 min. Ver Destaque. (16.15, Canal 1)

Non, ou a Vã Glória de Mandar

(Portugal). Real.: Manoel de Oliveira. Int.: Luís Miguel Cintra, Diogo Dória, Miguel Guilherme, Luís Lucas, Carlos Gomes. Cor. Sessão Especial. (21.15, TV 2)

Escandaloso

«Scandalous» (Gr.Br./1983). Real.: Rob Cohen. Int.: Robert Hays, John Gilgud, Pamela Stephenson, M. Emmet Walsh. Cor, 92 min. Ver Destaque. (23.30, Canal 1)

SEGUNDA, 26

Raptaram o Secretário

«Don't Just Lie There, Say Something» (Gr.Br./1973). Real.: Bob Mellett. Int.: Brian Rix, Leslie Phillips, Joan Sims, Joanna Lumley. Comédia. (15.10, Canal 1)

A Brigada Assassina

«The Package» (EUA/1989). Real.: Andrew Davis. Int.: Gene Hackman, Joanna Cassidy, Tommy Lee Jones, John Heard, Dennis Franz. Ver Destaque. (21.30, SIC)

Que Será dos Meus Filhos?

«Who Will Love My Children?» (EUA/1983). Real.: John Erman. Int.: Ann-Margret, Frederic Forrest, Cathryn Damon, Donald Moffat. Telefilme dramático. (21.40, Quatro)

Stan, o Perverso

«Stan, The Flasher» (Fr./1990). Real.: Serge Gainsbourg. Int.: Claude Berri, Aurore Clément, Richard Bohringer, Elodie. Cor, 65 min. Ver Destaque. (00.10, TV 2)

TERÇA, 27

Lugares Secretos

«Secret Places» (Gr.Br./1985). Real.: Zeldia Barron. Int.: Marie-Theres Relin, Tara MacGowran, Claudine Auger, Jenny Augutter. Cor, 94 min. Ver Destaque. (15.00, Canal 1)

Moonlighting

«Moonlighting» (Gr.Br./1982). Real.: Jerzy Skolimowski. Int.: Jeremy Irons, Eugene Lipinski, Jiri Stanislav, Eugeniusz Haczkiwicz. Cor, 93 min. Ver Destaque. (23.10, TV 2)

QUARTA, 28

As Brancas Montanhas da Morte

«Jeremiah Johnson» (EUA/1972). Real.: Sydney Pollack. Int.: Robert Redford, Will Geer, Stefan Gierasch. Cor, 104 min. Ver Destaque. (14.55, Canal 1)

Um Sedutor em Apuros

«Cadillac Man» (EUA/1990). Real.: Roger Donaldson. Int.: Robin Williams, Tim Robbins, Pamela Reed, Fran Drescher. Cor, 97 min. Ver Destaque. (21.40, Quatro)

Profissão: Duro

«Road House» (EUA/1989). Real.: Rowdy Herrington. Int.: Patrick Swayze, Kelly Lynch, Sam Elliott, Ben Gazzara. Ver Destaque. (21.50, Canal 1)

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

— Por isto e por aquilo... —

O Homem de Kiev (Quinta, 14.25, Canal 1)

Sendo um dos primeiros exemplos de co-produção do cinema norte-americano com o cinema do Leste europeu (na circunstância, a Hungria), *O Homem de Kiev* foi realizado por John Frankenheimer a partir de um argumento de Dalton Trumbo inspirado num famoso romance de Bernard Malamud e que tem como local da acção a Rússia czarista e a feroz perseguição que o brutal regime feudal perpetrava contra os judeus. Alan Bates e Dirk Bogarde são os seus dois magníficos intérpretes principais.

Os Europeus (Quinta, 01.25, TV 2)

Mais um filme de James Ivory em poucas semanas e, mais uma vez também, o desenvolvimento de uma temática que é cara ao realizador. Aqui, não é mais (ou não é ainda, já que este filme antecede as incursões do cineasta pela Índia) o confronto entre o mundo do colonialismo britânico e o mundo da afirmação independentista indiana, mas sim a irrupção de um jovem casal de irmãos, ingleses, no seio de uma família conservadora americana de Boston, de que são ainda parentes. Um filme de ambientes requintados e extremamente bem fotografado, servindo da melhor maneira um argumento em que é sublinhado o choque e a interpenetração de duas culturas e de dois mundos. E, no meio de um excelente punhado de intérpretes, um magnífico papel de Lee Remick.

Alta Traição (Sexta, 21.30, SIC)

Já anteriormente anunciado para transmissão há três semanas - e depois adiado - este é um intenso *thriller* girando à volta das paixões desencadeadas por uma mulher nas pessoas do secretário de Estado da Defesa dos EUA e de um agente da CIA encarregado por um seu chefe de descobrir os meandros de um crime que... ele próprio cometera! Pelo meio, os antros do poder e da espionagem: o Pentágono, a CIA, a Casa Branca e... «o Kremlin que espregueira», relembra-se então a SIC. O profissionalismo e a rotina de Roger Donaldson, na realização, de Kevin Costner e Gene Hackman, na interpretação, e de Sean Young, no físico, ajudam a passar o tempo...

Raízes do Céu (Sexta, 22.00, Quatro)

Trata-se de um dos filmes «menores» de John Huston, este que a *Quatro* hoje nos mostra no seu ciclo dedicado ao mestre. O argumento situa-se na África Central e os meios vultuosos gastos na produção e no impressionante cartaz de intérpretes adequava-se, sem dúvida, às boas intenções que estavam na sua base: a sensibilização e a denúncia perante a mortandade dos elefantes, vítimas dos safaris. Mas, como bem aponta Jean Tulard, o falso humanismo e o insuportável peso simbólico do argumento de Romand Gary, conduziram inevitavelmente a resultados menos bons.

Um Amor Inevitável (Sexta, 22.15, Canal 1)

Realizado por um dos mais interessantes cineastas da nova geração de Hollywood - Rob Reiner, o impaciente «genro» da série televisiva *Uma Família às Direitas* - este é, sobretudo, um filme que vive da prodigiosa escrita dos diálogos e da credibilidade e verosimilhança das situações e das suas personagens (brilhantemente criadas por Billy Crystal e Meg Ryan), dois ingredientes que, naturalmente, contribuíram para o enorme êxito que alcançou aquando da sua estreia. Uma comédia romântica que nos dá conta do jogo imparável da atracção e do distanciamento entre macho e fêmea, ambos tentando escapar à mais desenfreada das paixões para se ficarem pelos bem mais razoáveis terrenos da sólida amizade. A não perder, é a cena da simulação do *orgasmo*, no restaurante, e, sobretudo, o comentário da senhora

da mesa ao lado... Impagável!

Os Perversos

(Sexta, 01.00, Canal 1)

História perversa do fascínio pelo mundo de corrupção e morte que experimentam duas crianças órfãs no ambiente sufocante de uma «casa de campo» inglesa no início do século, é, entretanto, a interpretação de Marlon Brando que apetece destacar neste filme que é um dos melhores realizados por Michael Winner - um britânico radicado nos EUA.

Beija-me, Catarina (Sábado, 11.40, TV 2)

Com argumento baseado na adaptação aos palcos da Broadway de *A Fera Amansada*, de Shakespeare, este musical é um brilhante espectáculo de diversão e música, com duas excelentes interpretações de Judy Garland e Howard Keel. Mas o principal elemento de fascínio encontramos-lo, para além da profusão dos bailados, nas imortais canções de Cole Porter, de que destacamos *From This Moment On*, *Always True to You in My Fashion* e *So in Love*. Um regalo para os olhos e os ouvidos...

A Ferro e Fogo (Sábado, 23.35, SIC)

Resvalando cada vez mais para o esquema de programação cinematográfica *videoclubista* e sensacionalista imposto pela RTP para as sessões nocturnas dos fins-de-semana - e não se constituindo, assim, em qualquer espécie de alternativa consistente - a SIC programou para hoje mais um *thriller* encabeçado por um *cast* bem recheado, mas com uma idiota história de vingança que não resiste à lógica narrativa mais razoável. «Para preencher o tempo, à frente do televisor» - diz, do filme, Leonard Maltin - o que é o pior dos elogios...

Los Angeles, a Ferro e Fogo (Sábado, 00.05, Quatro)

Bem mais oportuna e inteligente (porque, embora funcionando por vezes no terreno do mesmo «géneros», tem tentado até agora não desprezar a qualidade mínima) é, neste dia e hora, a programação cinematográfica da *Quatro* - uma alternativa possível às miseráveis propostas, falsamente «alternativas», que a RTP coloca à decisão telefonada dos espectadores nas suas *Sessões Duplas*. E este filme aqui está a demonstrá-lo: algumas garantias estão à partida asseguradas por Dennis Hopper, o realizador, mas também por Sean Penn e Robert Duvall, dois grandes actores de gerações diferentes, personificando dois polícias de Los Angeles especializados nas lides com os *gangs* do crime organizado, mas cada um deles adoptando métodos diferentes conduzindo a resultados bem opostos entre si.

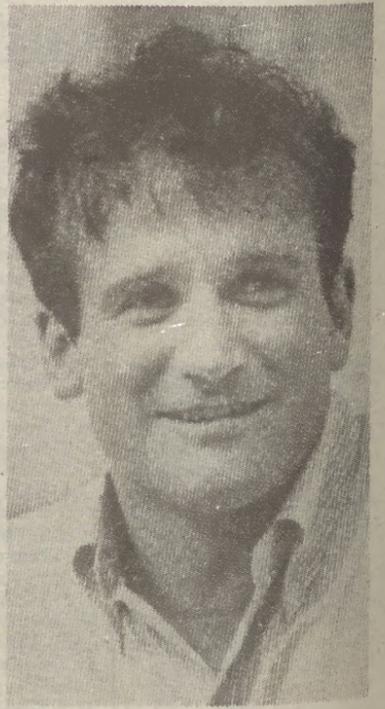
A Fonte dos Amores (Domingo, 16.00, Quatro)

História de três mulheres que exprimem os seus desejos de amor (mais tarde consubstanciados no surgimento, na sua vida, de um tradutor, de um príncipe e de um escritor) através das moedas que atiram para a *Fontana di Trevi* - o «exotismo» da cidade de Roma, para-americano-ver, é o pano de fundo ideal para este filme ultraromântico de Jean Negulesco que, na época, fez imenso sucesso, ainda abrihantado que foi por dois Oscars para as categorias técnicas - como o do genérico. Aquilo a que a *Quatro* costuma chamar o «filme da família»...

Cheetah

(Domingo, 16.15, Canal 1)

Numa das poucas oportunidades terem cinema para ver na televisão, esta fantasia dos



Robin Williams, intérprete principal de «Um Sedutor em Apuros»



Howard Keel e Kathryn Grayson, em «Beija-me, Catarina»

estúdios Disney vem mesmo a calhar: é a história de duas crianças que vão durante alguns meses para o Quênia para viver com os pais e acabam por fazer amizade com um nativo e adoptar uma macaca órfã que vão ajudar a criar. Um filme sensível que ensina algo mais do que é imediatamente visível.

Escandaloso (Domingo, 23.30, Canal 1)

O argumento pode assemelhar-se muito ao habitual esquema das comédias clássicas dos anos 50, que tenta religiosamente seguir, mas o filme em concreto não consegue, sequer, aproximar-se-lhes. Um jornalista da TV americana envolve-se com dois ingleses, vigaristas de profissão, durante a investigação que faz do assassinio da sua mulher, de que é acusado. Parece que a única coisa que se safa é a interpretação de John Gielgud.

A Brigada Assassina (Segunda, 21.30, SIC)

História de crimes de altas individualidades políticas, tendo pelo meio os «ingredientes» habituais dos filmes de espionagem, este *A Brigada Assassina* parece não primar propriamente por uma alta credibilidade do seu argumento, em que evolui em primeiro plano Gene Hackman, um sargento do quadro do exército americano que vai a Berlim para se encarregar do transporte de um preso militar. Mas o principal e mais geral condimento da intriga é um plano elaborado por «dissidentes», não já só soviéticos, como é hábito, mas também americanos!... E esta?

Stan, o Perverso (Segunda, 00.10, TV 2)

Conhecido sobretudo pela sua actividade de «cantor irreverente» - imagem de marca que tentou com alguma ressonância promover e justificar -, Serge Gainsbourg cometeu, por quatro vezes, o crime de se colocar atrás da câmara para perpetrar alguns exemplares de repugnante cinema, o penúltimo dos quais (*Charlotte Para Sempre*) foi exibido pela TV 2 no início do ano. Agora, a mesma estação reincidente em colocar num espaço e num canal que os espectadores com memória ainda associam a «cinema de qualidade» mais um sórdido e repulsivo objecto (que a RTP assinala na sua promoção como «provocador, poético, desconcertante e comovente») em que as suas habituais taras vêm à superfície. Ao lado disto, que saudades de uma inocente noite de «tourada» ou de um desafio de futebol... Também na 2, claro!

Lugares Secretos (Terça, 15.00, Canal 1)

Situado nas vésperas da II Guerra Mundial, este filme conta a história dramática, com alguns momentos comoventes, de uma jovem alemã que, fugindo à barbárie do nazismo, encontra em Inglaterra, seu país de exílio, outros problemas que quase a levam ao suicídio. Mas é também uma emocionante história sobre a amizade, excelentemente protagonizada pelas suas intérpretes principais - Marie-Therés Relin e Tara MacGowan.

Moonlighting (Terça, 23.10, TV 2)

Escrito e realizado por Jerzy Skolimowsky, cineasta polaco radicado no Ocidente e antigo argumentista de Wajda e Polansky, este é talvez um dos seus filmes mais interessantes e reveladores de uma forte faceta poética. A história, contada com contenção, gira à volta de um trio de operários polacos que são clandestinamente contratados para vir para a Inglaterra renovar o apartamento de um homem extremamente rico. E os sentimentos de solidão e desenraizamento do país de origem, do qual são recebidas notícias para si preocupantes, são transmitidos com uma extrema sensibilidade, não isenta de humor, pelo realizador e, também, por Jeremy Irons, aqui numa das suas melhores criações na pele do chefe responsável pelos três operários.

As Brancas Montanhas da Morte (Quarta, 14.55, Canal 1)

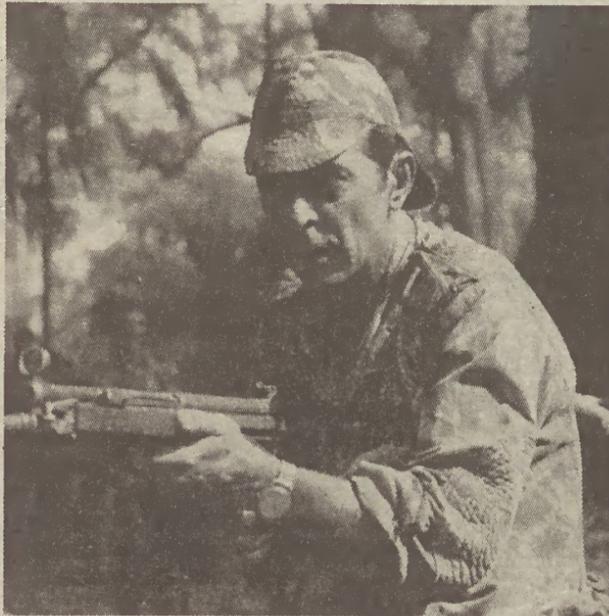
Um excelente filme de Sidney Pollack, esplendorosamente filmado à maneira do clássico *western* em cenários naturais e tendo por «herói» central um solitário caçador das montanhas, cuja vida aventureira se transformou numa lenda. Robert Redford tem neste filme um dos seus melhores papéis.

Um Sedutor em Apuros (Quarta, 21.40, Quatro)

Alternando entre o desastrado e o muito bem conseguido, este filme de Roger Donaldson, é mais um dos habituais espetáculos de representação de Robin Williams, ao qual quase sempre acabamos por desculpar os incontroláveis tiques e o incansável registo-a-cem-por-cemto que constantemente imprime às suas personagens. Mas o caso da personagem a que Williams, neste caso, mete ombros não é para menos: o de um vendedor de automóveis imaginativo, que se mete em indescritíveis sarilhos por causa da sua paixão repartida por três mulheres e da necessidade de, para garantir o emprego, ter de vender, num fim-se-semana, doze automóveis!

Profissão: Duro (Quarta, 21.50, Canal 1)

«Este autêntico Western moderno entre blusões negros e Rock'n'Roll é um superspectáculo de acção servido por uma série de cenas de pancadaria coreografadas com uma precisão notável do boxe ao karaté passando pelo kickboxing.» É com esta indistigável ponta de orgulho, irresistível mesmo aos rigores da pontuação, que a promoção da RTP se revê no filme que escolheu para a «Lotação Esgotada» - outrora um espaço digno por onde passavam algumas excelentes noites de cinema. Se não quiserem submeter-se à lógica comercial dos mandantes da estação, os espectadores não terão mais do que desligar o televisor, para ignorar este subproduto extremamente violento e idiota protagonizado por um Patrick Swayze no papel de um duro encarregado de segurança de uma espelunca da noite de Nova Iorque.



«Sessão Especial» com «Non, ou a Vã Glória de Mandar», de Manoel de Oliveira

Cinema

	M. M. Luz	Manuel Nêves	Paulo Torres
A Imperdoável	★★★★	-	★★★★
B Maridos e Mulheres	★★★★★	★★★★★	★★★★★
C Perfume de Mulher	★★	-	★★
D Regresso a Howard's End	★★★★	-	★★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A - Real. Clint Eastwood - Cine 222 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); King Triplex/1 (14.00, 16.30, 19.15, 21.45) - Lisboa.
- B - Real. Woody Allen - Quarteto/1 (14.45, 17.00, 19.15, 21.45, 24.00) - Lisboa.
- C - Real. Martin Brest - Alfa/3 (14.00, 17.30, 21.00, 24.20); Amoreiras/1 (14.00, 16.45, 21.30, 24.00); Mundial/1 (14.00, 16.45, 21.30); Quarteto/3 (15.00, 18.30, 22.00); S. Jorge/3 (15.00, 18.00, 21.00) - Lisboa.
- D - Real. James Ivory - Mundial/2 (14.15, 16.30, 19.15, 21.45) - Lisboa.

Teatro

AUDITÓRIO NACIONAL CARLOS ALBERTO

Porto. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. O COMISSÁRIO DA POLÍCIA, de Gervásio Lobato, encenação de Júlio Cardoso.

CASA CONVENIENTE

Lisboa, R. dos Remolares, 48 (ao Cais do Sodré). De 4ª a dom. às 21.30. MENINA JÚLIA, de Augusto Strindberg, encenação de Fátima Ribeiro.

CHAPITÓ

Lisboa, Costa do Castelo. Tel. 878225. De 5ª e 6ª às 22.00, sáb. às 18.00 e 22.00. TETÉ, SONHO, ILUSÃO & CIA, texto e encenação de Fernando Gomes.

TEATRO ABERTO

Lisboa, Praça de Espanha. Tel. 7970969. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. A ÓPERA DE 3 VINTÉNS, de Bertolt Brecht e Kurt Weill, versão de João Lourenço e Vera San Payo de Lemos, coreografia de Olga Roriz, encenação de João Lourenço, pelo Novo Grupo e actores e músicos convidados.

TEATRO DO BAIRRO ALTO

Lisboa, Rua Ten. Raul Cascais, 1-A. Tel. 3961515. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. PRIMAVERA NEGRA, textos de Raul Brandão, adaptação de Eduarda Dionísio, encenação de Luís Miguel Cintra, pelo Teatro da Cornucópia

TEATRO DO CALVÁRIO

Lisboa, Rua Leão de Oliveira, 1. Sáb. e dom. às 16.00. Tel. 3639974. O SOLDADINHO DE CHUMBO, adaptação do conto de Hans Christian Andersen, encenação de Fernando Gomes, pelo TIL- Teatro Infantil de Lisboa.

TEATRO DA MALAPOSTA

Loures, Rua de Angola - Olival Basto. Tel. 9373299. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. DESCENDENTES DE KENNEDY, de Robert Patrick, encenação de Rui Mendes, pelo Teatro da Malaposta.

TEATRO MIRITA CASIMIRO

Monte Estoril, Av. Fausto de Figueiredo. Tel. 4670320. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. ALTA VIGILÂNCIA, de Jean Genet, encenação de Carlos Avilez.

TEATRO MUNICIPAL S. LUIZ

Lisboa, Rua António Maria Cardoso. Sáb. e dom. às 12.00. AQUELA NUVEM E OUTRAS, de Eugénio de Andrade, encenação de Mário Viegas

TEATRO NACIONAL S. JOÃO

Porto, Praça da Batalha. PASSA POR MIM NO ROSSIO, texto e encenação de Filippe La Feria.

PALAVRAS CRUZADAS

1																			
2																			
3																			
4																			
5																			
6																			
7																			
8																			
9																			
10																			
11																			
12																			
13																			

Horizontais: 1 - Abreviar; doença febril infecto-contagiosa. 2 - Preposição: galho; lavar; artigo antigo. 3 - Sinal ortográfico; boatos falsos; nome masculino. 4 - Artigo; respeitante ao nascimento; nome feminino. 5 - Anafado; rigidez. 6 - Salário. 7 - Irmão de Abel; opulento. 8 - (António...), herói da independência de Cuba. 9 - Lábria; inevitável. 10 - Segunda vértebra cervical; prófem; tomei como alimento. 11 - Pronome pessoal; silenciosas; lírio. 12 - Compaixão (inv.); exteriormente; cursos naturais de água; Gálio (s.q.). 13 - Contundiras; grande porção de ossos (pl.).

Verticais: 1 - Membrana interna do globo ocular; projectos. 2 - Expede; saída. 3 - Alegre; cinzento-azulado. 4 - Pátria de Abraão; nota musical; vogal (pl.); nota musical. 5 - (rainha), personagem dos contos de fadas ingleses; coloração. 6 - Magnete; termo; cajado. 7 - Ave de migração, columbina; ave corredora; pronome pessoal. 8 - Líquido muito volátil e inflamável; menciona um texto. 9 - Rego; irrita; terreiro em frente à igreja. 10 - Terreno próprio para cultura; escudeiro; nome do sinal de adição. 11 - Chefe etíope; pedido de socorro. 12 - Partir; grito de dor; antes de Cristo; apelido. 13 - Alguma coisa; grupo circular de ilhas de coral. 14 - Lento; amante. 15 - Juntara; aplanas.

SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

Horizontais: 1 - Mica; arcos; orar. 2 - Amurar; índole. 3 - Cibo; ama; edil. 4 - Eta; Lutécia; asa. 5 - Dá; laçar; At. 6 - Ateu; miga. 7 - Arilo; catar. 8 - Rosa; nata. 9 - Os; vinca; vá. 10 - Mal; mareara; ais. 11 - Ibis; ali; ocos. 12 - Cólica; lapela. 13 - Oram; garra; arar.

Verticais: 1 - Macedo; cómico. 2 - Imita; sabor. 3 - Cubo; Aar; lila. 4 - Aro; atroz; sim. 5 - Eis. 6 - Ar; ululava; Ag. 7 - Ata; ira. 8 - Começo; anelar. 9 - Aca; cai. 10 - Si; irmanar; Lá. 11 - Itá. 12 - Ode; ágata; opa. 13 - Roda; ara; ácer. 14 - Alisa; viola. 15 - Relato; passar.

XADREZ

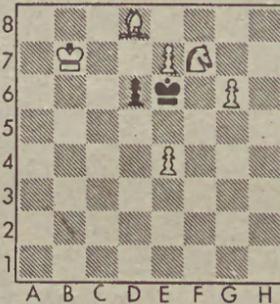
CDVII - 22 de Abril de 1993

PROPOSIÇÃO N.º 1993X031

Por: K. HANNEMANN - 1933

La Dépêche du Midi, 11.XI.79

Pr: [2]: Pd6-R66
Br: [6]: Ps.64, 67, g6-Cf7-Bd8-Rb7



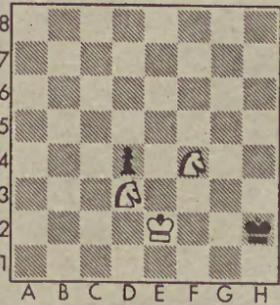
Quatro soluções diferentes: Mates em: a) lance; b) 2 lances; c) 3 lances e d) 4 lances

PROPOSIÇÃO N.º 1993X032

Por: TROITSKY, 1910

La Dépêche du Midi, 18.V.80

Pr: [2]: Pd4-Rh2
Br: [3]: Cs.d3, f4-R62



Brancas Jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º CDVII
N.º 1993X031 [K.H.]: a) 1. e8-D++; b) 1. e8-T, Rd7; 2. T67++; c) 1. e8-B, d5; 2. R66, d:64; 3. Bd7++; d) 1. e8-C, Rd7; 2. C67 [ou g7], d6; 3. e5, d4; 4. e6+
N.º 1993X032 [T.]: 1. Rf2, Rh1; 2. Ch3, Rh2; 3. Cg5, Rh1; 4. C61, d3; 5. C6f3, d2; 6. C64, d1-C+; 7. Rg3, C-8. Cf2++

DAMAS

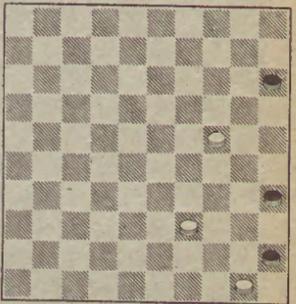
CDVII - 22 de Abril de 1993

PROPOSIÇÃO N.º 1993D031

Por: J. H. H.SCHEIJEN - 1941

Dam Miniaturen, 1977

Pr: [3]: 15-35-45
Br: [3]: 24-39-50



Brancas jogam e ganham

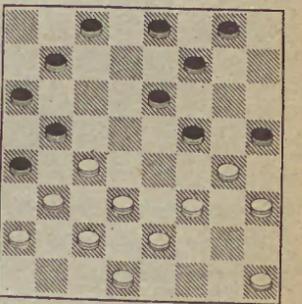
PROPOSIÇÃO N.º 1993D032

GOLPE N.º 1593

Por: JUAN GARCIA CANALEJAS

Libro del Juego de las Damas, Saragoça, 1650

1. 10-14, 22-18; 2. 12-15, 23-20; 3. 5-10, 28-23; 4. 8-12, 20-16; 5. 2-5, 23-20; 6. 10-13, 27-22; 7. 4-8, 32-28; 8. 5-10, 21-17; 9. 14-21, 25-18 DIAGRAMA:



Brancas jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º CDVII

N.º 1993D031 [J.H.H.Sch.]: 1. 39-34, (35-40); 2. 34-30, (40-44); 3. 50x39, (15-20); 4. 24x15, (45-50); 5. 30-24+ SE: 3. (45-50-D); 4. 30-25+ SE: 2. (15-20); 3. 24-15, (40-44); 4. 50x39 e 5. 30-24+ SE: 1. (15-20); 2. 24x15, (35-40); 3. 34-30 [ou 29]....
N.º 1993D032 [J.G.C.]: 10. 15-19, 22-15; 11. 13-22, 26-19; 12. 11-14, 28-23; 13. 10-13, 17-10; 14. 6-13, 19-10; 15. 12-28+ SE: 13. 19-10; 14. 12-28+

Tempo

Períodos de céu muito nublado, vento fraco ou moderado de oeste, períodos de chuva fraca no Minho e Douro Litoral. Nas regiões do Sul, céu geralmente pouco nublado, vento fraco ou moderado de noroeste.



a talhe de FOICE

Fogueiras

As imagens passaram nos ecrãs de televisão no início da semana. Dantescas. Não tanto pelo que mostraram mas sobretudo pelo que, não se vendo, se sabia existir.

Um edifício em chamas, seja ele numa quinta ou numa rua de uma qualquer cidade, é sempre impressionante. O espectáculo do fogo, com a sua capacidade destruidora, fascina e arrepiava. Tomado em abstracto, dissociado das suas consequências, o fogo continua a comportar uma magia que acorda ancestrais memórias.

Só que outros fogos, bem mais recentes, trazem à tona fogueiras ditas redentoras, purificadoras - medievais e não só - onde o objectivo de reduzir a cinzas encontrou sempre as suas justificações e razões, por mais sem razão que fossem.

O que aconteceu em Waco, no Texas, lembra uma dessas incongruências.

Durante quase dois meses, dezenas de homens, mulheres e crianças, entrincheirados e armados, desafiaram o cerco da polícia da maior potência do mundo.

Com o objectivo declarado de evitar ao máximo o maior número possível de vítimas, essa polícia - a melhor treinada, a melhor armada, a melhor equipada em sofisticados recursos - dialogou com os fanáticos religiosos auto-excluídos do mundo, divulgou os seus apelos, resgatou inclusive algumas crianças.

Tudo fazia crer, mesmo quando o assunto deixou de ocupar as primeiras páginas dos jornais - ou sobretudo nessa altura - que à qualquer momento ocorreria o assalto final. A polícia, ao exército, às forças especiais norte-americanas não falta nem o saber, nem a arte, nem a prática de tais operações, tanto a nível interno como a nível internacional.

Para espanto do mundo, nada disso aconteceu. Num processo que suscita mais dúvidas do que certezas, o reduto de Waco transformou-se num mar de chamas de onde apenas escassas pessoas saíram com vida.

Fogo posto? Suicídio colectivo? Acidente? As perguntas ficam no ar, apesar da prontidão com que as autoridades dos EUA se apressaram a esclarecer nada terem a ver com o assunto; as bombas de gás lacrimogéneo lançadas pela polícia para a quinta não tinham, garantem, poder incendiário.

Mas não se percebe que os carros de bombeiros para ali deslocados não tivessem tido uma acção mais eficaz - tanto mais que se sabia de antemão não existir água canalizada -, ou que muitos outros recursos disponíveis para o combate ao fogo tenham estado ausentes do local, pelo menos em tempo útil.

Morreram dezenas de pessoas.

Dir-se-á que eram fanáticos.

Dir-se-á que estavam armados.

Dir-se-á que estavam dispostos ao suicídio colectivo.

Dir-se-á que as autoridades estiveram de plantão quase dois meses à procura de uma solução.

Tudo isto pode ser verdade. Mas nada disto responde de forma satisfatória ao dramático desfecho da situação.

Para quem toma países de assalto, e faz guerras cirúrgicas, parece no mínimo estranho não se ser capaz de tomar uma quinta, por mais armada que estivesse. Haveria mortos, certamente, mas quantos poderiam ter assim sobrevivido?

As imagens dantescas mostradas pela televisão, é bom que se recorde, tinham gente lá dentro. Foi o que não se viu, o que mais arrepiou. Deixou no ar o cheiro de outras fogueiras.

■ AF

Hemodiálise em Évora Médicos querem demitir ministro da Saúde

Um comunicado do Ministério da Saúde repudiado por todos - Câmara de Évora, associações de deficientes, Ordem, federação e sindicatos médicos e ainda sindicato da Função Pública - acabou por dar à opinião pública uma primeira resposta à questão que durante três semanas esteve posta: afinal quem tem culpa nas mortes da hemodiálise de Évora? Ao apontar os nomes de médicos e técnicos que trabalhavam directamente no serviço de diálise, o ministro Arlindo de Carvalho acabou por revelar o que queria esconder - as culpas de uma administração e de uma direcção clínica e as suas próprias culpas. É que os responsáveis do hospital de Évora apenas foram fiéis executores de uma política de Saúde decidida nos gabinetes governamentais, para a qual importa gastar menos dinheiro, mesmo que à custa da degradação dos serviços médicos. Treze vidas serão preço para uma demissão?

A Federação Nacional dos Médicos reclamou esta semana a demissão do ministro da Saúde, pela «incompetência e levandade política» que demonstrou no caso das mortes dos doentes do hospital de Évora. A FNAM exige igualmente a demissão do director-geral de Saúde e do Conselho de Administração do hospital e considerou inadmissível a tentativa de desculpabilização da administração hospitalar no relatório preliminar sobre as causas das mortes dos doentes.

Para os médicos a situação vivida em Évora poderá repetir-se em qualquer altura e em qualquer local do país, dada a política economicista imposta pelo Governo no sector da saúde.

Processos disciplinares

O ministro da Saúde decidirá instaurar um processo

disciplinar e suspender preventivamente o responsável médico pelo serviço de hemodiálise e o responsável pelo serviço de instalações e equipamento do hospital de Évora.

A decisão foi comunicada ao país pelo Canal 1 da RTP, na passada sexta-feira, através da leitura de um comunicado, na redacção do Telejornal, pelo assessor de imprensa do ministro. Aí se afirmava ainda que seria instaurado procedimento disciplinar contra três funcionários do hospital que tinham funções de manuseamento do equipamento de tratamento da água.

Segundo o texto desse comunicado, os resultados preliminares do inquérito efectuado pela Inspeção-Geral de Saúde revelariam que «alguns dos elementos responsáveis pelo funcionamento técnico dos equipamentos do serviço de hemodiálise do hospital terão actu-

ado em infracção às regras a que funcionalmente estavam obrigados» e insiste que a água da rede de abastecimento público continha teores de alumínio «extraordinariamente elevados», segundo a expressão utilizada.

Bodes expiatórios

A Câmara de Évora considerou estes resultados «precipitados» até porque a própria Inspeção-Geral de Saúde continuava então a recolher elementos sobre a água da cidade, para a versão definitiva do seu relatório e, por outro lado, lembrou a existência de provas de que o equipamento da hemodiálise estava avariado, com o conhecimento do Conselho de Administração, pelo que manifestou estranheza por o ministro não ter tomado qualquer atitude em relação aos responsáveis máximos do hospital.

O Sindicato dos Médicos da Zona Sul e o dos Trabalhadores da Função Pública do Sul iriam mesmo mais longe, falando em «bodes expiatórios» procurados pelo Governo para esconder a questão fundamental: o facto de as administrações hospitalares serem nomeadas sem atender à sua competência científica e estarem obrigadas a seguir uma política economicista na gestão hospitalar, à custa da qualidade dos serviços.

Também a Associação Portuguesa de Insuficientes Renais diria em comunicado que se tanta «liberdade administrativa e a direcção clínica do hospital» e sublinhou as próprias responsabilidades do ministro Arlindo de Carvalho por não ter mandado interromper os tratamentos em Évora logo que tomou conhecimento das primeiras mortes.

A Ordem dos Médicos sublinharia este aspecto, lamentando o não encerramento daquela unidade de diálise, e diria em comunicado que «o director-geral de Saúde

e o Conselho de Administração dos Hospital Distrital de Évora fizeram afirmações agora desmentidas pelo relatório da Inspeção-Geral de Saúde», numa referência a tentativa de atribuição de culpas à Câmara Municipal de Évora.

Para o bastonário da Ordem dos Médicos, as decisões do ministro acabam por ser, «finalmente», o reconhecimento de que a unidade de hemodiálise de Évora não estava a funcionar de forma normal e anunciou que a Ordem instaurou por seu lado processos de âmbito disciplinar, não só contra o principal visado pelo ministro da Saúde, o médico João Aniceto, responsável pelo serviço, mas também contra o director clínico do hospital, Luís Guilherme, médico que até à semana passada assumira o papel de defesa da administração do hospital e produziu os principais ataques dirigidos à Câmara de Évora.

Solidariedade com Mário Jorge

A Ordem e a Federação dos Médicos tomariam ainda posição sobre a cessação de funções do médico Mário Jorge, presidente do Sindicato dos Médicos da Zona Sul, dizendo a Ordem que «a gravidade da situação exige dos órgãos da tutela uma imediata e insosfismável clarificação que informe dos reais motivos daquela medida».

Também a Associação Portuguesa de Deficientes se solidarizou com o dr. Mário Jorge, lembrando que ele «denunciou corajosamente a grave situação existente» em Évora e exigiu a revogação imediata «do despedimento de que foi vítima».

De facto, 24 horas depois de Mário Jorge ter denunciado a existência de problemas no serviço de hemodiálise de Évora, recebeu a comunicação da Administração Regional de Saúde de Portalegre da sua suspensão, alegadamente por uma recusa de um visto do Tribunal de Contas.

Processos a dirigentes da PSP não têm base legal

Os processos disciplinares instaurados a dirigentes da Associação Sócio-Profissional da PSP (ASPP) não têm apoio jurídico-legal, segundo a conclusão chegada durante o colóquio «As forças de segurança e a Europa» realizado no fim-de-semana passado e cujas conclusões foram esta semana apresentadas.

Os processos disciplinares foram instaurados a três dirigentes da ASPP, entre os quais o presidente da Associação, José Carreira, por falarem em público.

A Comissão Coordenadora Permanente dos Sindicatos e Associações Profissionais das Forças e Serviços de Segurança voltou a reafirmar que a Lei que rejeita o sindicalismo aos agentes da PSP é de duvidosa legalidade pois «contraria a Constituição» e «viola o direito internacional».

De acordo com as conclusões do colóquio, «é de aceitar que o ingrediente de militarização ou de mera presença de militares, não constitui motivo impeditivo do associativismo representativo ou do sindicalismo nas forças ou serviços de segurança».

Considerando que neste contexto, «não pode ser tolhido nem limitado de qualquer forma aos dirigentes dos organismos sócio-profissionais das forças e serviços de segurança o direito de expressão», sublinham as conclusões que os referidos processos disciplinares «além de revestirem vias de intimidação e tentativa de afastamento de dirigentes representativos, não apresentam qualquer apoio jurídico-legal».

No colóquio foram manifestadas preocupações sobre questões a nível europeu como a cedência de soberania, a institucionalização e acessibilidade a um banco central de dados, o funcionamento da Europol à escala dos doze e os controlos fronteiriços.

Em relação à reestruturação das forças de segurança, as conclusões do colóquio referem que a mesma não pode limitar-se a «questões meramente organizativas» e deverá procurar definir rigorosamente as missões e poderes das várias polícias, o quadro de relacionamento entre as autoridades e os cidadãos e a coexistência de corpo de polícia civil e corpos de polícia militarizada.

Governo não aproveita ajudas comunitárias

A CNA acusou o Governo de ser «incapaz de aproveitar integralmente as ajudas financeiras da Comunidade destinadas à seca» após ter sido divulgado pela comunicação social que dos 12 milhões de contos destinados pela CEE à atenuação dos efeitos nocivos da seca sómente 10 milhões é que irão contemplar os agricultores vítimas da intempérie.

«Tal situação é no mínimo reveladora do alheamento e desprezo com que o sr. ministro da Agricultura e o Governo vêem os agricultores e as suas organizações», afirma a CNA em comunicado que lembra que desde o início aquela confederação manifestou a sua discordância quanto à metodologia seguida: «a CNA critica veementemente a forma como foram instituídas as zonas para efeitos de seca» pois ela levou «à marginalização e exclusão de dezenas de milhar de agricultores e regiões agrícolas do nosso país».

A CNA tece igualmente críticas à forma como decorreu o processo de informação e a divulgação dos prazos e processo de candidaturas àquelas ajudas financeiras.

Nesse comunicado a CNA voltou a apelar à participação na concentração nacional de agricultores marcada para a próxima segunda-feira em Lisboa. (Ver página 11).